

**Centeio
Maria
(traficante
de armas)
envolvido
em vários
outros
processos**

«Trata-se de um homem de bem» disse, ontem na quinta audiência do julgamento do Joaquim Centeio Maria (e seus comparsas no processo em que são acusados de tráfico de armas), o director do «Jornal Novo», advogado Proença de Carvalho, encarregado da defesa do ex-chefe de brigada de segurança do Partido Socialista.

Este «homem de bem» é, no entanto, acusado (e com forte carga probatória) de delitos criminosos de vária índole, alguns dos quais constam de outros processos em que o Centeio aparece envolvido e vão ser enviados a julgamento.

Assim, para além do tráfico de armas, porque está a responder no Tribunal Militar, o Joaquim Centeio Maria está implicado na venda de guias do IARN, devidamente assinadas e com selo em branco, prontas a ser preenchidas com qualquer nome e desse modo podem ser recebidos subsídios indevidos de retornados. Por este facto é arguido nos processos contra várias pessoas, nomeadamente funcionários do IARN, cuja instrução está a correr na Polícia Judiciária. Há também elementos que indicam o Centeio como passador de certificados de habilitações e livretes de registo de automóveis falsos.

O Centeio estaria também ligado a indivíduos implicados na alta criminalidade o que a seu tempo será divulgado. Como elemento importante da segurança do Partido Socialista recebia salário de 25 contos mensais, conforme documentos apreendidos.

O primeiro advogado deste cidadão foi o dr. Sousa Tavares director da «Capital» que subestabeleceu, a partir de determinada altura, no dr. Proença de Carvalho, director do «Jornal Novo».

O Joaquim Centeio Maria possui uma vivenda com piscina na Charneca da Caparica e um automóvel Jaguar.

SENTENÇA NA TERÇA-FEIRA

Será lida na próxima terça-feira, às 14 horas, no Tribunal de Santa Clara a sentença dos quatro réus acusados de tráfico de armas.

Ontem decorreu a quinta audiência, com as alegações finais da defesa e da acusação, destacando-se da parte dos advogados dos réus — Miguel Galvão Teles, Canela de Abreu, Rui Pena e Proença de Carvalho — a preocupação de justificar os actos sob juízo

Continua na pag. 20

EANES (QUE HOJE REGRESSA) FEZ BALANÇO DA VIAGEM

“Clara adesão” de Portugal aos princípios da NATO

LONDRES, 11 (pelo enviado especial do «D.L.» José Gomes Bandeira) — O Presidente da República salientou, esta manhã, durante um contacto com os jornalistas na embaixada de Portugal nesta capital, que a sua presença na reunião do Conselho do Atlântico lhe permitiu «expressar claramente a adesão de Portugal aos princípios da Aliança».

Ramalho Eanes realçou também a importância dos contactos que manteve com os chefes das delegações de sete países da Aliança Atlântica (Canadá, Grécia, Itália, Alemanha Federal, Holanda, Estados Unidos e França), durante os quais estiveram em foco questões económicas e políticas bilaterais, com especial destaque para as que se desenvolvem no âmbito da NATO.

O avião presidencial, um DC6 da Força Aérea, deixou o aeroporto londrino de regresso a Lisboa, cerca das 11 horas.

Entretanto, durante o dia de ontem, para além de se ter avistado com o presidente norte-americano, Jimmy Carter, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Louis de Guiringaud, Ramalho Eanes, após a sessão de abertura da cimeira da NATO, aque presidiu, participou nos trabalhos da cimeira, a que nenhum jornalista teve acesso devido ao carácter confidencial dessas sessões.

Todavia, Ramalho Eanes teve, da sua primeira reunião,

ao fim da manhã, em Lencas-

Todavia, amanho Eanesteria salientado o interesse do reforço de laços no seio da Aliança, destacando que os países mais pequenos estão particularmente interessados em que continuem e se intensifiquem as consultas políticas. Eanes referiu também que Portugal tem perfeita consciência da importância estratégica do triângulo Lisboa-Açores-Madeira, para controlo da entrada no Mediterrâneo e segurança das rotas Sul/Norte e Oeste/Este que servem o continente europeu, o que é assim determinante numa solidariedade atlântica que reforça naturalmente a participação de Portugal na NATO.

Ramalho Eanes ter-se-ia igualmente referido, na sua intervenção, às sugestões do presidente Carter para uma revitalização da OTAN, considerando-as merecedoras de cuidadoso estudo pelos órgãos e mecanismos da própria Aliança que, teria acrescentado, nem sempre têm funcionado com a eficácia que seria de desejar.

Esta questão das sugestões feitas pelo presidente norte-americano naquela reunião do Conselho do Atlântico, mereceu especial destaque em diversos órgãos da imprensa londrina. Com efeito, Jimmy Carter, pôs das atenções da Cimeira e «vedeta da avalanche de fotografias desde a sua chegada a Londres para a reu-



Eanes recebendo Carter pouco antes da cerimónia inaugural do Conselho da NATO em Banqueting House. Entre os dois presidentes vê-se Joseph Luns, secretário-geral da Organização

nião económica dos sete países capitalistas, apresentou às delegações dos países da NATO um «Programa de Acção», para 10 anos, tendente a «incrementar a eficiência militar da Aliança», na expressão e um desses jornalistas.

Este «Programa de Acção» apresentado por Carter é considerado como revestido de grande significado, sobretudo se se atender ao facto de surgir no seguimento da cimeira

económica dos 7 países em torno das dificuldades decorrentes da crise capitalista. Enquanto a opinião suspeita do matutino liberal «The Guardian» era no sentido de que Carter desejaria significar com a sua mensagem à NATO que os Estados Unidos vêm a Europa Ocidental «natural extensão dos interesses americanos», é importante realçar que o incontestado papel dos Estados Unidos no sistema económico que

chefia e fiscaliza e que prolonga, no campo militar, através da sua influência decisiva na OTAN, teria, deste modo, tradução clara nas palavras do novo presidente americano.

A agenda de ontem, para além da entrevista com Carter, ocorrida entre as 13 e as 13.20h em Lancaster House e da sessão de abertura da Cimeira (onde o primeiro-ministro James Callaghan cometeu a «gaffe» de chamar presidente «do Brasil» ao gen. Ramalho Eanes) o Presidente da República teve ainda um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, por este mesmo solicitado, onde os problemas dos emigrantes desempregados em França foi objecto de troca de impressões. Por seu turno, no encontro com Jimmy Carter, este demonstrou ao gen. Ramalho Eanes a vontade que de futuro possam encontrar-se com maior regularidade.

Entretanto, esta manhã continuaram as reuniões do Conselho do Atlântico, só com a presença dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da NATO.

Medeiros Ferreira, em representação de Portugal, salientou a importância da próxima conferência de Belgrado, adiantando que o Governo Português defende que os países da Aliança Atlântica devam ter uma posição comum. Segundo Medeiros Ferreira, estes países

Continua na pag. 20



PCP contra “recuperação capitalista”

«Recuperação económica, sim. Recuperação capitalista, não», lia-se no «placard» que dominava a mesa que presidiu à conferência de imprensa ontem concedida pelo PCP. Ao lado de Álvaro Cunhal encontravam-se Aurélio Santos, Carlos Costa e Carlos Brito

(Pág. 5)

ESTA MANHÃ NO PORTO

Polícia carregou sobre estudantes de Psicologia

PORTO, 15 — Uma força da PSP, armada de viseiras e casquetes compridos, comandada pelo capitão Correia, carregou, esta manhã, cerca das 10 e 30, sobre estudantes que se encontravam concentrados em frente ao Tribunal de Polícia, onde decorria o julgamento de um estudante preso anteontem, quando do boicote aos testes de Psicologia.

A carga policial «a torto e a direito», como afirmou uma testemunha, surgiu na sequência da tentativa de afastamento dos estudantes do local onde se encontravam, gritando palavras de ordem: «Liberdade

imediate para o colega» e «Contra o fascismo unidade e luta». Vários polícias agrediram com a parte metálica dos bastões, o que obrigou a que alguns estudantes fossem transportados ao Hospital de Santo António. Segundo outra testemunha «o capitão parecia ter perdido a cabeça», dada a forma como os estudantes, em número de algumas centenas, foram obrigados a dispersar. «Até parecia que já estávamos no fascismo», exclamaram-nos-nos um cidadão que se encontrava no local.

Enquanto vários estudantes

Continua na pag. 20

Política de A a Z

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

Não é possível fixar doutrina sobre os resultados, imediatos e mediatos, da missão de que o Presidente da República entendeu encarregar-se. Missão que, como é evidente, ou deliberadamente, ou ao sabor das circunstâncias, transcendeu o aspecto concreto da honorífica presidência do Conselho da NATO. Mas parece já possível adiantar que o general Ramalho Eanes, como noutros casos vem sendo reconhecido, soube imprimir uma marca pessoal à sua intervenção e às diligências em que se empenhou. Essa é uma razão suplementar para que a próxima visita do Presidente à vizinha Espanha mereça alguma reflexão crítica.

Reflexão crítica que é inspirada na própria defesa das relações novas, calorosas e leais, mas imparciais e diversificadas, que o novo Portugal democrático deverá estreitar com a nova Espanha que se encaminha para a democracia. A luz desse estreitamento de relações e dos novos critérios que as devem orientar, não parece prudente que o Presidente da República leve um tático apoio a uma situação política em evolução, fluida e indecisa. O que um «partido» poderá permitir-se, não é consentido a um Estado.

Poderá um «partido» português pela sua intervenção, presença e solidariedade manifestar uma preferência, mas a acção de um Governo deverá ser cautelosa, e as manifestações de um chefe de Estado deverão pautar-se por regras rigorosas de discrição, de prudência, de tacto político. Nas relações com a Espanha, que deverão ser renovadas e que deverão adquirir um carácter de fraternidade peninsular respeitador da diversidade ibérica, é preciso caminhar com discreta delicadeza. A Espanha está em movimento. Não podemos repetir o erro de sermos (ou de alguns de nós serem) os amigos de uma certa Espanha.

E importa, também, não esquecermos o sentido que à expressão «nobre Espanha» teriam dado um Camões, um Garrett. Importa não esquecermos o que a Ibéria comporta de diversidade e de interdependência. Se visitar a Espanha antes das eleições, antes de estarem firmados os alicerces da Democracia, o Presidente da República deveria ler os «Poemas Ibéricos» de Miguel Torga e o «Tempo Espanhol» de Murilo Mendes. Mais do que os «dossiers» dos burocratas e empatocratas, mais do que o oportunismo político, conta a necessidade de ultrapassar no quadro da História da Ibéria um equívoco chamado «Pacto Ibérico».

O CAMINHO ESPANHOL

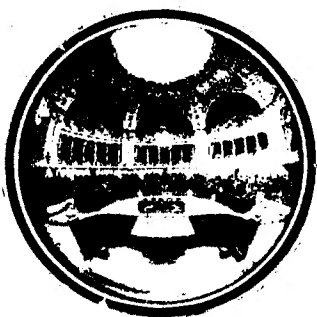
Nas relações com a Espanha que importa cultivar não poderemos deixar de ter em conta a representatividade democrática dos interlocutores. Este Governo é um Governo que prepara a democratização, mas não é um Governo que seja a expressão da nova Espanha. Não somos nós que o afirmamos, ou, pelo menos, não o afirmamos sozinhos. Felipe Gonzalez, secretário-geral do Partido Socialista Operário de Espanha, PSOE, no discurso que pronunciou no Estado de San Blas, disse: «Não haverá liberdade até que o povo decida quantos e quais são os partidos: todos devem ser legalizados, e não haverá liberdade até que isto seja realidade. Queremos que a liberdade que se respira neste campo seja a de todos os homens e todos os povos de Espanha.» E, noutro passo do seu discurso, referiu-se às dificuldades que se estão deparando no processo espanhol de democratização. E, com veemência proclamou: «O mal está em que existem outros homens que, sem ser de estado de excepção (expressão que reservara para Fraga Iribarne) são homens de confusão; o curso destes dias no plano ministerial tem sido lamentável. A esquerda tem que denunciar este jogo...»

Pela nossa parte, revelando as críticas de Felipe Gonzalez, estamos a denunciar um jogo e um perigo. O perigo de uma visita portuguesa ser interpretada como de simpatia por um campo, por uma tendência, por um grupo de homens, por um homem. Nas encruzilhadas da Espanha, deveremos ser extremamente discretos. São as próprias relações futuras que estão em jogo. E em perigo.

MORTO E CADUCO

Não ignoramos a afirmação do dr. Medeiros Ferreira, ministro dos Negócios Estrangeiros: «É certo e evidente que seguimos com muito interesse o processo político espanhol e que a democratização que o povo vizinho procura é bem vista pelo lado português, mas a visita do Presidente da República de Portugal não tem nada a ver com o apoio a qualquer processo interno do povo espanhol.» Claro. Não poderia ser de outro modo. Outra coisa não poderia ser afirmada. Mas a intenção declarada não invalida a necessidade de uma reflexão crítica que não se limite a repetir o que nas relações internacionais é óbvio, mas a considerar a oportunidade, as vantagens recíprocas, as consequências previsíveis dada a situação fluida, evolutiva, indecisa. Não deveremos ignorar, nem poderemos ignorar, a análise que os democratas espanhóis, que os diversos povos ibéricos, fazem da situação espanhola presente.

Como «passado» das relações entre Portugal e a restante Ibéria, existe, à espera de enterro definitivo, o instrumento salazarista-franquista da pretensa ajuda mútua que se designou por «Pacto Ibérico». Morto e caduco, o considerou o ministro Medeiros Ferreira nas declarações publicadas pela revista madrileña «Cambio 16». Na verdade, o «Pacto Ibérico» de má memória, está «morto e caduco». Mas essa é uma razão mais para não repetirmos o erro de construir relações peninsulares à margem da realidade política ibérica. A Espanha está em marcha. Não nos precipitemos nas opções, nas preferências. Toda a Espanha, na sua diversidade política e nacional, deverá ser considerada nosso parceiro de destino. Recordemos a Ibéria de Miguel Torga; a diversa e solidária «nobre Espanha» de Camões.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PS responde ao ultimato

com a realidade, já que, a nível do CDS, não se esquece — conforme apuramos — que o recente e «discreto» encontro entre as principais figuras do PS e do CDS num hotel de Lisboa, ocorrido dois dias depois do discurso de Eanes, foi da ini-

o PSD sobre sectores público e privado; a não exigência pelo PCP no 1.º de Maio da queda do Governo e a proposta de colaboração do CDS — Jaime Gama usou entretanto expressões que para um deputado que se afirma de esquerda são de estranhar. Assim, para se referir à ditadura fascista utilizou a expressão «regime anterior», enquanto que acerca do 25 de Novembro refere o derrube de «forças totalitárias»...

OUVIR OS TRABALHADORES

Ainda antes da ordem do dia é de sublinhar a intervenção de Zita Seabra (PCP), que traçou um panorama rigoroso e estatístico, dos problemas da maternidade no nosso país. Um documento que o Ministério dos Assuntos Sociais devia estudar com atenção.

Na ordem do dia foi aprovada por unanimidade a lei da cobrança das quotizações sindicais. No essencial os grupos parlamentares estiveram de acordo, ficando assim estabelecido: que o sistema de cobrança é matéria regulável entre os sindicatos e associações patronais. Dado positivo, referido no relatório da Comissão de Trabalho, foi o de que na emissão do seu parecer, «tomou em consideração as sugestões e pareceres dos sindicatos e Comissões de Trabalhadores que se pronunciaram sobre o projecto de lei». Aí está um bom exemplo que o Governo não devia ignorar na sua actuação.

O Estatuto legal do Direito de Oposição Democrática foi aprovado na generalidade, tendo agora baixado à comissão para ulterior votação final no plenário.

E.A.

Jaime Gama respondeu a Freitas do Amaral

ciativa dos socialistas, e combinado na véspera...

No restante da sua intervenção, Jaime Gama procurou defender a ideia de que o discurso presidencial «não estava centrado sobre o problema do Governo». Sublinhou o papel da Assembleia no debate interpartidário, e adiantou que o seu partido, tal como ocorrera com a lei sobre delimitação dos sectores público e privado, achava «desejável que em matérias como a legislação do trabalho, as indemnizações e as bases gerais da Reforma Agrária, prevalecessem pontos de convergência sobre eventuais razões de conflito». Novos acordos com o PSD e CDS ou, desta vez, o leque estende-se ao PCP?

Considerando a situação do Governo como de «estabilidade inédita» — citou para tanto o acordo com

NOTA OFICIOSA

Resposta a comentários sobre fretes marítimos para Açores

Do Ministério dos Transportes e Comunicações recebemos a seguinte nota oficial:

«1. — A entrada em vigor do conjunto de medidas constantes da resolução de Conselho de Ministros n.º 100/77 de 5 de Maio, relativa ao sistema de fretes marítimos entre o continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, tem suscitado alguns comentários, nomeadamente por parte de entidades responsáveis no primeiro daqueles arquipélagos. Dado que determinadas afirmações não correspondem inteiramente à verdade dos factos, naturalmente por deficiente conhecimento das questões sobre que se debatem, cumpre-nos esclarecer o seguinte:

«2. — A Câmara do Comércio de Ponta Delgada, em artigo publicitário publicado no jornal «Açores» de 7 de Maio de 1977 pretende sublinhar aquilo que classifica de «anormalias»: «Aumento de fretes desiguais no percurso Continente-Açores-Continente que, no seu entender, privilegiaria o consumidor continental o que poderia «considerar-se como tipicamente de exploração do trabalho das gentes destas ilhas».

«Verifica-se que tal posição não coincide com a dos Governos Regionais, os quais sempre exigiram que o transporte das mercadorias originárias das respectivas regiões não fosse prejudicado pela aplicação de taxas de frete demasiado altas. Tal pro-

cupação, foi acentuada por solicitações concretas de abaixamento de algumas taxas. Parece, aliás, evidente que se procurou sobretudo fornecer às mercadorias insulares melhores condições de competitividade nos mercados continentais o que revela, ao contrário do que é afirmado naquela notícia, a intenção de proteger a indústria e a agricultura regionais, a sua economia e os trabalhadores açorianos e madeirenses. A não ser que a Câmara de Comércio de Ponta Delgada preferisse tornar invendável a produção açoriana quando, sublinhe-se, o valor das respectivas taxas nem sequer reverte a favor dos exportadores.

«3. — As várias medidas aprovadas na resolução citada (entre as quais uma nova tabela) não são entendidas como um fim em si. Pelo contrário, deverão definir-se como um instrumento que, na medida da eficácia possível, deverá contribuir para o incremento da racionalidade e da eficiência que se pretende. É assim que, mais do que na nova tabela de fretes, a tónica se põe nas medidas de separação de determinados fluxos de carga — medida de fundo que, isso sim, não será aliada dos pensadores do curto prazo nem da ilusória manutenção de esquemas comerciais e industriais anclados e ultrapassados. Será pois falacioso falar em aumentos de fretes de 30 por cento na carga geral desintegrando-se de todo o restante

sistema: qualquer aumento que se calcule terá que ter em conta toda a movimentação e não a de uma das partes que só representa cerca de um terço total de ida. Na verdade, o computo global do aumento dos fretes entre o Continente e os Açores foi estimado em 11 por cento, matéria que é do conhecimento das autoridades regionais.

«4. — Finalmente, é com certa surpresa que se tomou conhecimento de declarações do sr. secretário regional dos Transportes e Turismo, membro do Governo Regional dos Açores, referindo que «foi dito com clareza ao Governo de Lisboa que uma nova tabela de fretes seria imposta à região». Que tabela de fretes? Depreender-se-ia que qualquer nova tabela seria imposta. Ou será uma referência a propostas anteriores? Se assim é, convirá esclarecer que, relativamente à proposta final, constituída pela tabela que agora foi perceptível, até porque a sua filosofia corresponde aos legítimos anseios manifestados de criar meios para racionalizar o sistema de tráfego e romper o círculo vicioso que vem prejudicando, em última análise, o desenvolvimento da região. Aliás, ao pretender alterações de pormenor, quase todas no sentido de redução de fretes no percurso Açores-Continente, o Governo Regional demonstrou a sua concordância com os princípios gerais que informaram as medidas agora em vigor.»

Noticiário breve

ACORDO LUSO-ESPAÑOL

Portugal e a Espanha assinaram hoje um acordo cultural e desportivo cuja elaboração tem estado a ser preparada nos últimos dias no MNE em Lisboa. A delegação portuguesa às reuniões preparatórias do acordo, cujos trabalhos encerraram ontem, foi chefiada por Matos Taquenho, da Repartição dos Assuntos Culturais do MNE.

DELEGAÇÃO DO PSUA

Regressou à RDA uma delegação de estudo do Partido Socialista Unificado da Alemanha que a convite do CC do PCP visitou Portugal de 3 a 10 de Maio. Esta visita, que englobou diversas deslocações nos distritos de Beja, Évora e Lisboa e culminou com um encontro com uma delegação do CC do PCP dirigida por Sérgio Vilarigues, inseriu-se no quadro das «relações de amizade e cooperação existentes entre os dois partidos», destaca uma nota do PCP.

FRATERNIDADE OPERÁRIA

A convite da Comissão Sindical do IRA realiza-se hoje um debate sobre Política Agrária no qual participam membros da Fraternidade Operária. Estarão presentes Lopes Cardoso, João Espada, Castro Guerra e Vital Rodrigues. O debate decorrerá na Rua Damasceno Monteiro, 36, pelas 18.30 horas.

JORNADAS DO PSD

O PSD/PPD leva a efeito nos próximos dias 21 e 22 no Cineteatro de Tamar as II Jornadas Municipais sociais-democratas. A ordem de trabalhos engloba os seguintes temas: animação de estruturas agrárias de base e projecto de lei sobre as autarquias locais e seus órgãos.

super
LONDRES
2000

férias-negócios

Partidas às QUINTAS
DOMINGOS de Maio a
Outubro e as SEGUNDAS
de Julho a Setembro

Fim de Semana 4 dias
Mini-Semana 5 dias
Semana 7 dias desde
Maxi-Semana 8 dias **6.500\$**

LONDRES e EDIMBURGO - 8 dias
INGLATERRA e ESCÓCIA - 11 ou 15 dias

programas reservas

VIAGENS RAWES

Lisboa - Correspondência R Bernardino Costa, 47
Expediente Trav do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro - Rua Conselheiro Sivar, 72 Tel. 23195/6

C circular
é viver

post-scriptum

Dividir para reinar

Aproveitando o feriado nacional de Sexta-Feira Santa desloquei-me a Condeixa, vila que dista de Coimbra 14 km, a fim de assistir ao mercado bi-semanal que ali se realiza. Como esperava, os preços estavam altíssimos. Todavia, batatas miúdas, pouco maiores que grãos de milho, a 1.400 e uma um pouco maiores a 1.500 foi motivo que me surpreendeu bastante. Como se compreendêr, estes preços são incomportáveis para as parcas bolsas do operariado português, que cada vez ganha menos, já que a contratação colectiva está congelada há bastante tempo, os descontos são cada vez maiores e o custo de vida sobe assustadoramente. Obviamente, não podendo comprar a tais preços, o trabalhador da cidade menos esclarecido ou mais temperamental reage negativamente contra o trabalhador do campo. Este, por sua vez, possuidor da razão, dado que tem sido um dos mais explorados e ignorados, quer pelos agrários, quer pelos intermediários, quer pela falta de um seguro que o defenda das baixas de produção devido às intempéries e ainda porque, com os actuais circuitos de comercialização, nunca têm um preço fixo para os seus produtos, isto é, quando há demasiado, baixam os preços, quando escasseia, sobem em flecha, fica indignado com a reclamação justa do comprador. Ambos têm razão. Quem a não tem?

O Governo, como é por demais evidente, começa por comodamente nos gabinetes estabelecer preços que não são respeitados. Continua tendo culpas em não alterar os circuitos de comercialização, pois só o produtor indo directamente do produtor para o consumidor, com preço estável, se acabará com esta dupla exploração — trabalhador do campo, trabalhador da cidade. É obrigação do Governo, segundo a Constituição da República Portuguesa, ajudar por actos e não por palavras demagógicas ou eivadas de sectarismo ideológico os trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores. Porém o Governo parece estar mais interessado em dividir para reinar, em pôr os trabalhadores do campo contra os da cidade, para mais facilmente ludibriar o povo e consumir a recuperação capitalista e agrária. Mas isto a história não lhes perdoará.

Adelino Lapa Matias Cadete
— CERNACHE (Coimbra)

Intermediários parasitas

O povo queixa-se da carestia da vida, que sente na própria carne como látigo brandido por impiedoso braço, a qual teóricos refastelados nos seus mornos gabinetes denominam inflação, título estrondoso como o raio, significando também mal fulminante e mortífero.

O Governo, que ouve as queixas angustiosas das donas de casa, a quem já não chega o aumento salarial dos maridos, o que obriga a família a apertar o cinto, em austeridade forçada do essencial à vida, parece indiferente na circunstância, como se nada tivesse com isso.

A marcha triunfalista do seu chefe ocupa completamente as atenções dos ministros, secretários e subsecretários, em seu cirandar continuo no fito de travar salários e libertar preços, para animar os investidores do grande capital e aliciar os que nos prometem milhões em troca do penhor da independência.

Nesta tentativa infernal, têm papel adjuvante de relevo os tentativos intermediários parasitas comercialmente incrustados no corpo social, que vão desapertando o cinto na mesma medida em que o vai apertando a grande maioria dos consumidores que vive do seu trabalho honesto.

Todo o governante sincero e amigo do povo diligenciará a extinção desta fauna parasita, que rouba simultaneamente o produtor e o consumidor.

Banida essa casta de ociosos, em consequência, os preços dos géneros essenciais baixariam consideravelmente, constituindo isto o mais eficaz combate à tal inflação, mal económico bastante agravado por tal factor.

Garanta-se ao povo trabalhador que a produtividade que se lhe exige não se destina ao capitalista, seu inimigo e explorador de sempre, mas à comunidade de que ele faz parte como produtor e consumidor, e teremos a prosperidade e com ela a dispensa de empréstimos do estrangeiro, que solicitamos como mendigos comprometendo a independência e a dignidade nacional.

Quero, enfim, imprecisar, a este ou a qualquer Governo de alternativa, a iniciativa que acabo de enunciar, pois não vejo, conscienciosamente, outro caminho de salvação pública, aqui e agora.

Álvoro da Silva e Sousa
— PORTO

DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

NO SECTOR DAS PESCAS

ACABARÁ O BOM SENSO POR TRIUNFAR?

O acentuar da crise no sector das pescas como resultado das medidas improvisadas e voluntaristas tomadas, nos últimos meses, pelo ministro Barreto, está causando grandes preocupações nos sectores empresariais mais dinâmicos e, até, no seio próprio do Partido Socialista.

Os primeiros, porque começam a verificar que, para além da terminologia aparentemente «operacional»/ (... «torna-se absolutamente necessária desenvolver»... «me seja apresentado dentro de trinta dias»... «exige uma dinamização que permita» etc. etc.), na prática nenhum progresso tem sido feito. Antes pelo contrário: os serviços, decapitados, e sem orientação adequada, estão quase paralisados; os interesses da pesca são sacrificados a sectores que lhe são exteriores; a frota portuguesa continua a perder terreno na competição aguda que caracteriza a pesca longínqua; a ocupação da zona económica de 200 milhas faz-se, apenas, com palavreado oco e em termos de «fiscalização» (tão cara aos sectores «ultras» da Marinha...) e não de desenvolvimento da capacidade de pesca nacional, deixando, assim, abertas oportunidades para a penetração discreta de empresas estrangeiras (os americanos cobijaram a pesca do atum, nos Açores; e Alemanha Federal, os pesqueiros da costa portuguesa).

Os segundos — pelo menos os quadros mais virados para as realidades do país — porque começam a ter consciência da grave responsabilidade para o Partido Socialista de ficar associado ao desbaratar do sector das pescas, por carência de orientação e por incompetência e irresponsabilidade administrativa, com todas as consequências daí resultantes, quer em termos económicos, como sociais e, em última análise, políticos.

«Este clima de preocupação de que surgem vários sintomas, manifesta-se, numa altura, em que é posto em causa o trabalho persistente realizado pela Secretaria de Estado das Pescas que, apesar das dificuldades objectivas com que tem lutado — dificuldades estruturais, de pessoal, de financiamento, e outras — e da progressiva falta de autonomia de que vem sofrendo, sobretudo nos últimos meses, desde que foi integrada no MAP, começava a criar as bases e a apontar o caminho para a recuperação do sector. Isto, para além, das «rasteiras» passadas por certos grupos de interesses que esperam recolher, em momento oportuno, o fruto apodrecido, resultante da crise, com o argumento de que a pesca não é matéria para civis... Factos recentes e a leitura atenta de discursos e declarações de altos responsáveis da Armada, são bastante significativos a este respeito.

Assim, face às restrições administrativas e à permanente instabilidade criada às empresas pesqueiras do sector público ou intervencionado e às carências de financiamento e de apoio técnico ao sector privado, como resultado das recentes medidas tomadas pelo Ministro da Agricultura e Pescas que desmantelaram as estruturas da Secretaria de Estado das Pescas, criadas depois do 25 de Abril, sem oferecer contrapartida ou alternativa satisfatória, surge, finalmente, uma tomada de posição encorajadora, através da palavra autorizada do dr. Salgado Zenha, presidente do Grupo Parlamentar do P.S. na Assembleia da Re-

pública e que se tem distinguido, ultimamente, pelas suas intervenções e pelo interesse com que acompanha os assuntos referentes às pescas.

Em oposição à orientação seguida e às medidas tomadas até aqui pelo ministro Barreto e que se reflectem na Lei Orgânica do MAP (mais conhecida pela «Misteriosa»...; anunciada como tendo sido aprovada em Conselho de Ministros mas que parece estar «enclausurada» nas Finanças), lei que, segundo consta, reconstitui a pulverização orgânica anterior ao 25 de Abril e que foi um dos factores da decadência e da crise de um dos sectores tradicionais e potencialmente importantes da economia nacional, contrapõe-se, agora, a opinião lúcida de Salgado Zenha, num artigo (1) publicado no número de Maio do «Portugal Socialista» (Órgão Central do PS) de que é co-autor Luis Saias (advogado, ligado ao sector conserveiro do Algarve), homem a par dos problemas práticos da pesca e de sentido pragmático.

ANTES QUE SEJA TARDE

Neste importante artigo, propõe-se «a criação do Ministério das Pescas, no qual seriam integrados os actuais (o sublinhado é nosso) serviços da Secretaria de Estado das Pescas (SEP)» e... a publicação da «lei orgânica do MP reestruturando os respectivos serviços e organismos dependentes». Propõem, ainda, os autores que se deverá «inventariar todos os organismos que intervêm no circuito das pescas e que não fazem parte da orgânica da SEP (estes seriam reformados na estruturação do MP) e ver o que valem, um a um. Com o que não presta, acaba-se. O que presta. Aproveita-se e reforma-se, se for caso disso.»

São estas reflexões oportunas, cheias de bom senso, sobre as quais haverá que meditar e procurar pôr em prática. Antes que seja demasiado tarde, face ao processo em curso, de sentido inverso, que tende a transformar a SEP numa espécie de Direcção-Geral, com competências reduzidas, completamente diluída na macro-estrutura do Ministério da Agricultura; quer dizer, num departamento esvaziado de conteúdo, marginalizado, sem capacidade de resposta para os inúmeros e complexos problemas do sector das pescas. Portanto, em contradição com as afirmações feitas pelo Governo e que constam do seu programa e do plano a que parecem, também, estar no espírito do Presidente da República quando a eles se referiu, aquando da sua visita ao Algarve. Afirmações que reconhecem o valor potencial das pescas para o desenvolvimento económico e social do país e, portanto, como merecedor de tratamento especial, nesta fase de reconstrução e de arranque.

A proposta de Salgado Zenha retoma, assim, o espírito e orientação que parece ser a do Governo PS; ou seja, que para salvar a indústria das pescas e afins, da crise em que ainda estão mergulhadas, e para que se utilizem, no interesse da economia nacional, integralmente, os recursos localizados na zona económica de 200 milhas, é condição indispensável a existência de um Departamento de Estado especializado, com autonomia e rapidez de decisão, dotado das competências alargadas e dos meios de acção necessários à formulação e execução de uma política nacional de salvação do sector das pescas. Um de-

MIGUEL DE SOUSA SOARES

partamento disposto a promover o seu desenvolvimento como uma primeira fase e ponto de partida para a efectiva ocupação e uso integral das novas áreas marítimas sob jurisdição nacional. O que significa, capaz de criar os meios e prestar apoio à indústria para que possa ser competitiva face às frotas estrangeiras e lhe permita, por via negociada, continuar a exercer as suas actividades em áreas de pesca tradicionais, hoje sob o controlo dos respectivos países costeiros; ou ainda, criar novas oportunidades, incluindo formas de cooperação de interesse mútuo, com os novos países de língua portuguesa, tal como consta de acordos assinados e de declarações de altos responsáveis, como foi o caso, ainda recente, das que foram feitas pelo Secretário de Estado das Pescas da Guiné-Bissau. E vale a pena recordar, a propósito, as tentativas de penetração por parte de outros países, em princípio menos qualificados que Portugal, por várias razões, incluindo as resultantes da língua e facilidade de comunicação. A actividade pesqueira da Espanha, sobretudo no sector camarão, em Moçambique, é um exemplo a meditar!...

CONTRA OS IMPROVISOS

Ministério ou secretaria de Estado, o que não oferece dúvidas para os que estão ligados ao sector das pescas é que estas, pela sua importância e potencialidades, pela sua acção dinamizadora em relação a actividades afins ou complementares (indústria das conservas, aquicultura, construção naval, etc.) e pelas dificuldades por que passa, actualmente, não podem estar à mercê de improvisações. E, muito menos, de interesses corporativos — dos antigos, de tão má memória, a que estiveram ligados os sectores mais reacconários da Marinha; dos de nova data, de carácter socioprofissional, como os dos florestais, em relação às águas doces e piscicultura — e de grupos de interesses — em particular o dos intermediários, em relação com os circuitos comerciais grupos que contam poder reconquistar, aproveitando a fragmentação orgânica da SEP e a dispersão de centros de decisão, os benefícios e privilégios perdidos depois do 25 de Abril. Mesmo que tal se verifique em detrimento dos sectores empresariais e cooperativos mais dinâmicos, e mesmo que a custa do interesse nacional, colectivo, neste sector fundamental para a alimentação do povo português, para a obtenção de divisas estrangeiras, para o emprego; em suma, para o desenvolvimento equilibrado e racional da economia portuguesa.

Evidentemente que, para além de certas soluções propostas por Zenha e Saias, que são particularmente interessantes (tais como as que se referem à necessidade de reformulação da legislação pesqueira, ao sistema fiscal e tributário) outras, mais discutíveis, merecem atenta consideração e debate, como são as que dizem respeito ao ensino (criação de uma escola superior de pesca) e à pesquisa, ou a aspectos de fomento e desenvolvimento (pesca artesanal, da sardinha, do atum).

Se está certo recordar, a propósito, as nossas grandes tradições neste domínio, a verdade é que hoje nos encontramos confrontados com uma grande encruzilhada que não permite erros de orientação ou de calendário: ou seguimos por um caminho — que exige persistência, imaginação e realismo —, de desenvolvimento racional com base na ciência e na técnica, e com objectivos de rentabilidade económica e eficiência; ou continuamos a improvisar, a sermos empíricos e descoordenados, a permitir

UM MINISTÉRIO ASSOBERBADO
Um dos méritos e a oportunidade desta importante contri-

bução, para além do seu conteúdo construtivo e do valor das propostas que apresenta, e ainda pela autoridade política de que se reveste (pelos autores e pelo órgão em que foi publicada) é o de fazer sair dos segredos — de Polichinelo — dos gabinetes ministeriais e dos «complots» corporativos e de grupo, para o aberto — opinião pública, para todo o País, para os sectores directamente interessados — debate sobre a política a seguir e a futura orgânica governamental do sector das pescas, incluindo a sua possível — e talvez urgente — separação do Ministério da Agricultura. Ministério assoberbado pelos problemas prioritários que lhe são próprios e os controversos aspectos ligados à «Reforma Agrária», tão densos de implicações políticas e de posições opostas, que, inevitavelmente, atiram para sequevamente, terceiro plano — os problemas da pesca, em si e na maior parte dos casos, matéria pacífica e à volta dos quais seria possível obter-se a convergência da maior parte das forças vivas, sectoriais, e políticas. Assim, se evitaria que a pesca continuasse a ser tratada como «parente pobre» e deixasse de sofrer da instabilidade e controvérsia política que agita, permanentemente, o Ministério da Agricultura. E que fosse abordada em termos técnicos e objectivos, única forma de impedir a continuação e o agudizar da crise, o que a situação do sector aconselha. Caminho este que, de resto, pode ir buscar inspiração à forma como estas matérias são tratadas no tão invocado «modelo europeu» e, em particular, em países que estão prestando a Portugal, neste domínio, ajuda decisiva, como é o caso da Noruega.

A nova perspectiva aberta pelo artigo a que fizemos referência e cuja anunciada continuação aguardamos com interesse, merece, pois, ampla divulgação e uma discussão a todos os níveis. Pensamos que seria oportuno que se promovesse um amplo debate na imprensa e nos meios de comunicação social, com a participação activa dos sectores mais directamente interessados (armadores, industriais, através das suas associações; pescadores e outros trabalhadores, por intermédio dos sindicatos; comissões de trabalhadores das empresas do sector ou associadas; Organização dos Trabalhadores Científicos, etc.) e de todos aqueles que possam contribuir, pela sua experiência e competência profissionais, para que se encontrem as soluções que a situação exige, que o sector das pescas merece e que tão importante poderá vir a ser para o futuro desenvolvimento e ocupação dos espaços oceânicos por parte de Portugal.

Se está certo recordar, a propósito, as nossas grandes tradições neste domínio, a verdade é que hoje nos encontramos confrontados com uma grande encruzilhada que não permite erros de orientação ou de calendário: ou seguimos por um caminho — que exige persistência, imaginação e realismo —, de desenvolvimento racional com base na ciência e na técnica, e com objectivos de rentabilidade económica e eficiência; ou continuamos a improvisar, a sermos empíricos e descoordenados, a permitir

Continua na pág. 4

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

CCT COMÉRCIO RETALHISTA

CONVOCATÓRIA

DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais deste sector de actividade para reuniões a efectuar nos próximos dias 12 e 13 de Maio, pelas 21.30 horas, na sede do nosso Sindicato, Av. da República 31, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Apreciação e discussão do Anteprojecto de Revisão do CCT do Comércio Retalhista.

NÃO FALTES!
A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL PARA QUE POSSAS DEPOIS INFORMAR OS TEUS COLEGAS DE TRABALHO!

Lisboa, 9 de Maio de 1977

Pel'A DIRECÇÃO
(Alfredo Alves)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ponte de Sôr em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP a que se refere o processo 8/57 514, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Ponte de Sôr, de uma linha mista a 30 kV, com 909 metros, parte aérea com 783 metros e parte subterrânea com 126 metros, do poste A.º 5 da linha para o posto de transformação n.º 148 ao posto de transformação e de secionamento n.º 456 Ponte de Sôr.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Abril de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Almeirim em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-HEAA) e a que refere o processo 8/59 486, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Almeirim de uma linha aérea a 30 kV, com 667 m, do poste n.º 5 da linha para o posto de transformação n.º 155, ao posto de transformação n.º 493-Travesa das Ribeiras.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Abril de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

ONTEM EM CONSELHO DE MINISTROS

Desemprego, Alqueva, desalojados

A criação de um grupo permanente de trabalho destinado a dinamizar o combate ao desemprego, a criação, também, de um gabinete coordenador do Alqueva e a atribuição de responsabilidades ao IARN no acolhimento aos «desalojados» a partir de 15 deste mês, são três das principais medidas aprovadas na reunião de ontem do Conselho de Ministros.

Quanto ao desemprego, o Conselho começou por analisar a situação que se verifica em vários pontos do País com vista a, segundo diz no seu comunicado final, «encontrar soluções de emergência que atenuem a gravidade que o problema reveste, particularmente no Alentejo». Para o Conselho de Ministros estas «soluções de emergência» passam pela criação de mais um grupo de trabalhos, este presidido pelo ministro de Estado, Henrique de Barros e constituído por representantes dos Ministérios da Agricultura e Pescas, da Administração Interna, das Finanças, das Obras Públicas, da Habitação e Urbanismo, da Secretaria de Estado do Planeamento e da Secretaria de Estado da População e Emprego, ou seja, por representantes de quase metade do actual Governo.

Significativas são as funções de «ultrapassagem» que o Conselho confere a este «grupo de trabalhos», expressas no texto do próprio comunicado final: «Dinamizar a execução de projectos de trabalho» (já «existentes no Ministério da Agricultura e outros de interesse para as autarquias locais e ainda os dependentes do Ministério da Habitação e Urbanismo procurando abreviar com medidas adequadas as obras em curso e projectadas a fim de promover a absorção urgente não só dos desempregados como também da mão-de-obra excedentária», multadas pela República Po-

DESALOJADOS

Cometer de novo ao IARN (cuja próxima extinção havia, entretanto, sido antontem anunciada na Gulbenkian pelo alto comissário dos Desalojados) a responsabilidade do acolhimento no aeroporto, a partir de 15 deste mês, dos retornados das ex-colónias (cujo afluxo aumentou com as recentes medidas de expulsão pro-

pular de Moçambique), foi outra das decisões do Conselho de Ministros de ontem.

Salienta-se que, como aliás o «DL» já anunciou, o comunicado final da reunião destaca que «Portugal não poderá ser, por motivos que se conhecem, o acolhedor sistemático de todos aqueles que, embora expulsos e portadores de direitos violados, não sejam portugueses» pelo que «a situação destes últimos terá que ser submetida ao Alto Comissariado da ONU para os Refugiados».

O Conselho garante ainda que o Governo «tudo fará junto das autoridades de Moçambique no sentido de aos portugueses ainda ali residentes não serem coarctados, nem violados os seus direitos humanos, como também envidará esforços para conceder assistência condigna a aqueles que demandarem Portugal em consequência de situações lesivas dos seus direitos» (o comunicado não especifica de que direitos se trata, nem sob que padrão analisa a sua alegada violação).

ALQUEVA

A par de um novo «grupo de trabalhos», mais um gabinete foi posto em funcionamento pelo actual Governo. Trata-se do Gabinete Coordenador do Alqueva, a funcionar no Ministério do Plano e Coordenação Económica.

O comunicado final do Conselho de Ministros não especifica as funções deste gabinete nem a sua composição, limitando-se a fazer algumas considerações sobre a importância do plano de rega do Alentejo, no qual se integra a construção da barragem do Alqueva.

OUTROS DIPLOMAS

Além destas medidas o Conselho de Ministros aprovou ainda diversos diplomas, entre os quais se destacam o que fixa isenções fiscais no aluguer de máquinas agrícolas; o que regulamenta a atribuição de fogos pelos Serviços Municipais de Habitação; o que concede um aval de 40 mil contos à empresa «MN Tiago SARL»; o que mantém os regimes estabelecidos no artigo 10.º do Código de Imposto de capitais

para títulos emitidos por sociedades com sede nas ex-colónias que tinham a classificação de «nacionais»; o que isenta de direitos aduaneiros os bens de regressados do Zaire e de Marrocos e o que determina que as acções ao portador emitidas por sociedades com sede na República Popular de Moçambique sejam remetidos para depósito no Banco de Moçambique até ao dia 24 deste mês.

Como estava previsto, durante a reunião o ministro das Finanças concluiu a sua exposição sobre a situação económica-financeira das empresas que têm vindo a beneficiar de garantias financeiras do Estado e o ministro sem pasta fez uma intervenção sobre propostas de lei pendentes na Assembleia na República, na sequência da qual foram aprovadas quatro novas propostas, entre as quais uma relativa à competência das autarquias.

O ministro da Administração Interna informou entretanto o Conselho acerca da próxima visita a Portugal do ministro da governação de Espanha.

FINGERHUT EM LISBOA

Cooperação militar Lisboa-Bonn com "abertura" a Washington

Um acordo bilateral entre Portugal e a República Federal Alemã, contemplando diversos aspectos do auxílio germânico à Força Aérea Portuguesa, foi ontem à tarde assinado em Lisboa.

A cerimónia decorreu no Estado-Maior das Forças Armadas, no Restelo, sendo as Forças Armadas dos dois países representadas pelo chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, e pelo secretário de Estado da Defesa da RFA, Helmut Fingerhut. Em representação do chefe do EMGFA esteve ainda presente o contra-almirante Almeida d'Eça.

De acordo com afirmações produzidas pelo representante da RFA trata-se de um acordo

«multifacetado que preve um intercâmbio técnico, como o fornecimento de peças sobressalentes e de especialistas à FAP, bem como outro tipo de auxílio militar, abrangendo ainda indemnizações ao Governo português pelo abandono por parte da RFA do projecto «Triton», que consistia em dotar as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico de Alverca com peças sobressalentes, de modo a efectuar-se ali a manutenção de aviões alemães.

A VISITA DE FINGERHUT

O secretário de Estado da Defesa da RFA, Helmut Fingerhut, chegou ontem de manhã a Lisboa para uma visita que terminará amanhã.

Além da assinatura do acordo bilateral Portugal-RFA, aquele membro do governo de Bonn estabeleceu ontem mesmo diversos contactos, avistando-se nomeadamente com o vice-chefe do EMGFA, general Loureiro dos Santos, com o chefe do EME, general Rocha Vieira, com o vice-chefe do EMA, contra-almirante Garcês Lencastre, e com o ministro da Defesa, Firmino Miguel.

Segundo declarações do visitante, todos estes encontros terão como objectivo uma abordagem de questões relativas a Portugal e à NATO e ao papel das FA portuguesas neste âmbito. A base de Beja foi também tema, incidindo a troca de impressões sobre a forma de uma melhor utilização pelas duas Forças Aéreas bem como a eventual utilização pela Força Aérea dos EUA.

TREINO DE PILOTOS

Embora a cerimónia de assinatura do acordo bilateral Portugal-RFA decorresse com carácter privado, nada sendo revelado quanto ao teor do mesmo (para além das declarações públicas de Fingerhut), notícias de Bonn dizem, entretanto, que o Governo local concordou em treinar pilotos e pessoal técnico da FAP no seu território. O treino, a ser fornecido ao abrigo do acordo ontem assinado, está relacionado

com o fornecimento pela RFA de 6 aviões de treino e 14 caças à FAP, no ano passado.

A propósito da Base Aérea de Beja, o secretário de Estado da Defesa da RFA disse que as conversações se processariam no sentido de se procurar uma melhor utilização pelos dois países e de discutir «a sua eventual utilização» pela Força Aérea dos Estados Unidos da América. Esta declaração confirma os receios já manifestados por diversos sectores nacionais quanto à eventualidade da instalação de americanos na Base Aérea de Beja o que constituiria um foco de tensão social importante e não favorece a defesa da independência nacional, de que a não existência de bases militares estrangeiras em território português deve ser um conceito básico.

O dirigente alemão revelou também que, em consequência do abandono, por parte da Força Aérea alemã, do projecto «Triton», na Base de Alverca, que consistia em dotar as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico com peças sobressalentes, de modo a poder efectuar-se ali a manutenção dos aviões alemães, a Força Aérea Portuguesa será indemnizada, recebendo também peças sobressalentes e a assistência de técnicos alemães.

A REUNIÃO DE MONSANTO

Enquanto fontes oficiais da Força Aérea apresentam a reunião de comandos ontem efectuada em Monsanto como uma reunião de trabalho «de tal maneira rotineira que nem sequer foi objecto de informação oficial» e acrescentavam que a agenda de trabalhos era conhecida dos comandos das unidades, o diário da manhã «O Dia» insiste em atribuir-lhe uma tónica política, numa clara tentativa de instrumentalização dos actos mais correntes do dia-a-dia das Forças Armadas. Para aquele matutino reacção «os comandantes operacionais rectificaram a posição de Lemos Ferreira no recente caso Melo Antunes».

NO SECTOR DAS PISCAS

Continuação da pag. 3

a competição interna e predominância dos interesses do grupo. De um ou outro caminho — e tendo em conta que as datas limites para as opções, se aproximam — resultará a progressiva marginalização e queda do sector, em termos de não recuperação; ou, então, este poderá recuperar da crise e acabar por se afirmar como um elemento promotor de desenvolvimento e um factor de progresso.

Talvez tenha chegado o momento para que a Assembleia da República que, recentemente, debateu e aprovou a lei criando a zona económica de 200 milhas de jurisdição nacional sobre os recursos vivos, e tendo em conta a promessa feita pelo ministro da Agricultura e Pescas de dar início à chamada «Reforma Marítima» — até agora mero «slogan» publicitário e elemento de uma política demagógica — dedique algumas sessões ao futuro da pesca portuguesa. Aos seus problemas e possíveis soluções; às medidas de natureza estrutural, administrativa, de investigação e extensão, de fomento e de gestão, à política

financeira e de incentivos, que o sector requiere para passar de potencial a elemento efectivo de progresso nacional. Tal debate, procurando soluções apropriadas e bem fundadas, que ultrapassem o meramente circunstancial e se situem numa linha de desenvolvimento progressivo, a médio e longo prazo, que corresponda aos verdadeiros interesses nacionais, neste domínio, poderia obter o apoio convergente de todas as forças democráticas que queiram levar à prática o espírito da Constituição (Art. 66 §2). Incube ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo à iniciativa popular, promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade económica; e as disposições relevantes da Parte II, sobre Organização Económica, fazendo face ao desafio histórico com o qual estamos confrontados neste importante domínio.

(1) «Contribuição para um programa sobre as indústrias da pesca e afins», por Luis Salas e F. Salgado Zenha. (In «Portugal Socialista», n.º 120; Maio 1977).

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO PCP

"Graves ameaças avolumam-se contra a democracia portuguesa"

— alertou Álvaro Cunhal

«O PCP considera ser seu dever alertar o povo português e todos os democratas para as graves ameaças que se estão a avolumar contra o regime democrático em virtude da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo actual em aliança de facto com o PPD e o CDS» — afirmou o dr. Álvaro Cunhal no decorrer da conferência de imprensa ontem efectuada e ao ler uma declaração do Partido Comunista Português. Na mesa encontravam-se ainda Carlos Brito e Carlos Costa, da comissão política e Comité Central.

Referindo-se aos «resultados catastróficos» a que esta política, a prosseguir, poderá levar, o secretário-geral do PCP voltou a sublinhar «a necessidade de exame conjunto da situação por todas as forças interessadas na defesa da democracia a fim de procurar o estabelecimento duma plataforma que permita solucionar com êxito os graves problemas que Portugal defronta».

Esta «recuperação capitalista, agrária e imperialista» levou a que o PCP faça nesta sua declaração um «alerta solene ao povo português e a todos os democratas» para o facto da «política actual de recuperação capitalista» «não conduzir à recuperação económica, mas ao agravamento das dificuldades económicas do País, ao aprofundamento da crise, a um possível colapso financeiro».

«Os factos mostram — prosseguiu Cunhal — que se não trata de medidas que visem rectificar distorções ou situações irregulares, mas dum projecto friamente decidido contra os trabalhadores, contra as conquistas da Revolução, contra o regime democrático consagrado na Constituição».

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E REPRESSIVAS

A actividade da Assembleia da República, onde «Como resultado da aliança de facto do PS com o PPD e o CDS, estão sendo aprovadas e estão propostas diversas leis que visam a destruição das transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril de 1974» viria a merecer a atenção do dr. Álvaro Cunhal que exemplificou com uma das mais recentemente aprovadas: a proposta de lei sobre a delimitação do sector público e privado, já aprovada na generalidade e que põe directamente em causa as nacionalizações. «Ao ser aprovada e promulgada essa proposta, ficará aberto o caminho para a reentrada e a concorrência do grande capital no sector bancário e noutros sectores básicos da economia nacional, para a gestão e exploração pelos grandes capitalistas de 162 empresas nacionalizadas e para o controlo do grande capital e do imperialismo estrangeiro

em sectores decisivos, como a refinação do petróleo, a petroquímica, a siderurgia e os adubos». Enunciou, em seguida outras propostas de Lei a debater brevemente na Assembleia «que representam novas ameaças para as conquistas da Revolução e para o regime democrático em geral» como a da Reforma Agrária, arrendamento rural e indemnizações. «Uma característica é comum a todas essas propostas — disse: todas estão voltadas contra os trabalhadores e todas defendem os interesses dos capitalistas». Os empréstimos externos que o Governo tem vindo a contrair e a posição do PCP em relação a eles foi mais uma vez definida como não significando «o caminho para a consolidação da independência nacional, mas o enfundamento de Portugal ao imperialismo».

Esta política de recuperação capitalista — conforme palavras e texto da declaração do PCP — é acompanhada de forma crescente por medidas arbitrárias de carácter administrativo e por medidas de carácter repressivo que nada justificam, para logo acrescentar: «Não se podem considerar as medidas administrativas e repressivas apenas como medidas ocasionais para aplicar decisões do Governo em casos concretos. Trata-se duma orientação geral no sentido da restrição das liberdades».

POLÍTICA SINDICAL

Passando, em seguida, para uma apreciação da política sindical do Governo, Álvaro Cunhal citou a proposta da lei sobre controlo operário e comissões de trabalhadores e a Lei da greve. «A política sindical anunciada pelos dirigentes do PS, se fosse concretizada na acção governativa e em medidas legislativas, representaria um grave atentado à liberdade sindical e à independência das organizações dos trabalhadores».

A concluir, o secretário-geral do PCP repetiu algumas das soluções preconizadas pelo seu partido para a solução da crise: a suspensão imediata de todas e quaisquer operações de restituições de terras e empresas; a necessidade e urgência de procurar soluções negociadas entre todas as forças sociais e políticas in-



Aspecto da mesa e da assistência durante a conferência de imprensa ontem concedida pelo PCP e no decurso da qual Álvaro Cunhal alertaria para os perigos que ameaçam a democracia portuguesa

teressadas na continuação da democracia em Portugal.

«O PCP sublinha que a recuperação económica e a defesa da democracia só podem ser asseguradas com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores».

«O PCP previu e preveniu de qual seria a política do Governo PS sozinho, efectivamente aliado ao PPD e CDS. Os factos confirmaram inteiramente e continuam a confirmar cada dia as previsões e prevenções do PCP. É também com inteira noção das suas responsabilidades que o PCP indica hoje o carácter da política actual e as consequências que poderá vir a ter, se não for rectificada. O nosso empenho é que não se espere que os factos confirmem as nossas advertências e previsões para se dar razão ao PCP».

As últimas palavras da declaração são de confiança de que «todas as forças democráticas assegurarão a defesa e o prosseguimento do processo democrático em Portugal».

O DISCURSO DO PRESIDENTE

O dr. Álvaro Cunhal responderia, a terminar, a algumas questões postas pelos jornalistas. Sobre o discurso desta manhã do Presidente da República na abertura da Cimeira da NATO a decorrer em Londres, o secretário-geral do PCP afirmou que ainda não tinha sido apreciado pela direcção do partido, mas «a observação que desde já se pode fazer é que o próprio discurso, a própria viagem mostram uma intervenção crescente do sr. Presidente na política interna e externa, correspondendo às deficiências que se observam na acção governativa do Governo PS». Em resposta a uma pergunta sobre os acontecimentos ocorridos em Beja e que a «direita empoçou», o dr.

Álvaro Cunhal acrescentou: «Há quatro meses que estão cortados os créditos de emergência e na maior parte das cooperativas e unidades de produção vive-se já uma situação que se aproxima da fome, como nos velhos tempos. É um pouco a imagem do velho Alentejo que está a surgir como política do PS. Nós temos esperança que esta situação não se desenvolva».

Depois de acentuar que os trabalhadores têm de lutar pela sua sobrevivência, o dr. Álvaro Cunhal negou quaisquer actos de violência por parte dos trabalhadores — «aquilo por que a direita espera, um confronto entre trabalhadores e as forças militares e militarizadas».

"OLHEM PARA A VIDA"

A manifestação dos trabalhadores no 1.º de Maio mereceu de Álvaro Cunhal o seguinte comentário: «Mostrou uma grande unidade dos trabalhadores e há que dizer que é tempo de, aqueles que querem dividir a classe operária, olharem para os factos, olharem para a vida e não se meterem em casa no dia 1.º de Maio para ver como hão-de dividir o movimento sindical. Venham à rua ver as massas populares. Não é com «planos Gonalves» que fazem uma ideia do que é o movimento sindical. O 1.º de Maio foi uma lição para aqueles que querem dividir o movimento sindical».

Sobre a realização da Conferência Nacional do PCP, o dr. Álvaro Cunhal referiu-se ao andamento dos trabalhos preparatórios.

Referindo-se à próxima visita do vice-presidente dos EUA a Portugal defendeu a «diversificação das relações externas, para acentuar que em relação ao «grande empréstimo» gostaria de ouvir da parte do sr.

vice-presidente uma afirmação como esta: «Estamos dispostos a auxiliar financeiramente Portugal, mas não queremos de nenhuma maneira interferir nas suas questões internas».

Por último, o dr. Álvaro Cunhal classificou de «suicídio político» — «e os socialistas sabem isso» — a coligação com forças reaccionárias: «Essa aliança existe de facto, mas não será o PCP que fará cair o Governo para ir para lá um Governo abertamente reaccionário».

DESMENTIDO DA SIP

Entretanto, uma nota da Secção de Informação e Propaganda (SIP) do PCP distribuída ontem à imprensa, esclarece que «não é militante do PCP nem de qualquer organização juvenil comunista» o jovem de 17 anos que, segundo divulgou o gabinete de Imprensa do PS, tentou assaltar a secção de Odivelas do Partido Socialista.

A referida nota acrescenta que, ao contrário do que noticiou um matutino lisboeta, o indivíduo em questão, José Ramos Ferraz, é «um jovem com graves dificuldades de adaptação e sem qualquer sentido das responsabilidades, tendo chegado a falsificar um cartão e a apropriar-se indevidamente de outro, razões pelas quais foi afastado da UJC no princípio do Verão de 1976, vindo a ser formalmente expulso em Agosto de 1976».

A SIP sublinha, na mesma nota, que o PCP «lamenta que, uma vez mais, uma estrutura responsável do PS se sirva dum incidente ao qual o PCP é completamente alheio, para alimentar a campanha anticomunista, como forma de justificar perante os próprios militantes socialistas e os trabalhadores, alianças com a direita que põem em perigo as conquistas da Revolução e a Democracia».

Soares parte hoje para Viena

A fim de chefiar a delegação portuguesa à cimeira da EFTA, que amanhã principia em Viena, parte hoje ao fim da tarde para a capital austríaca o Primeiro-Ministro Mário Soares.

Esta manhã, entretanto, seguiu o resto da delegação, da qual fazem parte o ministro do Comércio e Turismo, Mota Pinto, o seu chefe de gabinete, Xavier de Bastos e os técnicos da Direcção-Geral do Comércio Raquel Ferreira e Pedro Ordaz. Integra ainda a dele-

gação o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, que segue directamente de Londres para Viena.

A viagem de Mário Soares separada da delegação portuguesa deve-se ao facto de o Primeiro-Ministro assistir esta tarde, momentos antes da sua partida, ao regresso a Lisboa do Presidente da República.

A totalidade da delegação portuguesa à cimeira da EFTA regressa a Lisboa no próximo sábado.

Oito milhões para autarquias

Oito milhões de contos é o total de várias dotações concedidas por diversos ministérios às autarquias locais para a realização no ano em curso de numerosas obras e satisfação de despesas correntes.

Trata-se de dotações dos Ministérios da Administração Interna (4 286 258 contos), das Obras Públicas (1 809 873,3 contos), e da Habitação, Urbanismo e Construção (1 752 825,3 contos).

As verbas do MAI destinam-se a obras e subsídios para pessoal, contemplando, além dos municípios, as juntas distritais, as Comissões de Planeamento Regional e as juntas de freguesia, abrangendo os Açores e a Madeira, enquanto as do MOP visam empreendimentos de saneamento básico e trabalhos de viação rural e as do MHUC se destinam ao planeamento urbano rural.

BENFICA APROVA MOÇÃO

Uma moção manifestando o descontentamento da Assembleia de Freguesia de Benfica pelo constante aumento do

custo de vida, foi aprovada pelos membros daquele órgão autárquico, entre os quais se contam 6 socialistas, 4 representantes da FEPU, 1 elemento do CDS e 1 outro do PSD. A referida moção, que começa por destacar que «o povo português tem sistematicamente votado numa opção socialista, opção essa que se encontra institucionalizada na nossa Constituição», foi subscrita, inicialmente, por um elemento da FEPU.

O documento, enviado ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo, destaca ainda que «para que os objectivos consignados na Constituição sejam atingidos é indispensável uma prática política que não agrave a situação das classes trabalhadoras, mas que pelo contrário actue no sentido de melhorar o nível de vida dessas classes», concluindo: «O agravamento da situação económica que afecta a grande maioria da população cria um clima favorável às manobras da direita reaccionária cuja actividade tem aliás ultimamente sido denunciada por elementos altamente responsáveis, tanto na esfera civil como militar.»

MEDALHA DOS TÊXTEIS

Unidos e Organizados Venceremos

A LUTA CONTINUA



ANVERSO

Pedidos ao

ATELIER BELO MARQUES

R. da Trindade, 5, 2.º-Dt.º

Telefone 371254

LISBOA

80 mm BRONZE numeradas

Preço ao público 300\$
Trabalhadores da especialidade ... 250\$00

REVOLUÇÃO OU REACÇÃO

Medalha sobre o general

VASCO GONÇALVES



ANVERSO

Pedidos ao

ATELIER BELO MARQUES

R. da Trindade, 5, 2.º-Dt.º

Telefone 371254

LISBOA

Modelo 80 mm

BRONZE
NUMERADAS

300\$00

VICTOR GUEDES

INDUSTRIA E COMÉRCIO SARL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores accionistas

Temos a honra de submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31-12-76.

Vários foram os factores que, ao longo do mesmo, influenciaram a actividade da nossa firma merecendo particular realce, entre outros, os seguintes:

A nível internacional, uma maior parcimónia e irregularidade nas aquisições por parte dos clientes de alguns mercados afectados por medidas de austeridade impostas pelos Governos em virtude da crise económico-social que cada ano mais se acentua o que, necessariamente, se reflectiu no volume das nossas exportações.

Por outro lado, continua a sentir-se a falta de um concreto e adequado esquema de apoio oficial à exportação que possibilite uma imprescindível atenuação da já relevante desvantagem das nossas cotações em relação às dos principais produtores mundiais de azeite onde aquele é uma eficaz realidade.

Não obstante toda esta desfavorável conjuntura apaz-nos registar a continuidade da nossa contribuição para a entrada no País de um significativo volume de divisas.

A nível nacional, a insuficiência da colheita oleícola, o aumento generalizado dos salários com o consequente agravamento dos custos não reflectidos nas margens comerciais oficialmente estabelecidas, a irregularidade nas entregas dos materiais de acondicionamento e a falta de uma eficiente

fiscalização que evitasse a concorrência desleal, tudo justifica, pelo seu nefasto reflexo, algumas perturbações verificadas no abastecimento do mercado interno além de haver cercado, quase por completo, a nossa margem de comercialização.

No que respeita aos óleos comestíveis, a circunstância da compra das sementes de oleaginosas se encontrar monopolizada pelo instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos não permitiu a utilização das nossas reais possibilidades de aquisição directa no estrangeiro a preços mais favoráveis.

Desejamos consignar aqui o nosso melhor reconhecimento pelo crescente apoio que a Banca nos tem dispensado o qual é, sem dúvida, também consequência da pontualidade com que continuamos a satisfazer os compromissos assumidos.

A nível interno da empresa, e contrariamente ao que, certamente, as difíceis circunstâncias em que vivemos aconselhariam, mas com a plena consciência das nossas responsabilidades e do alcance que a iniciativa representava para a sua continuidade e futuro dos seus colaboradores, levámos a efeito um avultado investimento com a instalação, no nosso complexo fabril, de uma moderna e polivalente extracção de óleos alimentares.

Trata-se da maior idealizada, projectada e fabricada por técnicos portugueses e que veio contribuir, inequivocamente, para o enriquecimento do parque industrial do País sem qualquer dispêndio de divisas devido à alta percentagem do produto nacional incorporado.

Grande parte deste investimento foi, transitoriamente, suportado pela nossa própria Tesouraria enquanto decorriam as formalidades burocráticas para a concretização do respectivo financiamento bancário, já aprovado, o que nos permitirá colmatar, em 1977, o desequilíbrio financeiro apresentado neste exercício.

Resta-nos informar que o resultado positivo do exercício, após efectuação das amortizações e reintegrações no valor de 3.366.712\$, se cifrou em esc. 1.080.435\$10, que propomos seja transferido para Reserva Livre.

Antes de terminar, não podemos deixar de manifestar o nosso profundo pesar pelo falecimento do Exm.^o Sr. Humberto Batista Campina, membro do Conselho Fiscal, no qual encontramos sempre uma palavra amiga e um prudente conselho.

Expressamos, finalmente, os nossos melhores agradecimentos à Exm.^a Mesa da Assembleia Geral e ao Exm.^o Conselho Fiscal que nos acompanharam ao longo do exercício e a todos os nossos colaboradores pela dedicação posta no desempenho das suas funções.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Victor Silva de Castro Guedes - Presidente
Dr. Carlos Mário Gomes Guerra
Manuel Campos Proença

BALANÇO em 31 de Dezembro de 1976

A C T I V O			P A S S I V O		
DISPONÍVEL			EXIGÍVEL		
Caixa	237.886\$80		Bancos	11.000.000\$00	
Bancos	10.699.872\$07	10.937.758\$87	Efeitos a Pagar	18.397.756\$00	
REALIZÁVEL			Encargos a Pagar	150.944\$00	
Efeitos a Receber	2.100.606\$80		Credores	56.955.570\$30	
Provisões	63.020\$00	2.037.586\$80	Credores Especiais	46.897\$00	
Devedores	13.586.410\$00	13.158.831\$00	Prov.p ^a , Cont., Imp., e Enc. Previstos	6.542.841\$68	93.094.008\$98
Provisões	427.579\$00	701.120\$20	NÃO EXIGÍVEL		
Devedores Especiais	50.933.105\$40		Rendas Antecipadas		33.000\$00
Existências	5.093.310\$00	45.839.795\$40	CAPITAIS PRÓPRIOS		
IMOBILIZADO			Capital	10.000.000\$00	
Participações Financeiras	362.175\$00		Reserva Obrigatória	2.000.000\$00	
Incorpóreo	505.515\$61		Reserva Livre	22.000.000\$00	34.000.000\$00
Corpóreo	25.567.482\$08	16.359.092\$20	RESULTADOS		
Amortizações	9.208.389\$88	38.305.569\$00	Lucros e Perdas		127.127.008\$98
Imobilizações em Curso		55.532.351\$81	CONTAS DE ORDEM		
Total do Activo ...		128.207.444\$08	Embalagens Comerciais	870\$00	
CONTAS DE ORDEM			Títulos em Caução	40.000\$00	
Devedores por Embalagens Comerciais	870\$00		Secções	36.969.678\$70	37.010.548\$70
Títulos em Caução	40.000\$00				165.217.992\$78
Secções	36.969.678\$70	37.010.548\$70			
		165.217.992\$78			

Conta de EXPLORAÇÃO GERAL de 1976

D É B I T O S			C R E D I T O S		
REMANESCENTES INICIAIS			PROVEITOS POR NATUREZAS		
Existências		33.875.521\$70	Vendas	159.982.724\$20	
CUSTOS POR NATUREZAS			Serviços Prestados	2.377.321\$40	
Compras	148.840.886\$10		Proveitos Acessórios	534.487\$10	
Gastos c/Pessoal:			Proveitos Financeiros	189.370\$60	163.083.903\$30
Rem.da Administração ...	759.400\$00		REMANESCENTES FINAIS		
Rem.Outro Pessoal	12.681.646\$70		Existências		50.933.105\$40
Encargos s/Remunerações ..	2.714.501\$40		RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
Encargos Ser.Social	526.983\$50	16.682.531\$60	Tranf. a Lucros e Perdas		1.430.630\$70
Contribuições e Impostos		317.765\$50			
Gastos Gerais		6.297.459\$50			
Gastos Financeiros		2.850.833\$90			
Despesas Extraordinárias		355.667\$70			
Dotações p ^a . Amortizações		1.628.842\$50			
Dotações p ^a . Provisões		31.111\$60			
		177.005.098\$40			
REMANESCENTES FINAIS					
Provisões p ^a . Depreciação de Existências		1.705.757\$90			
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO					
Tranf. a Lucros e Perdas		1.430.630\$70			
Total		214.017.008\$70			214.017.008\$70

AINDA A ESTADIA DE MÁRIO SOARES EM MADRID

PS desmente apupos, jornais espanhóis dizem que houve

«Contrariamente a uma notícia tendenciosa e falsa, difundida por uma agência espanhola e a qual deram precipitadamente certos órgãos sempre prontos a fazer do PS o alvo principal, Mário Soares foi entusiasticamente aplaudido pelos milhares de militantes do PSOE, presentes no estádio de San Blas, não tendo tido qualquer consequência a tentativa de provocação ensaiada por um pequeno grupo que ostentava bandeiras de uma organização de extrema-esquerda».

Estas palavras foram respiradas de um comunicado do

gabinete de Imprensa do PS, emitido a propósito dos incidentes que decorreram no Estádio, quando da intervenção do secretário-geral do PS no comício com que o Partido Socialista Operário Espanhol inaugurou a campanha eleitoral que decorre em Espanha.

Parece, no entanto, um pouco precipitada a tomada de posição do gabinete de Imprensa do PS. Com efeito, dois conceituados jornais madrilenos publicam versões que não confirmam a informação do PS.

Assim, o «Informaciones» da passada segunda-feira, depois

de escrever em subtítulo «Soares apupado» e de salientar que o «leader» do PS foi recebido «com demonstrações de hostilidade», afirma: «A intervenção do secretário do Partido Socialista português foi constantemente interrompida por apupos e gritos de «Oteio, libertado», o que provocou uma certa tensão no estrado, entre os dirigentes do PSOE, que olhavam para o público com intranquilidade».

Um outro diário, o «El País», que se publica em Madrid, dá numa reportagem assinada por Joaquín Prieto, também, uma

versão contrária à difundida pelo gabinete de Imprensa do PS.

Nas palavras de «El País», «... Mário Soares foi contestado por vários sectores do público durante toda a sua intervenção — «Oteio, libertado» foi um dos gritos mais repetidos».

Na reportagem publicada por «El País» salienta-se, de facto, a presença de vários grupos de militantes de partidos da extrema-esquerda, bem como de grupos de provocado-

res. No entanto, nem uns nem outros são associados pelo jornal dos sectores do público que apuparam Mário Soares.

Nenhum dos jornais espanhóis refere também o facto de o secretário-geral do Partido Socialista ter sido «entusiasticamente aplaudido». Pelo contrário o «Informaciones» realça mesmo a diferença de tratamento que os socialistas espanhóis reservaram para Mário Soares e para François Mitterrand, o qual foi aplaudido pela multidão, avaliada em 100 mil pessoas, presente no Estádio de San Blas, em Madrid.

Álvaro Guerra

segue para

Jugoslávia

Segue brevemente para Belgrado, a ocupar o lugar de embaixador de Portugal na Jugoslávia, o escritor e jornalista Álvaro Guerra, que ali substitui o dr. Ramos da Costa.

No dia 26 Álvaro Guerra é distinguido por um grupo de amigos com um jantar no Hotel Eduardo VII. Estão abertas as inscrições através do telefone 530141.

Recorda-se que o novo embaixador em Belgrado chegou a ser nomeado para outro cargo diplomático (em Nova De- lhi), de que não tomou posse.

PUBLICIDADE

VICTOR GUEDES

INDUSTRIA E COMÉRCIO SARL

Conta de LUCROS E PERDAS DO EXERCÍCIO de 1976

D E B E		
Perdas de Exercícios Findos		153.957\$00
Perdas Excepcionais		39.737\$50
Impostos/Lucros:		
Imp.Liquidados no exercício	1.836.780\$00	
Provisões p. Cont. e Impostos	904.200\$00	2.740.980\$00
		2.934.674\$50
Saldo:		
Lucros do exercício		1.080.435\$10
Total		4.015.109\$60

H A V E R		
Resultados da Exploração Geral		1.430.630\$70
Reposição de Provisões		626.236\$50
Ganhos de Exercícios Findos		25.163\$40
Ganhos Excepcionais		96.273\$00
Impostos e/Lucros:		
Utilização de Provisões		1.836.780\$00
Total		4.015.109\$60

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS em 31 de Dezembro de 1976

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	DIFERENÇAS	
					UNITÁRIO	TOTAL		FLUTUAÇÃO DE VALORES	PERDAS LEVADAS A RESULTADOS
1 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS:									
1.2 - Acções;									
Sociedade da Nau São Vicente, SARL ...	305	1.000\$00	1.000\$00	-\$-	1.000\$00	305.000\$00	305.000\$00	-\$-	-\$-
Hotel Turismo de Abrantes, SARL	20	1.000\$00	1.000\$00	-\$-	1.000\$00	20.000\$00	20.000\$00	-\$-	-\$-
Estabelecimento de Ensino São João Ba ptista de La Salles, SARL.	20	1.000\$00	1.000\$00	-\$-	1.000\$00	20.000\$00	20.000\$00	-\$-	-\$-
1.9 - TOTAL						345.000\$00	345.000\$00	-\$-	-\$-
2 - OUTRAS APLICAÇÕES:									
2.1 - Títulos Nacionais:									
Títulos:									
Associação Comercial de Lisboa	5	1.000\$00	1.000\$00	-\$-	1.000\$00	5.000\$00	5.000\$00	-\$-	-\$-
2.2 - Títulos Estrangeiros:									
Acções:									
Sociedade Comercial Luso-Espanhola SA.	8	500 lrs.	1.521\$875	-\$-	1.521\$875	12.175\$00	12.175\$00	-\$-	-\$-
2.3 - TOTAL						17.175\$00	17.175\$00	-\$-	-\$-
3. - TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	362.175\$00	362.175\$00	-\$-	-\$-

O Técnico de Contas

Carlos Rodrigues Daniel

Os Administradores

Victor Silva de Castro Guedes - Presidente

Dr. Carlos Mário Gomes Guerra

Manuel Campos Proença

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

da extensão da Caixa, dos depósitos bancários e das existências dos bens e dos valores pertencentes à Empresa.

Os critérios valorimétricos adoptados, correspondendo às normas legais, conduzem, segundo a nossa opinião, a uma correcta avaliação do património e dos resultados apurados.

A Administração apresentou-nos sempre, prontamente, todos os esclarecimentos julgados necessários e consideramos o seu relatório elucidativo das principais ocorrências verificadas durante o exercício.

Assim, somos de parecer:

- 1) Que sejam aprovados o relatório do Conselho de Administração, as contas, o balanço e a conta de «Lucros e Perdas» relativos ao exercício de 1976;
- 2) Que seja aprovada a aplicação de resultados proposta pela Adminis-

tração;

3) Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração, extensivo aos seus colaboradores directos e a todo o pessoal da Empresa, pela competência e dedicação postas ao serviço da mesma.

Lisboa, 7 de Março de 1977

O CONSELHO FISCAL

Dr. Acácio Martins Dias Caldeira - Presidente

«Lic. António de Almeida e Cont. Augusto Martins Moreira - Soc. de Revisores Oficiais de Contas»

a) António de Almeida

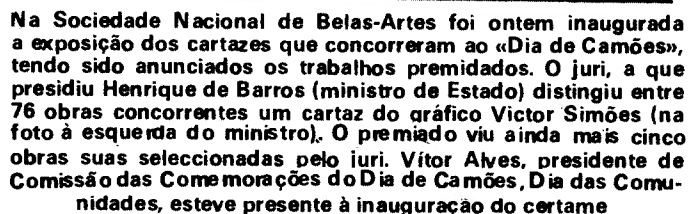
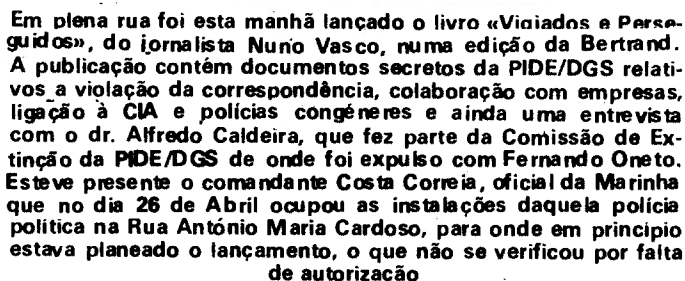
a) Augusto Martins Moreira

Senhores Accionistas,

Foi com profundo e muito pesar que perdemos a valiosa colaboração do nosso colega do Conselho Fiscal, Exm.º Senhor Humberto Batista Campina, falecido no decurso do exercício de 1976, cumprindo-nos agradecer as condólicas que o Conselho de Administração, no seu Relatório, se dignou expressar.

No desempenho das nossas funções de Conselho Fiscal da Empresa, analisámos, periódica e regularmente, a escrituração, os registos e os documentos da contabilidade, considerando a mesma, bem como o balanço, as contas e o resultado, como satisfazendo as disposições estatutárias e legais em vigor.

Procedemos, igualmente, às necessárias verificações, nomeadamente



Organizações de trabalhadores de diferentes pontos do País continuam a enviar para o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora moções de repúdio pela ofensiva em curso desencadeada contra a Reforma Agrária.

Assim, intelectuais, secretariados das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, Comissão Unitária de Trabalhadores da CUF, MARN (Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte) e Sindicato dos Ferroviários do Centro expressaram, através de moções e telegramas, a sua solidariedade para com os trabalhadores agrícolas do Alentejo que lutam pela defesa de uma das suas maiores conquistas.

Os trabalhadores dos Sindicatos da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa, reunidos num plenário promovido pela União dos Sindicatos de Torres Vedras, repudiaram os ataques contra a Reforma Agrária, exigindo «que as autoridades responsáveis, no respeito pela Constituição, ponham termo às devoluções de terras, pois que esta política, a continuar, só servirá para aumentar o desemprego e criar miséria aos trabalhadores mais explorados deste País, os rurais». Exigiram ainda que o Ministério do Trabalho aprove o CCT para os trabalhadores rurais dos distritos de Lisboa e Santarém.

Por outro lado um grupo de intelectuais subscrevem uma moção de repúdio contra «a ofensiva reaccionária e a tentativa de desmembramento das UCP's levadas a efeito pelo MAP». Também o Sindicato dos Ferreiros do Centro considera que «há que acabar com

o domínio económico a que estão sujeitos os pequenos agricultores do Norte e Centro do País pelos agrários», e decidiu, em plenário, exigir o fim das desanexações e desocupações sem o acordo dos trabalhadores, a continuação das expropriações de acordo com a lei, o não pagamento de indemnizações aos agrários, o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, a fixação dos preços dos produtos antes das colheitas e o apoio técnico e financeiro às cooperativas, UCP's e pequenos e médios agricultores».

Os rendeiros do Norte, reunidos num grande encontro comemorativo da publicação da Lei do Arrendamento Rural, enviaram ao Secretariado das UCP's uma saudação na qual afirmam que «todos juntos conseguiremos derrotar os grandes proprietários e intermediários da CAP e fazer uma agricultura que dê pão suficiente para toda o povo português»

Finalmente a CUT da empresa CUF manifesta, numa moção aprovada em plenário realizado há tempos, o seu repúdio contra as afirmações proferidas pelo ministro António Barreto na RTP e aconselha este membro do Governo a que, «em vez de caluniar os trabalhadores, se incorpore numa jornada de trabalho, das muitas que levamos a efeito, para assim, com perfeito conhecimento de causa, poder fazer os seus discursos». Exige também que a RTP conceda aos trabalhadores agrícolas e suas organizações «o tempo de antena necessário para se poderem ouvir, para que os portugueses saibam quem lhes

«Não é admitida a candidatura às provas de acesso ao Ensino Superior para o ano lectivo de 1977/78 aos estudantes que, reunindo as demais condições legais, não se encontrem, na data da candidatura, inscritos no ano vestibular, através do Serviço Cívico Estudantil» — determina um despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior, que seguiu já para publicação no «Diário da República».

Segundo a subtil interpretação do MEIC é obrigatória a inscrição no ano vestibular (que nunca funcionou senão como Serviço Cívico), mas não é obrigatória a realização de actividades cívicas porque o Serviço Cívico Estudantil foi extinto. Segundo o MEIC, o Serviço Cívico já não existe. Existe apenas a obrigatoriedade de os estudantes se inscreverem nele (ao todo os papeis necessários passam da dúzia), como uma das condições para ingressarem no Ensino Superior.

Determina ainda o «estratêgo» despacho: «Aos estudantes que, por qualquer razão, não procederam no prazo fixado para tal, à sua inscrição no ano vestibular (Serviço Cívico Estudantil) no ano lectivo de 1976/77, embora a isso o estivesse condicionado o seu acesso ao Ensino Superior, é concedida a possibilidade de procederem à sua inscrição no SCE durante o período, improrrogável, de nove a 20 de Maio de 1977».

A greve que continua a verificar uma adesão de 100 por cento, tem sido acompanhada ultimamente por uma série de iniciativas culturais (sessões de canto livre, colóquios e projecções de filmes) que visam a mobilização permanente dos estudantes.

Em entrevista ontem havida entre a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra e Sotomayor Cardia não foram, entretanto, lançados novos dados, continuando tudo na mesma. Segundo fomos informados por um elemento da Direcção-Geral da Associação o ministro Cardia manteve uma posição inflexível e afirma não haver saneados mas suspensos. O ministro teria ainda afirmado não estar disposto a rever quaisquer processos de saneamentos. A reunião durou 45 minutos, tendo ainda a DG da AAC manifestado o seu protesto pela prisão de um estudante no Porto durante a intervenção da Polícia contra os alunos de Psicologia que aguardavam no exterior do Governo Civil uma delegação que se avistara com aquela autoridade distrital nortenha. A tal protesto, o ministro Sotomayor Cardia teria respondido ser o MEIC alheio à prisão que era da responsabilidade da PSP do Porto.

Entretanto em comunicado surgido ontem na cidade de Coimbra, a Direcção-Geral da Associação apela para a participação de todos os estudantes no sentido de ser combatida a desmobilização que começa a verificar-se. Para balanço da situação actual, está a decorrer desde as 14 e 30 uma nova Assembleia Magna, que se reveste de grande importância e em torno da qual se gerou um clima de intensa expectativa.

COIMBRA, 11 — A Academia de Coimbra mantém há mais de 15 dias uma greve geral pela «reabertura da Faculdade de Ciências sem saneamento».

«A novidade introduzida pelo novo decreto é das mais graves que se possa imaginar: o estímulo à denúncia, ao divisiãoismo. Diz a nova lei que quem denunciar a actividade ilícita, sendo por exemplo hóspede da mesma casa, tem preferência no contrato de arrendamento, logo que o prevaricador seja despejado» — afirmou e lembrou o dr. Roque Laia no decorrer de uma conferência de Imprensa da Associação de Inquilinos de Lisboa, de que é um dos consultores jurídicos. Presentes ainda outros membros do Conselho Jurídico, advogados Lopes Sabino e Nobre Ferreira.

A posição da Associação de Inquilinos de Lisboa foi definida em relação à publicação do decreto-lei sobre despejos a que chamou a «lei do come, cala e rua», e que considerou um texto «repressivo, anti-constitucional, anti-social, estimulador da denúncia e do divisorismo e da protecção ao senhorio», como a situação acima referida exemplifica.

Entretanto foi já solicitada à Presidência da República uma audiência a fim de «expor os malefícios que a promulgação do decreto-lei sobre despejos, aprovado no Conselho de Ministros de 26 de Abril passado, acarretará a todos os que ficaram sobre a sua alçada».

Depois de explicar porque

Os ministros da Educação e Investigação Científica e dos Assuntos Sociais informaram ao Conselho de Ministros, que ontem decorreu em S. Bento, da recusa de docência das disciplinas do ciclo clínico por parte dos médicos dos Hospitais Cívis que, no último ano lectivo, exerceram essa docência.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, este «reconheceu que tal recusa contraria o despacho conjunto exarado a tal respeito por aqueles dois ministros da tutela».

Esta, recusa prossegue o comunicado, «prejudica cerca de mil alunos matriculados naque-

A questão do pagamento de quotas e sindicalização dos professores da zona da Grande Lisboa, com vista às eleições para o Sindicato da classe, marcadas para o próximo dia sete de Junho, estão a provocar grande celeuma. A propósito de um comunicado emitido pela actual direcção do Sindicato, pronuncia-se a Comissão Eleitoral, afirmando que se trata de «uma posição oportunista e eleitoralista, antidemocrática e nada de acordo com que se arvora em único defensor dos interesses dos professores».

Informa a Comissão Eleitoral constituída de acordo com os Estatutos do Sindicato: «Alertamos todos os professores para o facto de que só estarão nos seus planos direitos de eleitores se se cingirem às decisões da Comissão Eleitoral que são as que vigoram neste período» e concretamente as seguintes: o dia 19 de Maio (até às 18 horas) é considerado a data limite de entrada na sede do Sindicato dos mapas de quotização e dos processos de sindicalização. Têm direito a voto, como estabelece a Comissão Eleitoral «todos os professores que tendo-se sindicalizado até Fevereiro tenham as quotas pa-

Suspensão de 'por mais trinta

A Secretaria de Estado da Comunicação Social prorrogou por mais trinta dias a suspensão do jornal «O Século» e das revistas **«Modas e Bordados»**, **«Vida Mundial»** e **«Século Ilustrado»**.

Esta prorrogação, conforme sublinha o despacho da SECS, só se efectuará se o respectivo Conselho de Gerência nisso convier.

Recorde-se que as referidas publicações foram suspensas em 5 de Fevereiro último, a fim de serem criadas condições mínimas para a reestruturação da ex-Sociedade Nacional de Tipografia — a cuja propriedade pertenciam antes da estatização — e ao relançamento do jornal «O Século».

Para justificar o prolongamento agora concedido a SECS refere que as medidas visadas terão de ser acompanhadas por um conjunto mais vasto

le curso de Medicina, que se vêem privados de aulas e prejudica o próprio País.»

Assim, «tendo analisado a fundamentação da recusa tornada pública, o Conselho deliberou considerá-la injustificada, representando o não acatamento do referido despacho interministerial facto que se reveste da maior gravidade».

A concluir: «E reconhecendo que a legislação recente sobre a matéria não é inconstitucional nem será revogada nem retira aos Hospitais Cívicos de Lisboa o exercício do ensino do ciclo clínico que nele vinha sendo ministrado, e até pela primeira vez passa a remunerar as funções docentes exercidas pelos respectivos médicos, exorta os docentes a iniciarem as aulas com a maior urgência.»

gas até esse mês inclusive; todos os professores que tendo-se sindicalizado de um de Maio a 19 de Maio, inclusive, tenham as quotas pagas de Fevereiro, Março e Abril; todos os professores sindicalizados que com quotas em atraso anteriormente a Outubro de 1976 paguem as quotas de Outubro a Fevereiro inclusive; todos os professores que se tendo des-sindicalizado de três de Maio a 19 de Maio inclusive e tendo-se sindicalizado neste período paguem as quotas de Outubro a Fevereiro inclusive».

Ainda em relação à posição assumida pela direcção do Sindicato dos Professores a propósito do assunto, acusa a Comissão Eleitoral: «A Direcção do Sindicato e o seu presidente pretendem escamotear as responsabilidades que lhes cabem pelo facto de em 30 mil professores inscritos, apenas um terço estarem neste momento em condições de votar».

Ainda: «a súbita solicitude da Direcção para com os professores, subentende designios pouco claros que de modo nenhum poderão dar garantias aos professores de um processo eleitoral sêto e democrático».

A Secretaria de Estado da Comunicação Social prorrogou to de medidas destinadas a apoiar toda a imprensa.

Entretanto, e previamente a esta decisão da SECS, a Comissão Intersindical da ex-Sociedade Nacional de Tipografia marcou para amanhã uma conferência de Imprensa para analisar os problemas correntes na empresa. É às 9 e 30 na sede do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa.

Por lapso, saiu anteontem no nosso jornal (segunda página) uma local intitulada «PRT (norte) analisa situação política», atribuindo a tomada de posição àquele agrupamento, quando se tratava de outro, o PRP. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores e aos dois partidos envolvidos.

NA VENEZUELA

Exploração, roubo e expulsão para 46 emigrantes portugueses

Os 46 trabalhadores portugueses expulsos da Venezuela conferem esta manhã em conferência de imprensa na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, a experiência que tiveram naquele país sul-americano, ao serviço da multinacional de capital venezuelano e alemão, Consórcio Inarteca-Hochtief.

Contratados em Lisboa pela Zamco, os trabalhadores portugueses assinaram em Novembro de 76 os contratos com aquele consórcio, para trabalharem em obras a 900 km de Caracas. Embora as condições de trabalho contratuais não fossem boas, os nossos compatriotas sofreram as «passas do Algarve», pois nem mesmo as más condições, a companhia, de cumplicidade com as autoridades venezuelanas, quis cum-

prir.

O grupo de 264 portugueses (de que faziam parte os 46) que ali trabalhavam foi tratado com discriminação em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades, especialmente os alemães. Os portugueses viviam em pequenas casas prefabricadas a 18 km do local de trabalho, casas que eram verdadeiros fornos devido ao clima quente da Venezuela, e que não dispunham de ar condicionado. Por cada quarto, o trabalhador pagava 85 bolívares e a companhia pagava, pela casa no total, apenas 55 bolívares ao Banco Obrero, financiador das casas. A mobília era adquirida pelos trabalhadores, que também pagavam a água e luz. Dois carros em muito mau estado transportavam os trabalhadores portugueses por várias vezes, obrigando-os

a permanecer horas em bichas. Horários não tinham. Os turnos eram diariamente alterados pelo que os trabalhadores eram obrigados a deslocar-se várias vezes ao local de trabalho. Para comer uma refeição que dirigentes sindicais venezuelanos consideraram ser «comida de porcos», os trabalhadores portugueses tinham que ficar uma hora pelo menos numa bicha, ao sol e ao pó, pois a estação das chuvas é muito breve na Venezuela e a areia ressequida era frequentemente levantada pelo movimento de carros. A regra a que a companhia se comprometera a fazer, nunca se fazia, o que foi outro dos motivos de protesto dos trabalhadores portugueses. O dinheiro, que recebiam pelo Banco, só lá era colocado depois de os nossos compatriotas se deslocarem lá a pedi-lo. Como

os transportes eram maus e morosos, e tinham que marcar ponto, à saída e no regresso, os trabalhadores chegavam a perder um e dois dias de trabalho para levantar o salário. Também os dias de doença eram descontados, embora os trabalhadores descontassem para o Seguro Social, bem como o domingo seguinte. Contratados como trabalhadores mensais, só recebiam o vencimento de quatro em quatro semanas, e em dia incerto.

Quando os trabalhadores portugueses não suportaram estas condições e quiseram falar com a administração do consórcio, na secção de contabilidade, responderam-lhes: «Se não estás bem, muda-te».

Perante esta situação e depois de terem tentado dialogar com a administração da companhia e de terem inclusive recorrido ao consul português em Caracas, sem qualquer resultado, a não ser o de fazer aumentar a repressão sobre eles, os nossos compatriotas decidiram paralisar. Pressos, depois de revistados e (roubados) as suas casas, 46 destes trabalhadores passaram por 4 prisões venezuelanas, em condições sub-humanas (dormiam no chão e tinham que comprar a comida) até lhes darem o bilhete de regresso para Portugal, ao fim de dois meses de permanência na Venezuela. Agora estão desempregados. A Zamco, em Lisboa, disse-lhes que nada tinha a ver com o assunto e que apenas lhes tinha feito o favor de arranjar trabalho.

Interligar e ampliar as estruturas cooperativas — preconizam as Uniões

«Vivemos uma situação económica grave que está a ser aproveitada no sentido de se dizer que a única alternativa de saída da crise passa por uma «certa recuperação capitalista». Como resultados desta orientação, temos «o aumento acelerado do custo de vida, o agudizar de toda a crise económica, o endividamento aos

recuperação económica: a que tem na base a acção organizada dos trabalhadores no próprio campo económico» — acrescentou aquele dirigente. Segundo afirmou, é dentro desta perspectiva que se desenvolve o trabalho da Federação, cujo ponto de partida «é o milhar de empresas para cuja gestão os trabalhadores se viram empurrados na defesa dos seus postos de trabalho e na luta contra a paralisação de meios de produção disponíveis». Sublinhou Eduardo Palaio que «a questão central da nossa actividade é a organização de todos estes recursos do ponto de vista da sua interligação, da conjugação de esforços e da extensão da sua base».

Os assuntos tratados na reunião de delegados giram à volta de quatro pontos fundamentais. Primeiro, a coordenação económica das empresas já interligadas, subdividida em três planos de actuação: comercial (escoamento da produção e coordenação do consumo), técnico (coordenação a produção) e administrativo e financeiro. Em segundo lugar, a possibilidade de alargar a base de coordenação, através, designadamente, de contactos com os órgãos do aparelho do Estado, ligação de novas empresas às estruturas existentes, formação de novas cooperativas, regularizações patrimoniais, contactos com sindicatos e organizações de massas. Finalmente, problemas de informação para dentro e fora da estrutura e problemas de ordem geral, como sejam a descentralização organizativa, a ligação provisória de unidades de base a uniões regionais e a questão da representatividade do sector do trabalho cooperativo.

Os delegados presentes à reunião dirigiram um apelo no sentido de mais empresas sob controlo dos trabalhadores «viem a enriquecer as estruturas da organização económica, dando-lhe o peso e a dinâmica necessários à concretização de uma recuperação económica que seja feita pelos trabalhadores e para os trabalhadores».

Pessoal da Schimming impede "lock-out"

«Qual a posição do Governo e dos ministérios competentes que diariamente afirmam estar empenhados na recuperação económica do País e consentem que, por telex um patrão mande encerrar uma empresa de 400 trabalhadores não cumprindo a legislação vigente? Será que o sr. Schimming já estabelece planos para a economia portuguesa?», pergunta o Sindicato Têxtil do Porto a propósito da situação actual da fábrica de Confeccções Schimming, cujos trabalhadores decidiram impedir o seu encerramento.

Apesar da fábrica ser economicamente viável, o pessoal encontra-se paralisado há quatro meses por falta de matérias-primas, e sem que o Governo dê qualquer resposta às propostas apresentadas pelos trabalhadores e sindicatos. De acordo com o comunicado sindical atrás citado, no passado dia 6 efectuou-se na delegação do MT do Porto uma reunião no final da qual, após terem sido encontradas soluções para sair do impasse, o representante da Schimming (cujo patrão fugiu para a Alemanha logo após o 25 de Abril) afir-

mou que deixaria de ir à empresa, entregando a chave no consulado alemão, em cumprimento de directrizes vindas da RFA por telegrama de 29 de Abril.

Efectivamente, quando elementos do Sindicato e do ministério foram à fábrica na tentativa de recolher elementos contabilísticos para o IAPMEI de acordo com a acta assinada na reunião, os serviços de contabilidade estavam encerrados.

Nessa reunião em que estiveram representados o Sindicato Têxtil e de Escritórios, o patrão, o IAPMEI, GIT e BPA, concluiu-se que o IAPMEI e o GIT têm o processo Schimming «fechado numa gaveta há três meses por falta de dados segundo afirmam» e que a SEPE e o MIT dizem não poder actuar por falta de elementos contabilísticos.

Recorda-se que os trabalhadores não recebem salários há seis meses e a empresa deve cerca de 50 mil contos à banca.

Por fim, no seu comunicado, os trabalhadores e o sindicato exigem medidas que levem à garantia dos postos de trabalho.

Apoio à Têxtil do Caneiro movimenta operários de Braga

«Trabalho sim, desemprego não» foi um dos «slogans» que mais fortemente ecoou ontem à tarde em Braga, durante a manifestação de apoio aos 900 trabalhadores da empresa têxtil do Caneiro que estão desde Fevereiro sem receber salários.

Para além de muitos familiares dos trabalhadores, estiveram presentes centenas de operários que expressaram a sua solidariedade com a luta

pelo direito ao trabalho travada pelo pessoal da Caneiro.

Depois da concentração verificada na Avenida Central a «manif», calculada em 2500 trabalhadores, dirigiu-se para o Governo Civil e delegação do MT onde foram lidas moções de repúdio pela passividade do Governo em relação ao caso. Foi também expressado ao governador civil o apoio na acção que tem desenvolvido para solucionar o problema.

Os médicos da Previdência e o relógio de ponto (Ou: o dito por não dito)

«Em cima de nós, que estamos oito horas, ali, ao «guichet» é que desaba a torrente de queixas, de acusações. Nós é que temos de ouvir e calar. Sabemos nós, sabe toda a gente, sobretudo os utentes, que os serviços médicos da Previdência, quando funcionam, funcionam mal. Mas continua-se nisto: as entidades responsáveis a nível de Governo escamoteiam os problemas de fundo e preferem, quantas vezes, voltar-se contra os trabalhadores da Previdência, chegando até às medidas repressivas». Este é o desabafo de um dos homens do «guichet», num posto médico.

Mas não foi só para desabafar que ele procurou o «D.L.» Foi também para nos alertar para um curioso facto que, muito provavelmente, terá passado despercebido, até nos serviços. Relaciona-se com as obrigações dos médicos da Previdência.

Ora aconteceu que, em Novembro do ano passado, por despacho dos secretários de Estado da Saúde e da Segurança Social, «consideram-se (consideram-se...) aplicáveis, com as necessárias adaptações, aos médicos das instituições de Previdência os artigos 110.º, a 147.º do «Estatuto do Pessoal de Enfermagem, Técnico e Auxiliar de Medicina ao serviço das Instituições de Previdência».

Uma pessoa pega no dito Estatuto e depara, no art.º 115.º, com o seguinte:

«Compete ao chefe hierárquico directo em cada serviço ou unidade médico-social apurar as ausências do pessoal através das marcações pontométricas ou das rubricas nos livros e folhas de ponto.»

É óbvio que os médicos passavam a ter de assinar o ponto. Aliás, o mesmo despacho desce ao pormenor da tolerância de 15 minutos e acrescenta que a entrada após um atraso superior ao período de tolerância «será permitida se a justificação efectuada pelo médico na respectiva ficha ou livro de ponto for visada pelo superior hierárquico ou quem o substitua». Há mais pormenores, mas fiquemo-nos por aqui.

O que se passou desde Novembro até ao dia 26 de Abril passado com esta coisa de os médicos (ou alguns médicos, justiça aos cumpridores) terem também de assinar o ponto, não sabemos, embora imaginemos. O facto é que, datada daquele dia, há uma circular da Secretaria de Estado da Saúde, Serviços Médico-Sociais (Serviços Centrais), assinada pela Comissão Instaladora (herdeira da antiga Federação) que reza assim: «Para os devidos efeitos leva-se ao conhecimento desses Serviços Distritais que, por despacho vindo do senhor Secretário de Estado da Saúde, foi entendido que não deve ser instalado o sistema de relógio de ponto para controlo do trabalho médico nos postos dos serviços médicos-sociais».

Quem entende?

"Que socialismo?"

— pergunta "Pão d'Açúcar" do Porto

«Como se pode compreender que o sr. Primeiro-Ministro no seu discurso último em Espanha, afirme: queremos uma Europa para o Socialismo e não para o capitalismo, e muito menos para as multinacionais e venha agora entregar precisamente uma empresa considerada de importância económica-social para o país» tal como aparece citado no ponto 2 do despacho interministerial? Esta é uma interrogação das Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais das lojas do Porto (7-19-21-40) do Pão de Açúcar face à notícia de que o Governo se preparava para «entregar a empresa aos patrões brasileiros», conforme se lê no comunicado que nos foi endereçado.

Nesse comunicado, aqueles trabalhadores perguntam: «Porque é que estando nomeada uma Comissão Administrativa por parte do Governo nunca este lhe concedeu as facilidades oferecidas agora aos sabotadores da empresa? Porque é que o Governo em vez de diligenciar para que os brasileiros pagassem a sua dívida à empresa lhe concede regalias que não concederam nem concedem às dezenas de empresas intervencionadas e que na sua maioria são recuperáveis? Porque é que o Governo não quer governar com os trabalhadores mas contra os trabalhadores?»

O Governo esquece assim os princípios definidos na Constituição portuguesa nos artigos 80 e 81 — alínea G e O?»

Continuando a criticar implicitamente o Governo mediante interrogações que lhe colocam, os trabalhadores do Pão de Açúcar acentuam o que poderia ser a cadeia daqueles supermercados nas mãos do Governo e perguntam finalmente: «Será que a situação económica do país é tão boa que se pode dar ao luxo de entregar aos brasileiros um milhão de contos sem qualquer contrapartida?»

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE REUNIÃO

Caixa de Lanifícios enfrenta despacho

Os trabalhadores da Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios expressaram ontem em plenário, unanimemente, a sua solidariedade para com todos os membros da comissão administrativa daquela instituição, perante a eventualidade de medidas que venham a ser tomadas contra ela pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

A comissão administrativa assumira dias antes uma posição contrária ao teor de um despacho do secretário de Es-

tado da Segurança Social que proíbe a realização de reuniões de trabalhadores das instituições de Previdência durante as horas de serviço. Este despacho, recorde-se, tem sido reputado de ilegal pelos trabalhadores do sector, que invocam o princípio constitucional da não discriminação entre trabalhadores em matéria de direitos sindicais. E o direito de efectuar reuniões durante as horas de serviço, até ao total de 12 horas anuais, está claramente consagrado na Lei Sindical — sem excepções.

CORAME

Saiu o patrão, luc

A empresa intervencionada Corame é um caso exemplar da capacidade dos trabalhadores — quando têm acesso ao contolo das unidades onde trabalham — melhorarem não só as condições de trabalho mas também, a produtividade das empresas, o que vai reflectir-se na situação económica do País.

Tecnicamente falida quando foi intervencionada em Agosto de 75, a Corame é hoje uma empresa próspera, onde os seus 309 trabalhadores puderam apresentar em 76, um saldo positivo de 14.000 contos.

Neste momento, é urgente a definição do futuro da empresa, de cujo capital social uma outra empresa pertencente ao mesmo patrão, antes do 25 de Abril — a Saprel — detém 70 por cento.

Os trabalhadores defendem a integração da Corame no sector público. O que de modo nenhum podem admitir é a sua devolução à ex-entidade patronal contra quem corre na Polícia Judiciária um processo.

«A luta dos trabalhadores da Corame começou logo após o 25 de Abril, quando a entidade patronal, após ter prometido que não retiraria da empresa 25 000 contos de suprimentos nem cobraria o respectivo juro, contraiu um empréstimo bancário daquela importância, retirando os suprimentos e, como consequência, onerando a Corame com os respectivos juros».

Assim situa a Comissão de Trabalhadores da Corame o início da sua luta num relatório em que narra várias fases do conflito.

Mas a questão dos suprimentos foi sobretudo esclarecedora das intenções do patrão e início da luta em campo aberto. Os trabalhadores ti-

nam já começado a organizar-se e tinham apresentado até um caderno reivindicativo em que incidiam especialmente nos aspectos organizativo, de equipamento e investimento da empresa. A entidade patronal exprimiu satisfação pela «tenacidade» manifestada pelos trabalhadores, mudando de atitude quando, falhadas as negociações do CCTV dos Metalúrgicos, lhe foi apresentado um segundo caderno reivindicativo, contendo aspectos salariais. Então fez uma advertência: se a empresa não «desse», encerrá-la e entregaria as chaves ao Governo. As reivindicações salariais, todavia, foram as únicas cumpridas. Todas as restantes falharam e, o que os trabalhadores consi-

deram mais grave, falhou também o compromisso da entidade patronal assumido em planário de trabalhadores de que dada a situação da Corame, não tocariam nos suprimentos...

INDEMNIZAÇÃO EM HELICÓPTEROS

Depois disto, a situação agravou-se. A Comissão de Trabalhadores, eleita em Maio de 74, teve conhecimento de que o patrão e um seu cunhado, denegriam a imagem da firma junto de clientes e fornecedores, sonagavam contratos, como aconteceu com a «Technip», de cujo documento de consulta o cunhado de Carlos dos Santos Nogueira se esqueceu no fundo de uma gaveta. A consulta da Technip para fornecimento de materiais ao complexo de Sines, mais tarde descoberta, e realizada a encomenda, viria proporcionar à Corame dois anos de trabalho e a ter importante parte na recuperação económica da empresa.

Em consequência de tudo isto, o trabalho começou a falhar e a sensação de insegurança

a alastrar. A entidade patronal lembrou-se então de várias «soluções», desde uma espécie de coagção que os trabalhadores não aceitaram até à nacionalização, pela qual o Governo pagaria uma indemnização em helicópteros, o que o Governo não aceitou.

Finalmente, os trabalhadores souberam que os familiares de Carlos dos Santos Nogueira, sócios da Saprel, se tinham ausentado para o estrangeiro, fazendo-se um dos filhos até acompanhar dum carro da firma. O próprio patrão se preparava para lhes seguir a peugada, só não o fazendo por ter sido impedido no último momento, já no aeroporto. A CT da Corame denunciou a situação nos vários órgãos de Comunicação Social, o que motivou uma série de «esclarecimentos» de CS Nogueira. Mas nenhuma instância oficial acusou preocupação pelo que estava a passar-se. E os trabalhadores, vendo cada vez mais próximo o perigo de desemprego, optaram por uma solução: a ocupação das instalações da «firma-mãe», a Saprel. Para esse efeito, foi eleita em plenário uma comissão que, depois de tentar dialogar com os trabalhadores da Saprel, só conseguiu a adesão de 7.

cia-se vagamente, ou pelo menos alguns trabalhadores foram tendo conhecimento do descontentamento que reinava na Corame.

INTERVENÇÃO

Esta situação em nada facilitava a adesão aos da Corame. Segundo a Comissão de Trabalhadores da firma de metal-mecânica, a lucrativa Saprel era a alma dos negócios do patrão. A Corame, empresa fabril onde os seus 309 trabalhadores, à data do derrube do fascismo, nem sequer dispunham de água quente ou cantina, servia-lhe para designar a sua profissão de «industrial» e colocar os amigos e conhecidos que lhe pediam emprego.

Após a ocupação, que não

ligadas por uma ser detentora da maioria do capital da outra.

FRAUDES DE MILHARES DE CONTOS

O inquérito realizado pelo Ministério das Finanças e o acesso dos trabalhadores à documentação da firma revelaram a existência de irregularidades cometidas pela ex-entidade patronal no valor de centenas de milhares de contos. Estas anomalias prendem-se fundamentalmente com a retenção no estrangeiro de comissões que o gerente da Saprel recebia das empresas estrangeiras a que comprava material, fugindo portanto ao controlo do Banco de Portugal. Preso —



Não só o equipamento e o desenvolvimento da empresa foram Corame. As condições de trabalho dos operários e as rega

se fez sem a reacção negativa da maioria dos trabalhadores da Saprel, as firmas foram geridas durante quatro meses por uma comissão de quatro trabalhadores.

A Saprel, que depois de finda a guerra colonial passou a viver da venda de material sobresselente, ficou paralisada. Em Maio de 75 um inquérito do Ministério das Finanças demonstrava a necessidade de intervenção estatal na Saprel, o que aconteceu em Agosto de 75, tendo o respectivo despacho sido publicado em 6 de Setembro seguinte.

A Saprel passou a ser gerida por uma Comissão de Gestão composta por dois gestores por parte do Estado e dois trabalhadores da Corame. Esta situação manteve-se até Abril de 76, mês em que duas comissões de gestão passaram a estar à frente das empresas, que continuam no entanto a estar

pensam os trabalhadores — à ordem do Conselho da Revolução, Carlos Nogueira cumpriu escassos meses de prisão, tendo sido libertado pouco depois do 25 de Novembro. Foi posteriormente julgado pelo crimes de abuso de confiança, de que foi absolvido, e incriminado por transferência ilegal de divisas. Condenado a 25 meses de prisão e ao pagamento de dois mil contos ao Estado, recorreu ao Supremo Tribunal Militar que anulou o julgamento com base em «falhas técnicas».

Actualmente corre na Polícia Judiciária uma acção interposta pela CA da Saprel.

De há uns meses a esta parte, o seu paradeiro é desconhecido, constando entre os trabalhadores que se terá ausentado para o estrangeiro. Antes porém, e segundo trabalhadores da Saprel, CS Nogueira, apareceu como sócio-gerente de

A SAPREL: UM AMBIENTE FAMILIAR

A Saprel — Sociedade Aérea Portuguesa de Representações Lda — é uma representante de várias empresas estrangeiras de material aeronáutico e de guerra, material que vendia às Forças Armadas do nosso país. Tinha portanto a função intermediária. No tempo da guerra colonial, a Saprel viveu, como é de calcular, tempos de desafogo económico.

Os principais componentes da sociedade eram, além do gerente, a mulher, e os quatro filhos. O gerente Carlos dos Santos Nogueira, conhecido entre os trabalhadores pelo «sr. Comandante» (é 1.º tenente da Armada na Reserva), podia manter um tipo de relação com os trabalhadores que lhe dava a aura de «bom patrão». Além de poder pagar ordenados considerados razoáveis para o nível nacional, conviviam com eles em jantares de comemoração do aniversário da Saprel, convidava-os para passeios no seu iate, entre outros divertimentos. Reinava, segundo se diz, um clima «familiar». Mas como «pater familias» eixo do seu poder os negócios ficavam apenas no seu conhecimento. Os trabalhadores de nada sabiam.

«Não fazíamos ideia da situação da Saprel», conta um dos elementos da Comissão de Trabalhadores. O gerente era absolutamente autocrático. Muitos de nós nem sabíamos que a Corame era do sr. Comandante. Sabia-se apenas que ele tinha algumas empresas, além destas».

Depois do 25 de Abril, Carlos dos Santos Nogueira alougou instalações no nono andar do edifício em cuja sobreloja se encontram os escritórios da Saprel. Para aí transferiu todos os documentos e aí passou a trabalhar com a secretária. A partir de então não se sabia mesmo de nada nas instalações da sobreloja. Conhe-



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP a que se refere o processo 8/59 543, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Vila Franca de Xira, de modificação da linha aérea n.º 1124 a 10 kV, entre os pontos n.º 39 e 41, com diminuição de 62 metros no comprimento total da linha e alimentando o posto de secçãoamento n.º 4769 na Quinta da Azibreira-A-de-Freire em S. João dos Montes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe Joaquim Gonçalves dos Santos



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP a que se refere o processo 8/59 490, arquivo 14, para o estabelecimento em Conceição da Abóbada, concelho de Cascais, de modificação da linha a 10 kV, n.º 1615/R 3 que alimenta o posto de transformação 1250-C com a montagem de um troço aéreo e de um troço subterrâneo, com 94 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe Joaquim Gonçalves dos Santos



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP a que se refere o processo 8/11 987, arquivo 14, para o estabelecimento em Conceição da Abóbada, concelho de Cascais, de modificação da linha aérea a 10 kV, n.º 1615 entre os pontos n.º 21 e 24 com um aumento de 75 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe Joaquim Gonçalves dos Santos

errou o País

TEXTO: MANUELA ALVES FOTOS: JOSÉ TAVARES

uma firma congénere da Saprel, a Vilsene, num concurso público para fornecimento de material à Força Aérea...

RECUPERAÇÃO

A par disto e da falência técnica da Corame, os trabalhadores herdaram ainda uma dívida no valor de 40.000 contos, de que só o montante das falhas com a Previdência subia a oito mil contos, e uma carteira de encomendas bastante depauperada. Regalias sociais não havia; a tabela salarial era a única «cláusula» actualizada.

Mas os trabalhadores, tendo à frente a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Administrativa, recuperaram de tal forma, que a Corame hoje é uma empresa que dá lucros e

uma obra que terminaria em 1975; em 75, ainda como resultado desta manobra mas também, da quebra geral de produção que se verificou nesse ano, a empresa registou um saldo negativo de 4.220 contos; em 76, o saldo positivo ascendeu a 14.000 contos.

Entretanto, a Previdência e os seguros são pagos totalmente e sem atrasos, bem como os fornecedores.

A tabela salarial está mais que actualizada, os subsídios em dia e aumentados em número: foi criado um subsídio para refeições e um complemento ao subsídio pela doença pago pela Caixa. Mas não só nestes aspectos a prosperidade da Corame se reflectiu nas condições de trabalho dos que nela vendem a sua força de

se tivéssemos». — afirma um dos membros da CT. «Muitos dos seus elementos estão em lugares-chave, o que nos permite controlar praticamente toda a actividade da empresa».

Conscientes da capacidade de produção da Corame e da sua força de trabalho, os trabalhadores têm projectos bem definidos quanto ao futuro. Adquiriram uma calandra para enrolar chapa; têm um projecto de alteração das instalações fabris que inclui uma secção autónoma de pré-fabrico, o que permitirá aumentar para o dobro a área de fabrico e criar novos postos de trabalho. A concretização deste projecto está dependente de um financiamento no valor de 38.000 contos do Banco de Fomento.

Quanto ao futuro da Corame depois da desintervenção, que se pensa estar para breve, os trabalhadores optaram pela formação de uma empresa pública, resultante da fusão das empresas intervenções do sector da metalomecânica semipresada. O projecto foi entregue já no Ministério da Indústria e Tecnologia.

Passagem a empresa pública é também a aspiração dos trabalhadores da Saprel, o que facilita a solução da Corame. A CT da Saprel defende a passagem a empresa pública a qual, aproveitando e desenvolvendo as estruturas já existentes, inclusive contactos com empresas estrangeiras, seria a coordenadora do fornecimento de todo o material necessário às Forças Armadas.

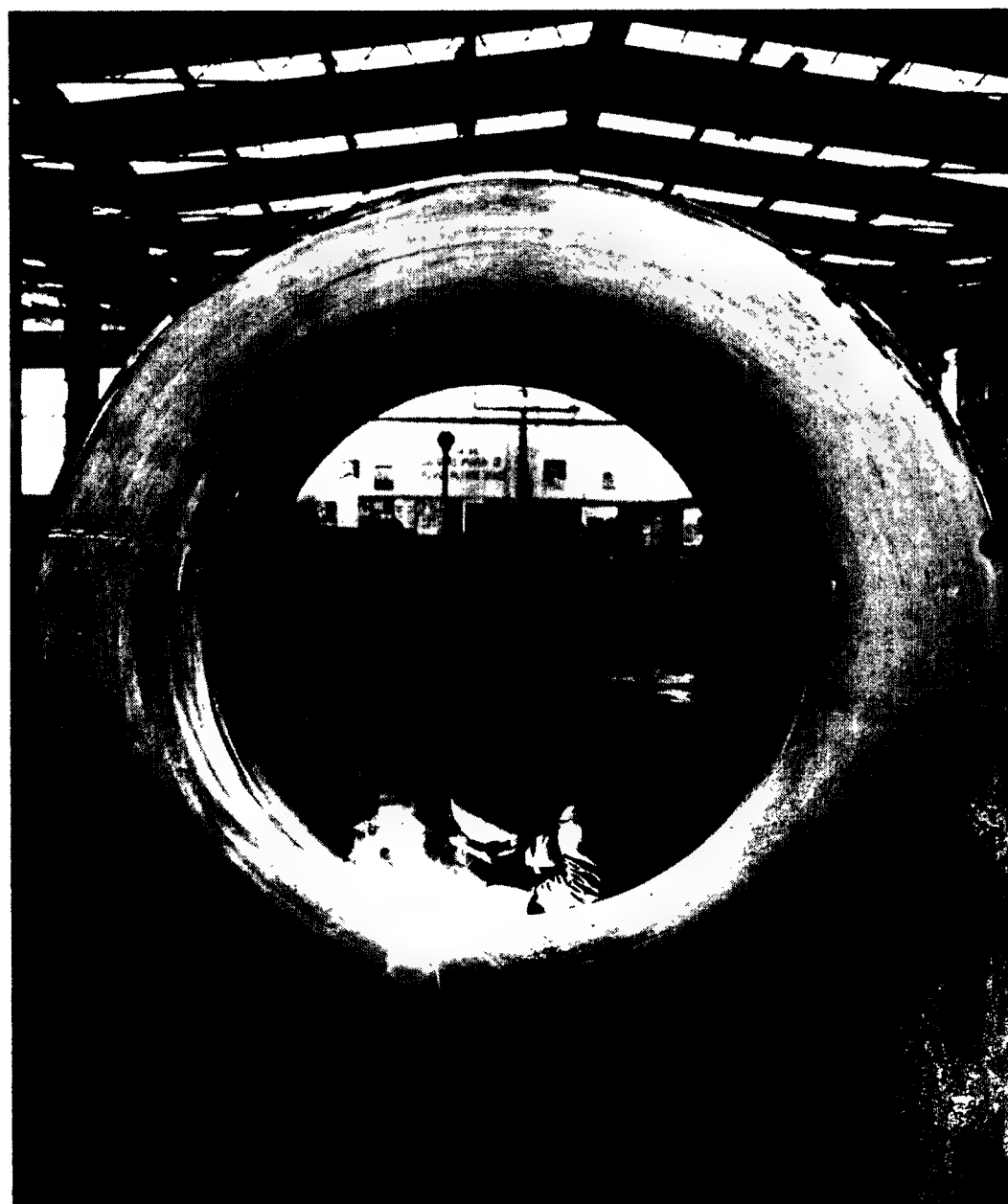
DEFINIÇÃO É URGENTE

A próspera situação da Corame contudo está a ressentir-se um tanto de escassez de trabalho, pois está dependente da quantidade de obras adjudicadas à empresa e do aproveitamento da sua capacidade de produção.

Segundo a CT da empresa, as duas causas fundamentais da escassez de trabalho são o atraso na adjudicação das obras de amplificação da refinaria do Norte, atraso que a CT espera vir a ser ultrapassado e o boicote às metalúrgicas intervenções, desenvolvido por várias empresas. Relativamente à Corame, essas empresas invocaram a sua situação de intervenção e a incerteza em relação à sua situação futura. A definição do futuro é por tanto urgente, embora nunca admissível a devolução o ex-patrão.

A BARRACA
R. Alexandre Herculano, 70
«BARRACA CONTA TIRADENTES»
M/13 anos
ENCENADOR Augusto Boal
elenco «A Barraca»
Dias úteis: 21H15
Folga: 2.ª feira
MATINEES:
SAB: 16H00
DOM: 18H00

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA PAULA



Em três anos, os trabalhadores contribuíram para que a Corame, de tecnicamente falida, passasse a empresa com lucros. E agora, a desintervenção?



m objecto das atenções dos que geriram nestes três anos a alias sociais foram também alvo das suas preocupações

em expansão. Como, conseguiram recuperar?

«Através dos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução conseguimos que nos fosse aberta uma conta nos Pintos e Sottomayor, de 500 contos — conta um elemento da Comissão de Trabalhadores com o simplicidade de quem põe em pé o Ovo de Colombo. Essa verba passou a servir-nos de fundo de maneiio. Depois fomos contactando os clientes. À excepção da Administração todas as estruturas se mantêm, pelo que fomos conseguindo recuperar encomendas e clientes».

A atestar o bom funcionamento da empresa, há números. Em 1974, a Corame (depois de não dar lucros durante muitos anos) teve um saldo positivo de 234 contos, graças a uma manigância do patrão que consistiu na inclusão nas contas desse ano de lucros de

produção. Como noutras empresas em que os trabalhadores são responsáveis pelas condições de trabalho, uma cantina arejada e bem equipada e 14 balneários com água quente, foram criados. No bar, esboça-se a formação de uma mini-cooperativa.

O aumento da produtividade deve-se ainda à eliminação das horas extraordinárias e à quase inexistência de absentismo (a taxa oscila entre os 5 e 7 por cento).

A Comissão de Trabalhadores, tem evidentemente papel importante na recuperação e prosperidade da empresa. Os seus 16 elementos estão organizados em grupos de trabalho, com objectivos bem determinados como sejam processo Nogueira, empresas desintervencionadas, contacto com outras CT's.

«Nós não temos estatuto de controlo operário, mas é como

S.  R.
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS
É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP e a que se refere o processo 8/59 544, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Torres Vedras de uma modificação da linha aérea a 10 kV, n.º 374, com diminuição de 18 m no comprimento total, entre os apoios n.ºs 14 e 15 (antigo apoio n.º 16), e alimentando o posto de secçãoamento n.º 4759, em Sarge, concelho de Torres Vedras.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S.  R.
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS
É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP a que se refere o processo 8/59 488, arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Vila Franca de Xira de uma linha aérea a 10 kV n.º 1125/R 13, com 278 metros de apoio n.º 2 da linha 1125/R 4 ao posto de transformação n.º 4664 em Calhandriz.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S.  R.
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS
É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP a que se refere o processo 8/59 489, arquivo 14, para o estabelecimento em Casalinhos de Alfaiata, concelho de Torres Vedras, de modificação da linha aérea a 10 kV, n.º 354, com um aumento de 44 metros no seu comprimento, entre os apoios n.ºs 71 e 74 (antigo apoio n.º 75), permitindo a ligação ao posto de secçãoamento n.º 4755.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Maio de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

Câmara Municipal de Concelho de Torres Vedras

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA DE «CONSTRUÇÃO DA E. M. 630 — Troço de Boavista (E. N. 247) ; Praia Azul — Terraplenagens, Obras de Arte e Pavimentação com revestimento betuminoso, na extensão de 20 22,50 ml».

FREÇO BASE 2 744 294\$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 68 607\$40

LOCAL, DIA E HORA LÍMITE PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

Local: Paços do Concelho de Torres Vedras.
Serviço de Secretaria (Secção dos Serviços Centrais), dentro das horas de funcionamento normal até ao último dia do prazo de 20 dias contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».
O local do acto público do concurso terá lugar na Sala de Sessões da Câmara, na primeira reunião ordinária que se realiza a seguir ao termo do prazo acima referido, pelas 16.00 horas.
O processo desta empreitada pode ser examinado durante as horas de expediente dos serviços públicos.

Torres Vedras, 27 de Abril de 1977

O Presidente da Câmara

PUB

C.C.T.V. PREVIDÊNCIA

A atenção das
DIRECÇÕES SINDICAIS
COMISSÕES DE TRABALHADORES
COMISSÕES DE DELEGADOS SINDICAIS

Camaradas,

A CSN convoca as CTs e DS para um plenário nacional no dia 14 (sábado) pelas 9,30 na Av. Visconde de Valmor, 34 2.º (sindicato dos Rodoviários) com a seguinte OT:

- 1 - Balanço dos plenários do dia 10 de Maio
- 2 - Contactos efectuados pela CSN
- 3 - Concentração dia 18

**NÃO FALTES
SÓ COM A PRESENÇA DE TODOS PODEMOS FAZER UMA ANÁLISE CORRECTA DA SITUAÇÃO**



grande cabeleireiro de senhoras EVA, Ida.

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TÊM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23

LISBOA

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — R. Infantina 16, 55-D — LISBOA

NOVOS "PLANOS" PARA RODÉSIA E NAMÍBIA

Ocidente tenta salvar capitalismo

«A Zâmbia está céptica acerca de uma nova conferência para tentar alcançar um acordo sobre a Rodésia, conforme foi proposto pelos britânicos e norte-americanos», disse, ontem, um informador do Governo de Kenneth Kaunda ao comentar as diligências recentes de Cyrus Vance e David Owen. «Todas as vezes que houve conversações sobre a Rodésia o primeiro-ministro Ian Smith tem vencido», disse Mwale que acrescentou:

«Temos todas as esperanças de que a luta na África Austral alcançará brevemente o seu fim lógico, particularmente no Zimbabwe (Rodésia) através da luta armada. Não temos quaisquer opiniões românticas acerca da guerra. Odiamos a guerra, mas é a única alternativa».

Esta posição da Zâmbia — que é partilhada pelos outros países da linha da frente e pela Frente Patriótica Mugabe — foi tornada pública no preciso dia em que a Associated Press divulgou o mais recente plano anglo-americano para resolver o conflito rodésiano, substituindo Ian Smith e impondo um Governo maioritário, mas mantendo o sistema capitalista na região. Estas diligências são especialmente conduzidas por Andrew Young, que se encontra em África desde ontem e relegam para segundo lugar os movimentos armados que são o dado mais importante do problema. Foram eles, aliás, que conduziram a luta de libertação a um tal grau que já não resta outra alternativa senão substituir Ian Smith e procurar

salvar o essencial, indo a votos.

O novo plano conjunto dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha para tornar a Rodésia um Estado independente com Governo de maioria em Setembro de 1978, prevê a demissão do primeiro-ministro Ian Smith e do seu Governo três meses antes de entrar em vigor o Governo de maioria negra naquele Estado.

Ademissão de Smith abrirá caminho à suspensão imediata do embargo da ONU contra a Rodésia, bem como ao cessar-fogo imediato entre as forças rodésianas de segurança e os guerrilheiros nacionalistas negros, se estes concordassem com o plano.

Uma vez em suas bases em Lusaca ou Dar Es-Salam, os funcionários britânicos e americanos consultarão todas as facções nacionalistas africanas.

Os dirigentes dessas facções serão convidados para conversações e, caso não compareçam, altos funcionários da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos irão ao seu encontro para conferenciar.

Os representantes britânicos e americanos consultarão também o Governo de Smith, provavelmente em Salisbúria, dado que este ou os delegados rodésianos brancos não seriam bem acolhidos na Zâmbia ou na Tanzânia.

Haverá também consultas com o primeiro-ministro sul-africano John Vorster e com os chefes dos Estados da linha da frente, vizinhos da Rodésia.

NO DIA 16 EM MAPUTO

Kurt Waldheim preside à Conferência de Auxílio aos Movimentos de Libertação

NOVA IORQUE (NAÇÕES UNIDAS) — O representante permanente da Tanzânia e presidente do comité especial da descolonização, Salim, anunciou a 2 de Maio que Kurt Waldheim presidirá à sessão inaugural da conferência de Maputo, que se reunirá de 16 a 21 de Maio, e durante a qual também usarão da palavra personalidades como Olof Palme, antigo primeiro-ministro da Grécia, e William Eteki, secretário-geral da OUA. A maioria dos países membros do Conselho de Segurança, entre os quais se contam os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido, também participarão nos trabalhos da conferência.

Os movimentos de libertação da África Austral, estarão igualmente representados na conferência de Maputo. A reunião terá por objectivo mobilizar a opinião mundial a favor da luta contra os regimes minoritários, e travar um diálogo entre os representantes da ONU e os dirigentes dos movimentos de libertação. «No essencial», diz Salim, «trata-se de uma conferência de consolidação do apoio aos movimentos de libertação». Ela recomendará a adopção de medidas específicas pelo Conselho de Segurança, que deve retomar os seus debates sobre a África do Sul, em data ainda não marcada, mas antes de 6 de Junho.

A «declaração de Maputo» em que se baseiam as decisões da conferência, descreve o clima de urgência e gravidade que reina nas Nações Unidas, no que diz respeito à si-

tuação na África Austral, e define as responsabilidades da África do Sul para com a Rodésia e a Namíbia, de modo particularmente explícito. Este documento recorda que a organização internacional reconhece a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) como único representante legítimo do povo da Namíbia e «apoia o seu combate». Condena antecipadamente e com a maior severidade todo e qualquer regime provisório que pudesse vir à luz após a conferência Constitucional de Windhoek, e qualifica como «agressão contra a ONU», a actual ocupação da Namíbia pela África do Sul.

Para mais, essa declaração reforça o papel do «Conselho da Namíbia» (da ONU), no que diz respeito à libertação deste país, e assegura: «É imperativo que os membros da organização internacional insturem um embargo sobre as armas destinadas à África do Sul».

A reunião da «conferência de apoio aos povos da Namíbia e do Zimbabwe» fora decidida pela assembleia geral do Outono passado. A França ainda não definiu a sua posição. Sabe-se que a conferência irá pronunciar-se a favor da reunião, em Junho ou em princípios de Setembro, de uma assembleia geral extraordinária da ONU sobre a questão da Namíbia. A ideia já fez caminho e o presidente Senghor fez recentemente saber a Kurt Waldheim que a apoiava sem reservas.

LOUIS WIZNITZER
(Le Monde)

«Não haverá possibilidade alguma de elementos do Ian Smith manterem, após a resignação deste, o controlo da Polícia, dos tribunais ou das Forças Armadas. Essa promessa, real ou imaginária, que Smith afirma ter recebido do ex-secretário de Estado Henry Kissinger foi um dos motivos principais do malogro das conversações em Genebra», afirmou um funcionário em Washington.

A apoiar o novo plano — concluíram os informadores — haverá um fundo de auxílio a longo prazo no valor de 2000 milhões de dólares, destinado a financiar investimentos para o desenvolvimento dos recursos humanos, naturais e industriais do Zimbabwe.

Visa também a persuadir os rodésianos brancos a manterem-se no país, ou a indemnizar os que pretendem fixar-se noutro lado.

A data prevista no plano para a independência é 24 de Setembro de 1978, ou seja, dois anos a contar da data em que Ian Smith se comprometeu a transferir o Poder para a maioria negra.

ELEIÇÕES NA NAMÍBIA

A Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) não participará nas eleições da Namíbia. S. Nujoma, presidente da Organização, fez esta declaração durante uma entrevista ao «Algérie-Aktualites», acrescentando que «considera ilegal o regime de Vorster nes-

te país» e a SWAPO intensificará as operações militares até à libertação da Namíbia do jugo racista de Pretória.

S. Nujoma afirmou que «a ofensiva imperialista contra os países africanos progressistas visa travar o movimento de libertação nacional».

Estas declarações de Sam Nujoma são publicadas na mesma altura em que representantes das cinco potências ocidentais — Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, França e Canadá — concluem em Windhoek, capital da Namíbia, uma conferência de dois dias que pretende preparar o acesso do país à independência. A reunião foi organizada por Pretória e apesar dos contactos havidos com a SWAPO, em pé de igualdade com outros 10 grupos, muitos deles escolhidos com base rática, dá a ideia que é apenas uma tentativa mais para salvar o sistema e manter a Namíbia, após a independência, na órbita capitalista.

Aliás, a agência soviética Novosty, em correspondência do Maputo, sublinha o facto de o regime racista sul-africano considerar os brancos da Namíbia como «eleitos do povo». O próprio Vorster, primeiro-ministro da África do Sul, que administra o território, já acentuou que o seu projecto de estatuto da Namíbia «é no interesse do mundo ocidental».

Esta iniciativa diplomática capitalista está em flagrante contradição com as moções aprovadas nas Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

Transferência maciça de colonos brancos da África Austral para América Latina

A Argentina e a Bolívia estão a fazer planos para aceitarem uma imigração em larga escala de colonos brancos da África Austral num projecto financiado pela Alemanha Ocidental, escreve um jornal da Cidade do México.

O semanário político independente «Proceso» citava fontes oficiais em São José, capital da Costa Rica, como tendo afirmado que a Alemanha Ocidental se ofereceu para contribuir com 150 milhões de dólares para o custo da migração, e que a Grã-Bretanha e a Holanda prometeram, também, o seu apoio.

A Alemanha Ocidental fez a sua oferta numa reunião recente, em São José, com representantes de governos latino-americanos, dizia. Desejava ajudar a transferir 30 mil famílias brancas da Rodésia, África do Sul e Namíbia (sudoeste Africano) para países situados na zona meridional da América do Sul. O «Proceso» não dizia quais os governos latino-americanos que assistiram à reunião.

Sem citar qualquer fonte, afirmava que a Bolívia já elaborara um plano para instalar 150 mil brancos da África na sua região meridional, junto da fronteira brasileira.

O jornal «Excelsior» publicou, há dois dias, uma notícia semelhante acerca da Bolívia, atribuindo-a a fontes bolivianas altamente colocadas. O «Excelsior» dizia que os bolivianos calcularam o custo total do seu projecto em 387 mi-

lhões de dólares.

O Brasil, o Equador e o Uruguai mostraram também interesse em receber colonos brancos da África Austral, afirmava.

O «Proceso» citava, também, autoridades em Buenos Aires como tendo dito que o governo argentino tem estado a trabalhar nos seus próprios planos para instalar brancos sul-africanos em quatro províncias do Norte, mas não havia pormenores sobre o custo ou o número de pessoas que poderiam ser instaladas.

A revista dizia que países da Europa Ocidental estavam a coordenar os seus esforços através da Comissão Intergovernamental sobre Migrações Europeias, um órgão criado para tratar de problemas de refugiados após a Segunda Guerra Mundial.

Associação de Escritores do povo da Azania

Mais de cinquenta escritores sul-africanos negros, reunidos no Soweto, decidiram criar a Associação dos Escritores do Povo da Azania (AZAPOWA), anuncia-se em Joanesburgo.

Um informador da Comissão Permanente da Azapowa declarou que a Associação está aberta a todos os escritores negros da Azania (nome utilizado pelos nacionalistas africanos para designar África do Sul).

ARGOS

rodízios LORAMEX



par
295,



Deslocam sem esforço fogões, frigoríficos, máquinas de lavar, etc para uma rápida e fácil limpeza de chão

- Fabricado em aço especial
- Equipados com travão especial.
- Altura só 4 cm.
- Em segundos e sem ferramenta aplique você mesmo.
- Suportam cargas até 272 Kg
- Facilmente ajustáveis de 40 a 60 cm.

ALFREDO A. MOREIRA, LDA.

(A Casa dos Berbequins)

Venha já ou peça pelo correio sede R. Ferreira Borges, 16-18 - Lisboa - Tel. 662146-668656

Loja Hobby no Druggstore Apolo 70

Loja Hobby no Druggstore Alvalade

Av. Júlio Dinis, 10 - Tel. 774094 - Lisboa

★ Praça de Alvalade - Lisboa - Tel. 804913

Lojas Hobby abertas todos os dias até à meia-noite

Queiram enviar-me pares de rodízios por 295\$00 mais portes

Nome _____

Morada _____

d Venda pelo correio Rua Tomás da Anunciação, n.º 68 B LISBOA 3

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:
Título original: «That's Entertainment» part II
Realização de novas se-

"Hollywood, Hollywood"

quências: Gene Kelly
(USA-1976)
Narração: Leonard Gershe
Fotografia (metrôcolor): George Folsey
Montagem: Bud Friedgen, David Blewitt, David Bretherton, Peter C. Johnson
Supervisão musical: Nelson Riddle
Novas canções: Howard Deitz e Saul Chaplin
Interpretação: Fred Astaire, Gene Kelly
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo
Cinema: Tivoli
Classificação: Para todos
Duração: 133 minutos

Sob o pretexto das bodas de ouro do velho leão MGM os produtores lançaram, sob a responsabilidade de Jack Haley Jr., isto é espectáculo. Após o sucesso eis que nos surge a parte II (em Portugal sob o título de **Hollywood, Hollywood**), agora sem a indicação de qualquer responsável na realização; o esquema é idêntico: montar sequências daquilo que foi um dos tops da Metro, a comédia musical, se bem que, aqui e ali, surjam alguns exemplos fora desse género cinematográfico (ai se integram as cenas com Spender Tracy, Katherine Hepburn,

Clark Gable, os irmãos Marx, Bucha e Estica...)
E se é verdade que este filme está cravejado de inestimáveis jóias, se há bem uma dúzia de sequências que justificam o nosso interesse apaixonado, o certo é que, na sua globalidade **Hollywood, Hollywood** peca por um acriticismo e por um falta de critério irritantes. É que sobre um género de filmes que fizeram história há muitas maneiras de nos debruçarmos. Pode-se, com eles traçar uma panorâmica evolutiva, pode-se fazer uma análise sociológica (não é por acaso que o auge da comédia musi-

cal se passa nos anos 40), pode-se levantar um trabalho sobre as vedetas (fazendo uma explanação sobre o seu percurso e importância), pode-se falar dos vários autores (e alguns geniais como Busby Berkeley ou Vincente Minnelli), enfim, há muitas portas por onde entrar.

O pior de tudo é fazer uma amostragem descronologizada e arbitrária, pontada apenas por uma falsa memória e pelo sentimento de que «aquilo é que eram bons tempos e bons filmes, lembres-te?» e, para mais, possuída por um gosto retrógrado e kitsch. Nada de distanciação, nada de critérios estéticos, éticos, históricos ou retrógrado e kitsch. Nada de distanciação, nada de critérios estéticos, éticos, históricos ou políticos, nenhum trabalho analítico, tal a constante que perpassa por **Hollywood, Hollywood**. E, no entanto, tanto material impar, tanto talento servido em anónimos bocados!

Hollywood, Hollywood, que podia ser uma antologia de cinemateca, é apenas um filme de apressados produtores, uma película que nos deixa com vontade de ver ou rever algumas dúzias de filmes (porque não relançar as mais exemplares, senhores distribuidores?); o que é lamentável é o desperdício que regeu o trabalho de o montar.



Fred Astaire e Gene Kelly

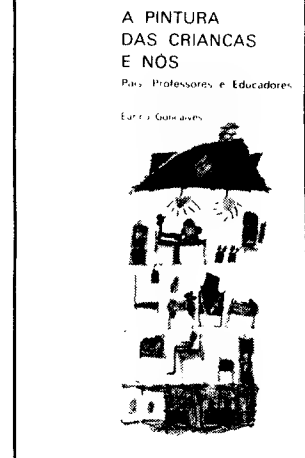
LIVROS

Crianças e pintura

«Que é a pintura infantil? Qual deverá ser a atitude do adulto face a expressão livre da criança? Existe algum elo entre o artista, o poeta e a criança, alguma relação entre a arte dos adultos e a pintura das crianças? Que lugar ocupa hoje a criatividade nas nossas escolas? A estas e outras perguntas procura responder este livro que, em linguagem simples e directa, se destina a todas as pessoas que se interessam por problemas de educação e arte. Entre as pessoas mais directamente interessadas contam-se os pais, os professores e os educadores». De uma breve nota introdutória de Eurico Gonçalves ao livro «A Pintura das Crianças e Nós», do autor, chancela da Porto Editora, desde há dias nas livrarias.

Trata-se de um livro didático, e, enquanto isso e nas suas proporções, quer-nos parecer que uma iniciativa sem precedentes (talvez por isso mesmo exemplar). São cinquenta e quatro páginas (atenção: a numeração do índice está errada, mas é certamente um pormenor irrelevante), e cerca de duas dezenas de textos de reflexão sobre o tema proposto. Os textos são duma grande brevidade; em vez disso poder-se-ia dizer que são muito concisos, precisos, etc., etc. Os profissionais da Pedagogia sabem isso, ou se sim ou não, melhor do que nós. O volume enriquece-se com dezenas de reproduções de trabalhos de crianças, os mais deles a cores. Nas páginas finais faz-se uma breve antologia de pinturas (chamemos-lhes assim) de nomes de topo de arte moderna:

Picasso, Dubuffet, Miró, Paul Klee, Pollock, Degottex, Hartung, Henri Rousseau, Domínguez Álvarez, Julio, Sara Afonso, reflectindo (os trabalhos reproduzidos) a relação (a semelhança, a parecença, para assim dizer) entre aquilo que fazem os adultos a pintar e o que a pintar as crianças fazem.



Há ainda uma página de ditos de artistas célebres do nosso tempo sobre essas relações — que o trabalho de muitos deles é uma nota das mais fortes que a caracteriza e distingue.

Deve-se fazer alguma coisa para evitar o risco de que este livro passe despercebido. Fica aqui esta notícia para o interesse daqueles a quem fundamentalmente o livro se destina, mais um informação complementar: o preço é de 45\$00. Naturalmente, a edição teve uma tiragem considerável; se não, o preço não previne eventuais prejuízos.

L.M.R.

Todas as noites às 21.30
matinées, sábados e domingos às 16 h

TEATRO LAURA ALVES
Tel. 86 47 56

Uma comédia de JOSÉ VILHENA

CALCINHAS AMARELAS

com: RENE ISIDRO • BARROSO LOPES • MANUELA MARIA • LUIS MONTANAR • MIGUEL • TERESA ZILCO • MARIA JOÃO • PAULA LIMA • ...

A mais divertida comédia portuguesa dos últimos 54 anos.

CENTRO ESTUDANTIL DE FOTOGRAFIA E CINEMA
«17 de Novembro»
Rua D. Estefânia, 16

CICLO — Cinema de Intervenção
FILME — «O Sal da Terra»
REALIZADOR — Herbert J. Bierman (Estados Unidos, 1956)

SESSÕES — 18.00 e 21.30 horas
BILHETES — Esc.: 10\$00

Não aconselhável a menores de 13 anos
Apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

HOJE, às 21.30 horas

VASCO MORGADO APRESENTA

isto é que me dói!

Versão Portuguesa da peça «CHECKUP» do dramaturgo brasileiro PAULO PONTES

encenada por RAUL SOLNADO e CÉSAR DE OLIVEIRA
cenário de Octávio Clérigo

RAUL SOLNADO
(ex-primeiro de entrada em cena)
GUIDA MARIA HELENA MATOS
JOEL BRANCO CÂNDIDO MOTA
LUIS DE MASCARENHAS
DAVID SILVA

VARIEDADES

O ÉXITO DO ANO EM 9.º MÊS

TRINDADE-INATEL

1383

GRUPO de CAMPOLIDE

Às 21.30 (todas as noites excepto ao domingo e à segunda). Domingo tarde às 16 (N. acons. a m. 13)
50 por cento de desconto para os sócios do INATEL, dos Sindicatos, CCD's e CPT's

Um dos mais importantes espectáculos do actual Teatro Português!

2.º MÊS DE ÉXITO

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

os comicos

APRESENTAM
«Matinée Mágica»

Encenação de: Ricardo Pais
com: Sérgio Godinho, Teresa Madruga, António Solmer e Marília Gama.

SÓ ATÉ 15 DE MAIO
(Maiores de 18 anos)

Todos os dias, às 21 e 30 horas
2.ª Feira: dia de descanso

SUBSIDIADOS PELA SEC

não se prive do seu automóvel nos fins de semana, leve-o consigo de comboio!

o serviço diário
AutoExpresso

Lisboa-Porto-Lisboa
transporta-o a si e ao seu carro

informe-se nas estações e agências de viagens

Caminhos de Ferro Portugueses

PUB

Vida social
Dr. Silva Tavares

De Vales — Mação, acompanhado de sua esposa, H. Kuschinski S. Tavares, regressou de Estrasburgo do 4.º Congresso da Association Europeenne de Medicine Interne d'Ensemble (Associação de Médicos de toda a Europa de Leste e Oeste) associação de que é membro titular.

ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Tel. 2752127
ALMADA

a farsátira de AUGUSTIN GUZZANI

O SEGREDO DO FAÍSCA

Tradução de TERESA PAULO com a colaboração de JOSÉ VIANA que também escreveu as canções

Encenação de ROGÉRIO PAULO

ROGÉRIO PAULO MARIA DULCE DORA LEAL
(numa breve intervenção)

Bilhetes à venda para a ESTREIA e dias seguintes

2.ª a 6.ª FEIRA às 21.00 h

Sábado DUAS Sessões às 20.30 e 23.00 h

DOMINGO às 16.00 e 21.30 horas

Não acons. m. 13 anos

ESTREIA AMANHÃ

COM: ANTÓNIO ANJOS • CARLOS IVO • MANUEL COELHO • MARIA ALEXANDRA • MARIA HELENA SILVA e ainda — ANTÓNIO MACHADO • DINA MARIA • ELISA DE GUISETTE • GIL MATIAS • JANINE OSÓRIO e ORLANDO FERNANDES — Direcção Musical de VICTOR BONJOUR • Maquinista: CARLOS GRAÇA • Som DURVAL DE LUCENA • Assistente de encenação: ANTÓNIO MACHADO

DUAS SESSÕES
às 20.30 e 23.00 horas

Canal da Crítica

COM RIMA É OUTRA LOIÇA!

Um Telejornal
muito variado
(mas que é do fiscal
do peixe estragado?)

Reportagem fina
de se ficar «grog»
por entre a neblina
do londrino «smog».

Neste grande afã
gato atrás de rato
um que diz OTAN
outro que diz NATO.

NATO: amor «fraterno»
só «democracia»...
(Até no Inferno
Salazar se ria!)

E a complicação
do dinheiro ao rego
com tanta inflação
com tal desemprego?

Europa coitada
com ar de famélica.
NATO: pão de nada
com manteiga bélica...

Mas não chores, ai,
mas não tenhas pena
porque o Mário vai
vai para Viena.

Será que descalça
a crise tribul
a dançar a valsa
do «Danúbio Azul»?

Ares de lirismo
por rufas e mares
mas de socialismo
se calhar, só ares...

No fim da conversa
Cerqueira amandou
a nota dispersa
que o MAP inventou.

Não sei quê lagar
não sei quê sem uso
falar por falar
dá nhó-nhó confuso.

Mas o camponês
que o mostrengo cape
às duas por três
já topou o MAP...

A notícia cómica:
a China sem Mao,

face à guerra atómica
vai-se pôr a pau...

Como? Penso que é,
após longo estudo,
a Arca de Noé
com o Livrinho e tudo...

Hoje, de palanque
China — que cacholal —
dá a mão ao lanque
contra a livre Angola.

Pronto: dê-se o fora
do Telejornal
é um tema agora
que já cheira mal.

Em Colditz estamos
o que aconteceu?
Coisas que encontramos
de bradar ao céu.

Um major trombudo
sempre em alvoroço
que diz tudo, tudo
só quando está grosso.

O oficial com um belo,
um plano admirável:
tornar o castelo
mais invulnerável.

Uns prisioneiros
com vindas e idas
dentro dos caneiros
como em avenidas...

Tranquilos ingleses
mostram deste modo
que os nazis às vezes
n'eram maus de todo...

Claro que eles vão
vão, que eu sei que hão-de ir,
vencer a prisão
e fugir, fugir...

Quer a RTP
tais histórias que há!
Tem muito com quê
se entreter por cá.

Num antigamente
que inda não secou,
com heroísmo, gente
nossa se escapou

doutro menos brando
fascista! serviço.
RTP, quando
tu nos contas isso?

Corre uma outra aragem
sopra em alemão
uma reportagem
sobre a autogestão.

Jugoslávia tem
muitos bens no prego
tem inflação também
e tem desemprego.

Tem a sua via
nela singrará
e o futuro um dia
bem lhe ensinará

Ser perigoso, à toa,
ter, num faz-que-anda,
um pé em Lisboa
outro na Outra Banda.

Por MARIO CASTRIM

Autogestão? Se
depende da estranha,
então como é que
ela se auto-arranja?

Só há uma fonte
pra evitar engodos:
pôr tudo no monte
dar de tudo, a todos.

Já a madrugada
se ergue tão serena.
Não lhes disse nada
que valesse a pena,

mas um bem me anima
quando a ideia sai:
isto assim com rima
vai melhor, não vai?

Aii

AVIS

ODEON

ESTREIA HOJE ÀS 21.15 H

ACÇÃO E ESPECTÁCULO!

AS AMAZONAS

Tinham pelos homens o maior desprezo.
Mas eles venceram-nas, sem armas,
numa luta... corpo a corpo!



um filme de
TERENCE YOUNG

SABINE SUN · ALENA JOHNSTON
LUCIANA PALUZZI · HELGA LINE

COLOR

NAO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

TALMA FILMES

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETUBAL

CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE VIATURA
A GASOLEO, CARRINHA MISTA OU AUTOMÓVEL

As propostas deverão ser entregues até
ao dia 17 do corrente na Sede desta Caixa,
na Praça da República — Setúbal, até às
16h 45m.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Hoje



A Vida de Nijinsky

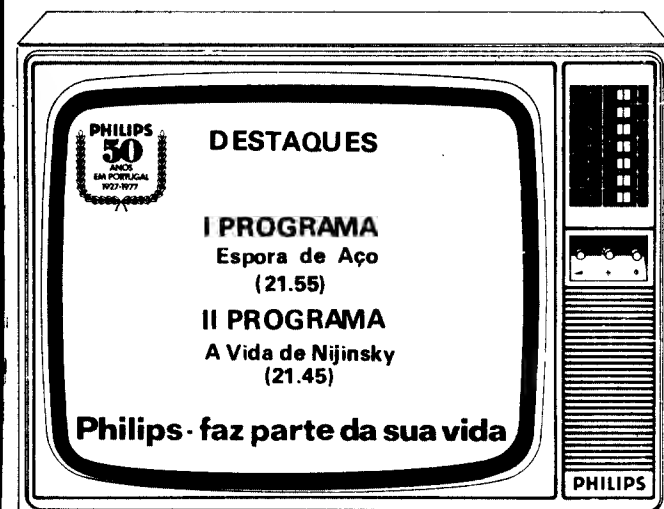
I PROGRAMA

- 1.º Período
13.30 Ciclo Preparatório TV
18.05 Fecho
2.º Período
18.30 Abertura e A Catarina - Pippo - Dobra e Desdobra
18.55 Vamos jogar no Totobola — Os prognósticos para o próximo concurso
19.10 Eurovisão - Futebol — Final da Taça dos Vencedores das Taças. Transmissão directa de Amesterdão
21.20 Telejornal
21.55 Esporas de Aço — Um filme de Anthony Mann, com James Stewart, Janet Leigh, Robert Ryan e Ralph Meeker. Nas obras de Anthony Mann, sempre se encontra o que de melhor existe na tradição do cinema americano: sentido de narração, eficácia e segurança da direcção, utilização inteligente dos grandes espaços. Como acontece neste filme «Esporas de Aço»
23.40 Fecho

TUDOR BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

- 21.02 O Ciclo da Pedra
21.45 A Vida de Nijinsky e Requiem para um bailarino
23.00 Telejornal
23.30 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

- 1.º Período: 13.30: Ciclo Preparatório TV. 18.05: Fecho. 2.º Período: 18.30: Abertura e Corpo Musical. 19.00: A Magia dos animais. 19.30: As viagens de Gulliver. 20.00: Cientificamente. 20.30: Telejornal. 21.05: Os Marretas. 21.35: O Homem e a Terra. 22.05: FATIMA. Cerimónias da Procissão das Velas. 22.35: Programa da Direcção de Informação. 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

- 21.00: Uma Luz nas Trevas. Filme de grande metragem realizado em 1974 por Ingmar Bergman e interpretado pelos artistas: Birger Malmsten e Maj Zetterling. 22.30: Telejornal. 23.00 Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ
E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO
PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João da Deus, 13-B - Rua Macau, 8

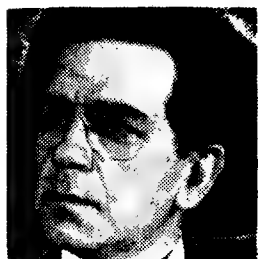
IMPERIO
NUCNUCNUCNUC

ESTREIA — HOJE
ÀS 21.15 H

FRANCO NERO
MARIO ADORF · VITTORIO DE SICA
DAMIANO DAMIANI

EM ITÁLIA COMO NO CHILE,
UM ASSASSINATO QUE LIQUIDOU A DEMOCRACIA!

**MORTE
DE UM
DEPUTADO**



um filme de
Florestano Vancini

NAO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS
COLOR DOPPELFILME

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
SECRETARIA DO ESTADO
DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DO SANEAMENTO BÁSICO

DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS HIDRÁULICAS

DIVISÃO DE OBRAS

FORNECIMENTO E MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS DO DESCARREGADOR DE CHEIAS E DA DESCARGA DE FUNDO-TOMADA DE ÁGUA DA ALBUFEIRA DE LUCEFEIT E DA TOMADA DE ÁGUA E DA DESCARGA DE FUNDO DA ALBUFEIRA DE PENHA GARCIA

ANÚNCIO

Anuncia-se que até ao dia 28 de Junho de 1977 se encontra aberto concurso público para arrematação do fornecimento e montagem acima referidos.

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 15 horas do dia seguinte ao anteriormente indicado, na sede da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, situada em Lisboa, na Rua de S. Mamede (ao Caldas) n.º 23.

DEPÓSITO PROVISÓRIO: 250 000\$00

Alvarás exigidos aos concorrentes:

II categoria ou sua 5.ª subcategoria e classe ou subclasse correspondente ao valor da proposta.

O projecto, o caderno de encargos e o programa de concurso poderão ser examinados na Divisão de Obras da Direcção dos Serviços de Obras Hidráulicas desta Direcção-Geral, situada em Lisboa, na Rua de S. Mamede (ao Caldas) n.º 23, em todos os dias úteis e nas horas de expediente.

Lisboa, em 5 de Maio de 1977

O ENGENHEIRO DIRECTOR-GERAL

Joaquim Fernando Faria Ferreira

PUB.
SINDICATO DOS PROFESSORES
da Grande Lisboa

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores, especialmente os lesados pelo Despacho n.º 113/77 acerca das habilitações próprias para o ingresso no Estágio, a comparecer numa reunião sindical a realizar no dia 12 às 21 horas no Anfiteatro de Física da Faculdade de Ciências.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do Despacho n.º 113/77.
- 2 — Medidas a tomar.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS PROFESSORES
da Grande Lisboa

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES

Avisam-se os delegados da Zona da Grande Lisboa que pretendam fazer a sua inscrição para o ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES que deverão dirigir-se à sede do Sindicato, Rua das Gaivotas, 6, a fim de preencherem o Boletim de Inscrição nos dias 10 e 11 de Maio.

OS BONECREIROS

REPRESENTAM

O
CONDE
DE NOVION

Alm. Garrett

AMANHÃ ESTREIA

Encenação de Mário Barradas

Com: Carmen Santos, José Lagarto, Jorge Oliveira, José Peixoto, Margarida Carpinheiro e Mário Jacques

H. António Maria Pais, 6-A — Moscavide
Marcações: Telef. 2515007

SUBSIDIADO PELA SEC

Portugal e URSS assinaram protocolo

O novo protocolo e respectivo programa de acção para o intercâmbio desportivo entre Portugal e a União Soviética foi assinado ontem no Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC). Por Portugal assinou o dr. Joaquim de Sousa, enquanto que Levan Sanazde representou o Comité Estatal de Cultura Física e Desportos, junto do Conselho de Ministros da URSS tanto este documento como o programa de acção foram ratificados pelo nosso país pelo director-geral dos Desportos, tenente-coronel Rodolfo Begonha.

No final da cerimónia, o secretário de Estado da Juventude e Desportos usou da palavra, salientando que os documentos ontem assinados garantem a continuação do intercâmbio desportivo entre Portugal e a URSS. Referiu ainda a intenção do Governo Constitucional, na manutenção de «relações desportivas com todos os países do mundo dentro da modéstia evidentemente das nossas possibilidades». O dr. Joaquim de Sousa referiu, também que «o intercâmbio com a URSS, dada a inegável categoria dos desportistas soviéticos e a competência dos seus técnicos, nos poderá ser extremamente útil», nomeadamente no que respeita à possibilidade de envio de técnicos

portugueses, para estágio, na União Soviética. Agradecendo por fim, a presença em Lisboa da delegação da URSS, o secretário de Estado disse esperar que ainda este ano, e possivelmente em Novembro, desta vez em Moscovo que sejam assinados o protocolo e programa de acção para 1978.

Em seguida falou o vice-ministro, Levan Sanazde, que agradeceu a hospitalidade tradicional portuguesa e salientou a importância para os dois países dos documentos firmados. Assinalou noutro passo cordialidade das conversações que precederam a assinatura do protocolo e programa de acção, «onde não houve nada

que não ficasse claramente esclarecido». Referiu, ainda, as visitas que tiveram oportunidade de efectuar a instalações desportivas nacionais, de Santarém a Lisboa, passando por vários clubes, como o Sporting e o Benfica, onde a delegação soviética teve o ensejo de ver o entusiasmo com que a juventude portuguesa se dedicava ao desporto. Afirmou a terminar, que o seu governo estava disposto a «fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para acelerar o intercâmbio cultural entre os nossos dois países». Endereçou, também os melhores votos para o desenvolvimento e êxitos futuros do desporto português.

Liga belga pune Maertens e Merckx

A Liga Velocipédica Belga (LVB), a propósito do escândalo de «doping» que abala actualmente o mundo do ciclismo profissional na Bélgica, decidiu por fim ontem, comunicar as sanções tomadas contra os corredores cujos nomes foram citados nestes últimos dias, e em particular Freddy Maertens e Eddy Merckx. Assim Maertens, por três vezes considerado dopado, é punido com 3 meses de suspensão (pena suspensa), multado em 3000 francos suíços, e desclassificado da «Flecha Valã» (primeiro lugar), da primeira etapa da «Volta à Bélgica» e da «Volta à Flandres» (segundo lugar). Quanto a Eddy Merckx, que

não exigira contraprova depois do controlo positivo na «Flecha Valã», é castigado com um mês de suspensão (pena igualmente suspensa), uma multa de 1000 francos suíços, e desclassificado daquela prova.

Os outros corredores também punidos são: Walter Planckaert («Volta à Flandres»), Willy Teirlinck («Flecha Valã»), Michel Pollentier (4.ª etapa da «Volta à Bélgica») e Karel Rootiers (4.ª etapa da «Volta à Bélgica»), que foram igualmente desclassificados (com 10 minutos de penalização para a Volta à Bélgica) e condenados a um mês de suspensão (pena suspensa) e 1000 francos suíços de multa.

PORTUGAL

BPA

Prosseguem até 28 do corrente as comemorações do 25.º aniversário do Grupo Desportivo do BPA, iniciadas em 7 de Maio. Um espectáculo de teatro, esta noite, no Trindade, antecede as finais de natação de sábado, às 18 horas, em Beja. No dia seguinte, ainda naquela cidade, teremos, um espectáculo cultural, e a 19, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, pinguepongue e futebol que oporá o BPA ao BPS Mayor. Uma semana depois (26), ainda no «1.º de Maio», outra vez futebol, agora com a BESCL.

CASA PIA

O Casa Pia efectua amanhã, pelas 20 e 30, na sua sede, uma assembleia geral extraordinária para tratar de assuntos de elevado interesse para a agremiação, tendo em vista as soluções a adoptar face à situação em que se encontra.

HÓQUEI EM PATINS

OS porting defronta esta noite (22 e 15), em Paço de Arcos, a equipa local, em jogo antecipado relativo à 17.ª jornada do Campeonato Nacional da I Divisão (Zona Sul), uma vez que amanhã parte a Espanha, onde sábado, às 18 horas (17 de Lisboa), mede forças com o Voltegrá, na primeira «mão» da final da Taça dos Clubes Campeões Europeus da modalidade. Os habitantes raianos, de Vila Real de Santo António a Valença, e muitos do interior, seguirão o embate através da TVE.

MOURARIA

O Grupo Desportivo da Mouraria comemora este mês a passagem do seu 41.º aniversário. No programa das festividades ocupam particular relevo as diversas manifestações culturais já anunciadas.

Continua na pág. 17

PUB

COMISSÃO SINDICAL — TAP

MOÇÃO APROVADA EM PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES TAP EM 5 DE MAIO DE 1977

— Considerando que a nova tentativa de alterar o horário de turnos não é uma questão isolada mas visa atacar todos os horários no seu conjunto.

— Considerando que toda e qualquer cláusula do nosso ACT vigora enquanto não houver novo ACT negociado.

— Considerando que o nosso ACT está em fase de negociação e como tal é dentro do âmbito das negociações que haverá ou não alterações ao acordo vigente.

— Considerando que debaixo da grande demagogia que o Conselho de Gerência tem utilizado, os trabalhadores, demonstrando um elevado índice de maturidade, entenderam em devido tempo aceitar um Regulamento de Transferências que permite aos Órgãos de Gestão da Empresa levar a efeito um certo número de transferências para assim reforçarem este ou aquele sector respondendo portanto às necessidades operacionais.

— Considerando que o regime de turnos de laboração continua sobre as 24 horas de cada dia seja em turnos de 4.2 ou de 6.2 e não se tem verificado, por essa razão, houvesse dificuldades novas nos serviços muito ao contrário, baixou o cômputo de horas extraordinárias.

— Considerando que a demagogia, chantagem e ameaça, respondem todos os trabalhadores da TAP com a sua unidade de vontade e firmeza de princípios.

OS TRABALHADORES DA TAP REUNIDOS EM PLENÁRIO DECIDEM:

1 — Manter inalterável o seu horário de trabalho por turnos bem como todo o conjunto de horários de trabalho existentes na empresa.

2 — Refirmar que o nosso ACT só poderá vir a ter novas formas se os trabalhadores entenderem, e exclusivamente no âmbito das negociações a decorrer.

3 — Repudiar a tentativa de responsabilizar os trabalhadores da TAP pelo eventual não cumprimento dos planos de Verão, contrapondo que os únicos responsáveis são e serão os Órgãos de Gestão da Empresa pois que:

- a) Os trabalhadores da TAP cumprem todas as suas tarefas,
- b) O regime de turnos vigente não influencia a capacidade operacional.
- c) Aceitaram já um Regulamento de Transferências que permita à Empresa reforçar qualquer sector eventualmente sobrecarregado.

4 — Exigir uma aceleração nas negociações do ACT impedindo que se continue a verificar o reduzido número de reuniões de negociação (1 a 2 por semana), sendo que a manter-se tal situação a revisão do nosso ACT irá prolongar-se por vários meses.

5 — Determinar um prazo de 15 dias para uma resposta concreta à questão salarial sendo que se tal prazo não for cumprido a COMISSÃO SINDICAL deve estabelecer contacto directo com os Ministérios respectivos demonstrando a incapacidade de negociação por parte do Conselho de Gerência.

6 — Vincular a COMISSÃO SINDICAL e os Delegados Sindicais à realização de uma conferência de Imprensa, nos próximos quinze dias, no sentido de informar o País da situação real da TAP.

7 — Divulgar a presente MOÇÃO caso aprovada, a todos os trabalhadores da TAP, aos Órgãos de Informação e aos Órgãos do Poder.

A COMISSÃO SINDICAL

LÁ FORA

GRÉCIA

A selecção de futebol da Grécia derrotou a da União Soviética por 1-0, em jogo ontem disputado em Salónica, a contar para o Grupo 9 da zona europeia de qualificação para a fase final do Campeonato Mundial de 1978. O único golo da partida foi marcado aos 56 minutos por Papaioannou. As equipas — GRÉCIA: Constantinou, Kyrastas, Firos, Iosifidis e Nikolau; Terzanidis, Anastasiadis e Koudas; Delikaris (Nikoloudis), Papaioannou (Pallas) e Ardizoglou. URSS: Dolmatov, Konkov, Khinchagasovili, Metvenko e Baishakov; Trashkin, Buryak, Onishenko e Kipiainin (Maximenkov); Minaev (Fyedorov) e Blochin.

LAS PALMAS

Resultados da terceira jornada do Torneio Internacional de Xadrez que está a decorrer em Las Palmas: Bent Larsen, Dinamarca-Fernando Visier, Espanha, 1-0 (33 lances); José Garcia, Espanha-Arturo Pomar, Espanha, 0,5-0,5 (17); Walter Browne, EUA-Anthony Miles, Inglaterra, 1-0 (41); Jan Timman, Holanda-Roman Hernandez, Cuba, 1-0 (41); Andres Adorjan, Hungria-Mikhail Tal, URSS, 0,5-0,5 (42); Stefano Tatai, Itália-Angel Martin, Espanha, 1-0 (34); Manuel Bellon, Espanha-Sérgio Cabrera, Espanha, 1-0 (17); e Anatoly Karpov, URSS-Roberto Debarnot, Argentina, que suspenderam a partida ao 58.º lance.

Classificação: 1.º Larsen, 3 pontos; 2.º Timman, 2,5; 3.º Karpov e Debarnot, 2 (ambos com uma partida suspensa); 5.º Browne, 2 e 6.º Bellon, Adorjan, Tal e Tatai, 1,5.

LIVERPOOL

O Liverpool deu mais um passo para a conquista do título de campeão da liga inglesa de futebol, ao empatar, ontem à noite (0-0) no jogo contra o Coventry. A vitória neste jogo teria significado para o Liverpool a renovação do título, já que o seu mais directo perseguidor, o Manchester City, também não foi além de um empate (1-1) no jogo que disputou em casa contra o Everton.

Continuação da pág. 16

POSSE

Pelas 21 e 30 de hoje tomam posse, na sede da Federação Portuguesa Equestre (Rua do Arco do Cego, 90-5º), os novos corpos gerentes eleitos para o período de 1977/1981.

RÁGUEBI

Uma selecção espanhola de juvenis (cadetes) medirá esta tarde (17 horas) forças, no Estádio Municipal de Tona, com uma equipa do Comité Regional do Centro-Norte (portuguesa, claro). A formação do país vizinho desembarcou, ontem, no aeroporto da Portela, após o reatamento das relações, que nunca estiveram cortadas (para que conste), entre as federações portuguesa e espanhola, indo alojar-se no Centro de Estágio da Cruz Quebrada.

Depois de amanhã e domingo, no Estádio Universitário de Lisboa (às 18 e às 17 e 45, respectivamente), a selecção de «nuestros hermanos» encontra-se com um misto constituído por jogadores dos Comités Regionais de Elvas e Lisboa (sexta-feira) e com uma equipa do CR da capital (domingo).

REUNIÃO

Todas as pessoas e núcleos que se interessam pelo ciclismo infantil e juvenil estão convidados para aparecerem, hoje, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 59-B, na reunião promovida pela Comissão «Pró-Ciclismo A Manhã», dado o facto, segundo os promotores, da DGD não se ter preocupado — e até agora guardado o mais «respeitável» silêncio — com o trabalho desenvolvido por aquela comissão.



A equipa de hóquei em patins do Sporting, campeã de Portugal, parte por via aérea para Barcelona, ao fim da tarde de amanhã, para defrontar o Voltregá, sábado, no primeiro jogo das meias-finais da Taça dos Campeões Europeus. A representação portuguesa, que ficará instalada em Tona, nos arredores de Barcelona, é integrada dos seguintes elementos: Gonzaga da Silva (director e chefe da embaixada), Gaspar Santos (seccionista), Torcato Ferreira (treinador), Farinha Robalo (massagista), Filipe Horcado (mecânico), e os jogadores (9): Carmelino, Ramalheite, Garrido, Rendeiro (capitão), Sobrinho, Chana, Livramento, Carlos Alberto e Jorge.

P. B.

VIAGENS À UNIÃO SOVIÉTICA

UNIAO SOVIETICA visitando: LENINEGRADO MOSCOVO partidas: 5 E 3 DE JUNHO 28 AGOSTO E 5 SETEMBRO ESTADIA 8 DIAS UMA SEMANA	UNIAO SOVIETICA visitando: ESCANDINAVIA COPENHAGA ESTOCOLMO LENINEGRADO MOSCOVO partidas: 22 JUNHO 12 AGOSTO 2 SETEMBRO ESTADIA 10 DIAS
--	---

citirama

Av. Pina de Vilhena, 12 B - Lisboa (na Saldanha)

Tel. 515504 506008 - Telex 10402 - Telegrama Citirama

mundial turismo

Lisboa Av. António Augusto de Aguiar, 90 B

Tel. 18621 22 23 24

PORTUGAL TURISMO

Teka: primeira vitória da Espanha na "Vuelta"

A Espanha logrou o seu primeiro triunfo individual na «Vuelta» através de um dos pupilos de Moreno, o técnico da Teka que argumenta ser mais um condutor dos carros da equipa que orienta, que o seu verdadeiro técnico. Carlos Melero, homem de 29 anos que pela primeira vez no seu histórico se impõe, na ponta final, numa etapa da mais importante prova espanhola, é um ciclista do meio do escalão, sem grandes veleidades quanto a uma boa classificação final. Agostinho e Mendes, anónimos no grosso do compacto pelotão, cortaram a meta quatro minutos depois entre os melhores.

RTP na final da Taça das Taças

A RTP transmite, a partir do fim da tarde (17 e 10), directamente de Amesterdão, a final da Taça das Taças, que opõe duas das equipas mais representativas do moderno «futebol total»: o Anderlecht (Bélgica) e o Hamburg SV (RFA).

Encontro aguardado com enorme expectativa que o inglês Patrick Partridge dirigirá. Van den Daele, Van der Elst, Ressel e Resenbrinch, do lado belga, e Ripp, Reimann e Memmering, por banda dos germânicos, são nomes a não esquecer.

nutos depois entre os melhores.

A escapada que ditou a vitória de Melero processou-se a cerca de 70 quilómetros de uma etapa que, percorrida entre Seo de Urgel (Lerida) e Monzon comportava cerca de duas centenas de quilómetros. Na escaramuça, além do «teka», arrancaram mais três ciclistas, mas aquele e Ismael Lejarreta lograram, o mais tarde, escapar-se-lhes, para cortar a meta com 6 horas, 11 minutos e 20 segundos nas pernas. Quatro minutos depois (6.15.20) chegou o resto da coluna. Giancarlo Tartoni, Roger Loysch e Francioni, o primeiro e o último transalpinos, e o segundo belga, colocaram-se nos lugares imediatos.

As diversas classificações permanecem inalteráveis, que o mesmo é dizer que Freddy Maertens, a quem foi retirada

Oriental-Sesimbra nos Olivais (domingo)

Os «nacionais» do futebol da paróquia entraram na sua fase derradeira, pelo que, de harmonia com o que o regulamento federativo determina, não haverá a partir de agora, quaisquer alterações aos diversos escalões, salvo.

As alterações que deram entrada na PFF respeitam à «transferência» de campos, uma vez que há (infelizmente) equipas com os seus terrenos interditos. Assim, e para domingo, temos (II Divisão): Zona Centro — União de Leiria-Portalegrense, no campo de treinos do Estádio Municipal de Leiria. Zona Sul — Oriental-Sesimbra, no campo Branca Lucas (Olivais).

II Divisão — Zona A — Bairro Latino-Mirandela, em Justes; Esposende-Bragança, em Tadin; Mogadourense-Mondinense, em Torre de Moncorvo. Série C — Ançã-Ala Arriba, em S. João do Campo; Febres-Marialvas, em Oliveira do Bairro. Série E — Casa Pia-Trafaria, no campo de treinos, do Estádio Pina Manique. Série F — Odemirense-Monção, em Ourique.

JUVENIS

Entretanto, e ainda na Praça da Alegria, efectuou-se o sorteio da segunda fase da Taça Nacional de Juvenis, com início marcado para domingo. Eis os resultados: Zona A — Vitória de Guimarães-Lourdes e Braga-Varzim. Zona B — Académico de Coimbra-Académico de Viseu e Candal-F. C. Porto. Zona C — União de Santarém-Vila Viçosa e Torriense-Benfica. Zona D — Cuba-Farense e Sporting-Estorial Praia.

AILTON

Quem dá mais? Como é, F.C. do Porto? Isto deve perguntar Ailton, com os pés em Braga, no Boavista, Varzim e em Alvalade. Mas Ailton, ao que consta, assinou pelo grémio das Antas por dois anos. Verdade? No entanto, o Sporting está na corrida.

ALVALADE

Marinho deixou hoje Alvalade (e Portugal) em direcção ao Canadá do senhor Trudeau e da sua tão falada esposa. No país de Giles Vigneault (não sabemos se na parte francesa se na região de expressão sa-xónica) o dianteiro «leonino»

a vitória na «Flecha Valã» em favor de Francesco Moser, mantém destacadíssimo a liderança da «verde» e da «amarela» (menos dois minutos que Lasa), e Pedro Torres conserva a chefia na montanha, onde Mendes, com 35 pontos, é o quarto.

Classificação geral: 1.º Freddy 2.º Miguel Lasa (Espanha), 57-52-05; 3.º Peter Thaler (Alemanha), 57-52-55; 4.º Domingo Perurena (Espanha), 57-53-29; 5.º José Luis Viejo (Espanha), 57-53-29; 6.º Miguel Pollentier (Bélgica), 57-55-11; 7.º Gerry Clively (Austrália), 57-56-10; 8.º José Pesarrodona (Espanha), 57-57-32; 9.º Gonzalez Linares (Espanha), 57-58-01; 10.º Agustín Tamames (Espanha), 57-58-09; 13.º Fernando Mendes (Portugal), 58-01-10 e 15.º Joaquim Agostinho (Portugal), 58-06-35.

vai jogar à bola — uma das coisas que sabe fazer — e cobrar umas boas centenas de contos. Em maré de azar nesse aspecto, Alvalade verá, dentro de dias, partir Manuel Fernandes, que imitando Artur Jorge embolsará uns milhares de dólares por prestação de serviços futebolísticos. Entretanto, Camilo vai para o Académico, Fraguito é operado (hoje), Valtir pode partir para o Funchal (Marítimo) e Jimmy Hagan está com um pé na Arábia Saudita, país do petróleo que lhe acena com um bom contrato.

GONZALEZ

O paraguaio Gonzalez é mais um dos que abandona Belém, que entretanto, para além de Matos, não fez qualquer compra de vulto. Para uma equipa com as dificuldades de quem não parece instalado ao cimo da Praça do Império, mas que tem ao leme um presidente que é verdadeiro «Carla» (de nome e de acção), convirá realizar dinheiro para amortizar as suas dívidas, mas não prescindir dos serviços dos seus melhores jogadores é, também, batalha a encarar. Depois de Gonzalez (nas Antas) quem é o senhor que se segue? Ou, então — o inverso —, quem é que ainda aspira a mudar-se para o Restelo?

JUNIORES

Com o jogo Desportivo de Beja-Sporting de Cuba começou, ontem, na capital do Baixo Alentejo, o Campeonato Distrital de Juniores da Associação de Patinagem Alentejo e Algarve, no qual participam, além daquelas duas equipas o MineiroAjustreirense. A manhã, sábado, em 17, 19 e 21 do corrente completa-se a prova com a efectivação das restantes jornadas.

LUZ

O Atlético empatou ontem à noite na Luz no encontro em atraso do «Regional» de Reservas da AFL. Um excelente resultado (1-1), sem dúvida, a atestar que a equipa de Mortimore, mesmo de segundo plano e alguns conceituados de permissão, embora imbatível, é igualável (nem sempre) de vez em quando. Entretanto, para a Luz, fala-se numa «viagem» curta do sadino Diamantino, que para a semana dará a resposta.

CINEMA-ESPECTÁCULO
CINEMA-QUALIDADE!

ESTREIA SENSACIONAL
AMANHÃ
SÃO JORGE AS VOX 21.15

4 "OSCARs"

MELHOR ACTRIZ
FAYE DUNAWAY

MELHOR ACTOR
PETER FINCH

MELHOR ACTRIZ SECUNDARIA
BEATRICE STRAIGHT

MELHOR ARGUMENTO
PADDY CHAYEFSKY

NETWORK

"ESCÂNDALO NA TV"

FAYE DUNAWAY WILLIAM HOLDEN PETER FINCH ROBERT DUVAL

NETWORK
PADDY CHAYEFSKY

Realização de SIDNEY LUMET Produção de HOWARD GOTTFRIED

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

COLORIDO

4 GLOBOS DE OURO

PUB

METALÚRGICA LUSO-ITALIANA, S. A. R. L.

Av. Marechal Gomes da Costa, 15 — Lisboa-6

COMUNICADO

No passado dia 2 de Maio foi a nossa firma enlutada por um trágico acidente, devido ao rebentamento súbito de um reservatório, contendo ar comprimido, que causou a morte de 2 trabalhadores e ferimentos ligeiros em alguns, além de estragos materiais de certa monta.

Do acidente não resultou paralização do trabalho, que segue normalmente.

Comungamos do pesar das Famílias das vítimas e da dor dos feridos.

Desejamos agradecer a todas as pessoas e entidades que se dignaram prestar-nos a sua solidariedade neste grave transe, referindo S. Ex.ª os Senhores Ministros e Secretário de Estado da Indústria.

Agradecemos também toda a colaboração dos prestimosos Bombeiros e P.S.P., assim como da Direcção e Trabalhadores do Instituto Pasteur de Lisboa que prontamente acorreram em auxílio dos nossos trabalhadores para dar assistência aos sinistrados.

Lisboa, 10 de Maio de 1977

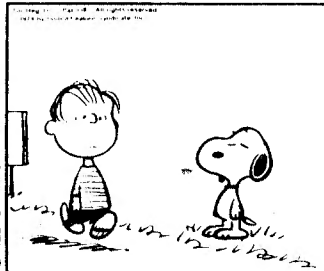
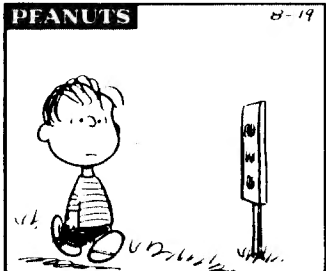
A ADMINISTRAÇÃO

Nudismo vai ter regulamentação

A prática do nudismo, que actualmente é considerada entre nós um atentado ao pudor, podendo o nudista, quando apanhado em flagrante delito, sofrer sanções que vão desde a multa até à detenção, deverá ficar regulamentada no nosso país até meados do mês de Junho próximo, segundo reve-

lou à ANOP um informador do Ministério da Justiça.

De acordo com a mesma fonte, a limitação das zonas ou locais onde o nudismo poderá ser praticado dependerá ainda da legislação complementar, que será publicada logo após a saída do primeiro diploma que estabelece as regras gerais.



TOIROS DE MORTE

Assembleia de Vila Franca contra "feroz repressão"

Insurgindo-se contra «as manobras políticas, que aproveitando a festa tradicional do povo do Ribatejo, atentaram contra a liberdade, a democracia e os órgãos do poder democraticamente eleitos», a Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira aprovou, por unanimidade, uma moção em que repudia a intervenção da PSP no último sábado, na sequência de uma tourada naquela vila em que dois matadores e um novilheiro estoquearam seis toiros, infringindo assim a Lei portuguesa.

A Assembleia Municipal, na sua qualidade de órgão autárquico máximo «repudia a presença de uma força de intervenção da PSP neste concelho, a feroz repressão e o brutal espancamento do povo em geral e do presidente da Câmara e o primeiro secretário da Assembleia Municipal em particular».

«Para que seja feita justiça, punindo os responsáveis por este atentado à democracia», aquele órgão exige «que se proceda a um rigoroso inquéri-

to aos acontecimentos, bastantes graves em si mesmo e ainda mais graves se atendermos que os responsáveis municipais não tiveram conhecimento do ocorrido senão quando os seus representantes foram ferozmente maltratados».

A moção que apela para que o povo do concelho se mantenha calmo e vigilante «não se deixando enganar por

quem, em nome da festa brava pretende atingir outros objectivos», termina exigindo «a saída urgente da lei das atribuições e competências das autarquias locais e que esta contenha matéria adequada a salvaguarda de todos os seus membros nestas condições e que obstem também a estes autênticos atentados ao poder local e à democracia».

Explosão em Vila Real matou jovem trabalhadora

VILA REAL, 11 — A morte de uma trabalhadora e prejuízos materiais avaliados em cerca de quatro mil contos, são o balanço ontem verificado na fábrica Pirotécnicos José Ramalheda e Filhos nesta cidade. Desconhece-se a causa do acidente.

A trabalhadora chamava-se Maria do Céu Miranda da Costa, tinha 22 anos, era solteira

e natural de Lordelo. O dono da fábrica, José Ramalheda, também foi atingido, tendo sofrido fractura de uma perna. Outros feridos que receberam tratamento e regressaram a casa: António Fernando Nobrega, 12 anos; José Alves da Veiga, de 58; e António Mourão e Maria das Dores Miranda Botelho, todos residentes na freguesia de S. Mamede.

A explosão provocou o incêndio da fábrica e as chamas propagaram-se a uma mata vizinha, tendo os bombeiros tentado evitar consequências ainda mais catastróficas do sinistro.

A Câmara Municipal de Vila Real, que se encontra em reunião suspendeu-a imediatamente e deslocou-se ao local do acidente para li verificar da sua extensão.

Fuzileiros em exercício

No período de 16 a 21 de Maio, na área costeira a sul de Vila Nova de Milfontes, vai realizar-se o exercício Phibex 3/77 — informa o Estado-Maior da Armada. Pretende o Phibex 3/77 melhorar o adestramento operacional de uma das companhias do batalhão de fuzileiros n.º 3, dentro do plano global de actividades do Corpo de Fuzileiros. Está prevista a execução de números, exercícios nomeadamente o desembarque de uma companhia motorizada, assalto anfíbio, busca e salvamento no mar, exercícios tácticos. Com a colaboração da Força Aérea, está também prevista a realização de exercício de heliassalto. Além dos helicópteros da Força Aérea tomarão parte nos exercícios meios navais (uma corveta, uma patrulha e várias lanchas de desembarque), um esquadrão de botes de assalto e um grupo de transportes tácticos.

NOTARIADO PORTUGUÊS

NONO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

A CARGO DA NOTÁRIA

Licenciada Maria Alice Ribeiro Fernandes

CERTIFICO NARRATIVAMENTE PARA EFEITO DE PUBLICAÇÃO: — Que, por escritura de vinte e sete de Abril de mil novecentos e setenta e sete, lavrada de folhas vinte verso a folhas vinte e duas verso do livro número B-trezentos e vinte das notas deste Cartório, foi entre Leonilde Neves da Silva, Jorge Panos Macrópulos, Vítor Manuel Santos Viegas Barreiro e Augusto Gonçalves, constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se ficou a reger pelo pacto constante dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação «CARTEPOL-CARTONÁGENS E EMBALAGENS DE PORTUGAL, LIMITADA», tem a sua sede na Avenida da República número noventa e um - A e noventa e um - B, em Algés, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras, durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde hoje;

SEGUNDO

O seu objecto é o comércio e indústria de embalagens, podendo no entanto explorar outros ramos de comércio ou indústria que os sócios acordem;

TERCEIRO

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de duzentos mil escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios que são: uma de quarenta e cinco mil escudos, pertencente à sócia Leonilde Neves Silva, uma de sessenta mil escudos, pertencente ao sócio Jorge Panos Macrópulos, uma de setenta mil escudos, pertencente ao sócio Vítor Manuel Santos Viegas Barreiro e uma de vinte e cinco mil escudos, pertencente ao sócio Augusto Gonçalves;

QUARTO

A gerência e a administração dos negócios sociais ficam a cargos de

todos os sócios os quais ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois sócios gerentes;

Parágrafo segundo. — Os sócios podem delegar por meio de procuração, no todo ou em parte, os seus poderes incluindo o de gerência, em pessoas estranhas à sociedade, mesmo para efeito de Assembleias Gerais;

Parágrafo terceiro. — A sociedade poderá constituir mandatários nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial para a prática de certos e determinados actos.

QUINTO

Fica vedado aos sócios, incluindo gerentes, obrigarem a sociedade em actos estranhos à sua actividade, nomeadamente em letras de favor, fianças, abonações e semelhantes.

SEXTO

A cessão de quotas quer entre sócios quer a estranhos depende sempre do consentimento da sociedade e de quem mais for sócio.

SÉTIMO

As reuniões de assembleia geral, sempre que a lei não exija outras formalidades por cartas registadas, **for malidades**, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência de pelo menos oito dias.

Está conforme ao original. Lisboa, dois de Maio de mil novecentos e setenta e sete.

O Ajudante do Cartório

(MARIA ALICE DA CONCEIÇÃO COUTINHO ROBIM DE MATOS



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo; o vento era fraco e havia neblina ou nevoeiro em litoral a norte do Cabo Carvoeiro.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 29,5°

FIGUEIRA C. RODRIGO

Mínima 0,6°

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco soprando moderado de Noroeste na costa ocidental durante a madrugada e princípio da manhã no litoral a norte do Cabo Carvoeiro.

AMANHÃ

NAScer AS 6.29

OCASO AS 20.38

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	12°
PENHAS D.	17°
COIMBRA	13°
PORTALEGRE	22°
LISBOA	18°
SAGRES	18°
ARO	22°
PONTA DELG	16°
FUNCHAL	17°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
10.06 3,4 m	3.36 1,6 m
22.31 3,5 m	3.36 1,6 m

Dia 12

11.15 3,5 m	4.47 1,6 m
23.36 3,6 m	17.10 1,6 m

Dia 13

12.12 3,6 m	5.41 1,5 m
18.01 1,5 m	

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 739

HORIZONTAIS:

- Artigo definido. Mais cedo. Pronome reflexo.
- Descascar. Congelar.
- Despido. Ca.
- Mirare. O mesmo que aluato.
- Ulmeiro. Doença que dificulta a respiração.
- Armária. Cidade de Itália.
- Bigorna de aço sem hastes. Três mil em romano. Artigo indefinido.
- Restos. Amónio (sq.).
- Utensílio doméstico. Refutador.
- Sugai o leite materno. Rosito.
- Dido, fundadora de Cartago. Arara.

VERTICAIS:

- Abreviatura que se usa em música. Defunto. Moderato.
- Pinta na pele. Vela de moimho.
- Lutécio (s.q.). Cordoalha de navio.
- Em partes iguais. Rate (inv.). O mais.
- Ninho. Dois mil quinhentos e três em romano.
- Pronome relativo. desgraça.
- Fêmea do cavalo. Amónio (s.q.). Levanta.
- Bandos (pop.). Cidade da Jugoslávia.
- Tomara sobre si.
- Ilha do arquipélago de Cabo Verde. Pronome pessoal. Oferecer.
- Erbio (s.q.). Que se consorciou.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7799

HORIZONTAIS:

- Reputação. Remoque.
- Ter capricho.
- Grande ribeira da Ásia Russa. Fora para Fora. Neon (s.q.).
- Irmã da mãe. Rate. Fedor.
- Primeira parte do nome dumavila do concelho de Santarém. Joeirar.
- Tempo do verbo ser. Mãe de Ismael.
- Nota musical. Gostar muito da.
- Corda de reboque. Sapo do Amazonas. Anel.
- Quarto. Rio da Sibéria. Preposição.
- Filhos muito novos das ovelhas.
- Esmonça. Agarrar.

VERTICAIS:

- Médico inglês autor de estudos célebres sobre as doenças das vértebras lombares. Instiga.
- Miados. Princípio (s.q.).
- Antes de Cristo. Armadilha para pássaros. Reis.
- Conjunção. Esteiro. Milho torrado que se reduz a pó temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas.
- Agudes. Aleia.
- Apelido. Estive em fogo.
- Crisol. Causara amuo a.
- Levanta. Aperta molhos. Pronome pessoal.
- Interjeição que exprime admiração. Prendera. Nota musical.
- Bailar. Nota musical.
- Limpar metais. Lago de Itália.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 738

HORIZONTAIS:

- Poças. Curse.
- Tropegar. Am.
- Omo. E. BOM.
- Oreares.
- Ri. Tiras. Re.
- Atoar. Fel.
- Tu. Rabat. Sa.
- Ba. Orar.
- Rui. Amaras.
- Cor. Sacas.
- Soaria. Rale.

VERTICAIS:

- Pt. Trataras.
- Oro. Iu.
- COMO. O. Bica.
- Aportara. Or.
- Sé. Elra. Ari.
- Cear. BOM.
- Cá. Ralaras.
- Urbes. Tarar.
- Os. Raça.
- Sam. Res. Sal.
- Em. MELÃO. Se.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7798

HORIZONTAIS:

- Sé. Aramá. Sa.
- Ara. Ama. Dor.
- Crés. Colo.
- Redobraras.
- Amora. Ciara.
- Atroa.
- Tas. Aer. Vis.
- Ar. Ambas. Ro.
- Impo. Acer.
- Pão. Alo. Ano.
- Ao. Alara. Er.

VERTICAIS:

- Sacra. Taipá.
- Errem. Armão.
- Aedo. Po.
- Sora. Ao.
- Re. Batam. At.
- Amar. Rebola.
- Ma. Açora. Or.
- Cria. Sa.
- Doia. Ca.
- Solar. Irene.
- Arosa. Soror.

PROVERBIO: É bom, como o bom me lio.

Farmácias de Serviço

LISBOA

ARNALI — Rua Escolas Gerais, 88-A. Tel. 863940.

ASCENSO — Pr. Norte, 11-A (B.º da Encarnação). Telef. 311216-310172.

AVENIDA (Das) — Av. República, 27-A. Telef. 533688.

CELTA — Rua Moura Girão, 3-B. Telef. 890621.

CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.

COMBRO (do) — Calçada do Combro, 78. Tel. 326059.

DIMAR — Rua Conde Monsaraz, 17-B. Tel. 842533.

G. SILVA — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-C. Tel. 771873.

GUERRA — Rua Andrade, 32-36. Tel. 845513.

J. RIBEIRO — Estrada da Luz, 199-A. Tel. 780969.

JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A. Tel. 726462.

MARLUZ — C.º da Picheleira, 140-B-C. Telef. 720703-728395.

MENDES GOMES — C.º Ajuda, 222. Tel. 638256.

NACIONAL — Rua do Salitre, 7. Tel. 46858.

NOBEL — Rua Actor Vale, 53. Tel. 842152.

NOGUEIRA — Rua de Alcântara, 5-A-B. Tel. 637563.

OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424.

OLIVEIRA VIEGAS — Rua Viriato, 29-A. Telef. 548966-55360.

ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Forno, 2-B. Tel. 45079.

PORFÍRIO — Rua Francisco Meirass, 59-B. Tel. 663349.

RAINHA SANTA — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262.

S. A. E. SILVA F.ªs — Rua S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010.

SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185.

SANEX — Av. da Igreja, 31-C. Tel. 897505.

SIMÃO — R. Cidade de Cabinda, 16-A. Tel. 310581.

UNIÃO — Estr. de Benfica, 592-594. Tel. 700092.

VALADAS SUCRS. — Rua da Madalena, 235. Tel. 872060.

AVENIDA (das) — Av. da República, 27-A. Tel. 533368.

CELTA — Rua Moura Girão, 3-B. Tel. 840621.

COMBRO (do) — Calçada do Combro, 78. Tel. 326059.

G. SILVA — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-C. Tel. 771873.

NOGUEIRA — Rua de Alcântara, 5-A-B. Tel. 637563.

OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424.

SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185.

ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Forno, 2-B. Tel. 45079.

RAINHA SANTA — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262.

VALADAS SUCR. — Rua da Madalena, 235. Tel. 872060.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Tel. 2112048).

ALCABEDCHE

Carvalho, Até às 21 horas

PORTO SALVO

Ferreira Bastos, Até às 21 horas

CARCAVELOS

Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas

PAÇO DE ARCOS

Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090)

DEIRAS

Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058), até às 22 horas

NOVA ODEIRAS

Leal, até às 21 horas

PARADE

Maceau, R. J. Elias Garcia, 60-C (Tel. 2471785) até às 24 e das 0 às 9 horas

PARADE

Junqueiro Mendes, até às 21 horas

S. JOÃO DO ESTORIL

S. João, Quinta da Carreira, 29-A (Tel. 261186) até às 21 horas

AMOREIRA

Amoreira, (Tel. 262313-267314) até às 22 horas

CASCAIS

Cascais, R. Conde de Monte Real-B.º Caixas (Tel. 282407) até às 21 horas; **Misericórdia**, R. Regimento 19,41 (Tel. 280141) até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (Tel. 935518) serviço permanente; **Clarel**, R. António Sardinha, 23-D (Tel. 938551) até às 22 horas; **Girassol**, Av. Elias Garcia, 17-C (Tel. 974161) até às 22 horas

DAMAIA

D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970523)

MERCES

Claro Russo

QUELUZ

Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)

CACÉM

Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, Lote 5-B

MEM MARTINS

Rodrigues, Rato (Tel. 2912038)

RIO DE MOURA

Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2860194)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (Tel. 980456)

COLARES

Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)

ALHOS VEDROS

Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302)

BARREIRO

Moderna, R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Tel. 2073443)

ALMADA

Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares, 39 (Tel. 2750504)

COVA DA PIEDADE

Louro

MONTUJO

Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 2310370)

MOITA

Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)

SESIMBRA

Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028)

SETÚBAL

Bocagiana, R. do Romeu (Tel. 23425) até às 22 horas; **Bairros**, B.º Santos Nicolau (Tel. 23330) Serviço permanente

SEIXAL

Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

VILARINHA — Rua da Vilarinha, 72. Tel. 682014.

GUERRA — Rua de Costa Cabral, 43. Tel. 52444.

LEMOES E FILHOS — Praça Carlos Alberto, 31. Tel. 21309.

LIGA ASS. SOC. MÚTUOS — Rua do Bonjardim, 286. Tel. 21711.

CASTRO CARNEIRO — Rua do Padre Cruz, 146. Tel. 62092.

HENRIQUE — Praça da Batalha, 64-A. Tel. 25173.

SERPA PINTO — Rua de Serpa Pinto, 645. Tel. 488897.

(De dia e toda a noite)

MORENO, LDA — Largo de S. Domingos, 44. Tel. 23545.

BONFIM — Rua do Bonfim, 73. Tel. 52444.

GUIMARÃES — Rua de Francos, 37. Tel. 60103.

VASQUES — Rua das Condominhas, 794. Tel. 62027.

COIMBRA

PAIVA — Praça do Comércio. Tel. 23231.

Cinemas

Cinemas

Cinemas

ALVALADE

Tel. 897480 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

«AS NOVAS AVENTURAS DE F. TRADER HORN»

Um filme de Deza S. Bad'yi

APOLO 70

Tel. 763319 14.15, 17.45 e 21.15

N. Acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON

11.ª Semana

um filme de Stanley Kubrick

As 0.30h - Grupo D. m. 18 anos

ENCANTO MARCADO

AVIS

Tel. 47163 Estreia às 21.15

Não acons. men. 18 anos

AS AMAZONAS

Ação e espectáculo

BERNA

Tel. 776098

14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 h

Não acons. men. 13 anos

JESUS CRISTO SUPERSTAR

em 42.ª semana

um filme de Norman Jewison

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14, 16.30, 19 e 21.15

Para todos

Clássicos do Cinema Americano

ABBOT, COSTELLO E OS MONSTROS

c/ Abbot e Costello

CASTIL

Tel. 630194 As 15, 17, 19, 21.15h

Tecnicolor

UM CASAL EM APuros

Sydne Rome/ António Salines

Um filme de Pasquale Festa Campanile

Interd. m/ 18 anos

CONDES

Tel. 322523

14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Kalut Bedi é

O CORSAÁRIO NEGRO

5.ª semana

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19.00 e 21.15

Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss

TUBARÃO (JAWS)

7.ª semana

Um filme de Steven Spielberg

Não acons. a men. de 13 anos

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ESTÚDIO

Tel. 535134 15.30, 18.30 e 21.15

Int. men. 18 anos

DIÁRIO DE UMA ADOLESCENTE

4.ª semana

um filme de Karl Larsson

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

IRONIA DA SORTE

Um filme de Eduardo Molinaro

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 Estreia às 21.15

Não acons. a men. 13 anos

Franco Nero, Umberto Orsini, Vittorio Gassman

MORTE DE UM DEPUTADO

(Giacomo Matteotti)

Um filme de Florestano Vancini

AS 15.15 e 18.30

DESAFIO À CORAGEM

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 19 e 21.15

O INTRUSO

c/Laura Antonelli

7.ª Semana

um filme de Lucino Visconti

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.15, 21.30

Int. a men. 18 anos

TAXI DRIVER

Palma de ouro - Grande Prémio Festival de Cannes

4.ª semana

NIMAS

Tel. 574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

Um documento único, real e importante

HOMENS E TUBARÕES

o filme de Bruno Vailati

A Meia-Noite

A NOITE DOS GENERAIS

(Para m/ 10 anos)

ODEON

Tel. 326283 Estreia às 21.15

Não acons. men. 18 anos

Ação e espectáculo

AS AMAZONAS

PATHE

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. men. 18 anos

OS PRAZERES DISCRETOS DA ALTA RODA

POLITEAMA

Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Int. men. 18 anos

O MAIS QUENTE ESPECTÁCULO DO MUNDO!

em 3.ª semana

O único circo sexy do Mundo

RESTELO

Tel. 610375 As 21.15

Não acons. men. 18 anos em 9.ª semana

S. FRANCISCO CIDADE NUA

ROMA

Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. m/ 13 anos

POR OBRA E GRAÇA

Uma comédia c/ Nuno Manfredi

ROXY

Tel. 48560 14.15, 17.45, 21.15

Da Índia uma bela história de amor e aventura!

PASSADO INESQUECÍVEL

Um filme de Nasir Hosain

7.ª Semana

Não acons. a men. de 13 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 15.15, 18.15 e 21.15

Marlon Brando/ Jack Nicholson

3.ª semana

DUELO NO MISSOURI

Um filme importante de Arthur Penn

Não acons. a men. de 18 anos

STADIUM (Algés)

Tel. 2112544 15.00 e 21.30

Não acons. men. 18 anos

TODA UMA VIDA

As 18 h.

OS CANHÕES DE NAVARONE

Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15 h

2.ª semana

1930/1950

Toda a magia de Hollywood no mais espectacular musical do tempo

HOLLYWOOD HOLLYWOOD

PARA TODOS

UNIVERSAL

Tel. 774402 15, 18 e 21

Int. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

um filme de Liliana Cavani

Sexta e Sábado às 24 h.

O PORTEIRO DA NOITE

D. JOÃO V DAMAJA

Tel. 971794 As 21.15

Grupo D M/18 anos

ABUTRES NA CIDADE

Circular é viver

Teatros e Espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES

21.30 (13 anos)

«Isto é que me Dói»

LAURA ALVES

21.30 (18 anos)

«Calcinhas Amarelas»

BARRACA

R. Alexandre Hercufano, 70 (13 anos)

«Barraca Contra Tiradentes»

MARIA VITORIA

20.30 e 22.45 (18 anos)

«O Boinho da Festa»

TEATRO DO BARRAL ALTO

21.30 (18 anos)

Os Cômicos «Matinée Mágica»

TRINDADE

21.30 (13 anos)

Grupo de Campolide «1383»

MONUMENTAL

21.30 (13 anos)

«Aqui Quem Manda Sou Eu»

LISBOA/Cinemas

EUROPA

21.15 (13 anos)

«Ben-Hur»

LUMIAR

21.30 (13 anos)

«Julietta e Julieta»

CINEARTE

21.15 (18 anos)

«Lucky Lady»

PARIS

21.15 (18 anos)

«O Segredo Inquietante»

PROMOTORA

21.15 (18 anos)

«Os Seios de Gelo»

CAPITOLIO

21.00 (13 anos)

«Marylin e o Senador»

JARDIM

21.15 (14 anos)

«O Delicadinho do Oeste»

OLIMPIA

Ses. permanentes (18 anos)

«Machissimo»

SATÉLITE

21.15 (13 anos)

«Pedido de Divórcio»

CINEBOLSO

21.30 (18 anos)

«Os Grandes Calores»

CINE AUDITÓRIO

21.15 (13 anos)

«A Mulher da Jamaica»

MONUMENTAL

21.15 (18 anos)

«Os Bons e os Maus»

CALEIDOSCÓPIO

21.15 (6 anos)

«Abbot, Costello e os Monstros»

VOX

21.15 (18 anos)

«Que Ricas Tias»

RESTELO

21.30 (18 anos)

«S. Francisco Cidade Nua»

ARCO

21.30 (10 anos)

«O Extravagante dr. Dolittle»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Stadium

21.30 (18 anos)

«Toda uma Vida»

PAÇO DE ARCOS

Chaplin

21.15 (18 anos)

«Onde o Sol nunca Brilha»

ESTORIL

Casino

17 e 21.15 (18 anos)

«Mulher Sensual»

ESTORIL

Palácio

21.15 (13 anos)

«Entre Dois Destinos»

CASCAIS

S. José

21.15 (18 anos)

«A Polícia ao Serviço da Cidadão»

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Recreios Desportivos

21.15 (18 anos)

«Casamento Moderno»

AMADORA

Lido

21.15 (6 anos)

«O Corsário Negro»

AMADORA

Cineestúdio

21.30 (18 anos)

«Uma Mulher Sensual»

SINTRA

Carlos Manuel

21.15 (18 anos)

«Onde está o Óscar?»

OUTRA BANDA

ALMADA

Academia

21.15 (13 anos)

«A Feminista»

ALMADA

Incrível

21.15 (18 anos)

«A Professora»

CIÊNCIAS NATURAIS

LARANJEIRO

Instrução e Recreio

21.15 (13 anos)

«7.ª Aventura»

PORTO/Teatros

ANTONIO PEDRO

21.30 (13 anos)

«Os Preços»

SÁ DA BANDEIRA

21.30 (13 anos)

«Desculpa o Caetano»

SIND. DOS FERROVIÁRIOS

21.30 (13 anos)

Servatrupe «Os Cornos de D. Gaita»

PORTO/Cinemas

BATALHA

21.15 (18 anos)

«Aquela Vermelha Manhã de Junho»

TRINDADE

21.15 (13 anos)

«Malone»

OLÍMPIA

21.15 (18 anos)

«Partidas Dobradas»

ESTÚDIO

21.15 (13 anos)

«O Atentado»

COLISEU

21.15 (13 anos)

«Sofrimento de amor»

CARLOS ALBERTO

21.15 (18 anos)

«O Caso Valachi»

ÁGUIA DE OURO

21.15 (13 anos)

«O Intruso»

S. JOÃO

21.00 (6 anos)

«Hollywood, Hollywood»

VALE FORMOSO

21.15 (13 anos)

«O Triunfo da Casta Susana»

ESTÚDIO FOCO

21.15 (13 anos)

«Os Homens do Presidente»

JÚLIO DINIS

21.15 (18 anos)

«A Mulher criou o Amante»

SALA BÉBÉ

21.30 (13 anos)

«Os As de Espadas»

PASSOS MANUEL

21.30 (13 anos)

«O Relojoeiro»

RIVOLI

21.15 (18 anos)

«O Intruso»

ESTÚDIO 400

21.15 (14 anos)

«Amigos Até ao Fim»

COIMBRA

S. TEOTONIO

21.15 (18 anos)

«O Homem da Sorte»

AVENIDA

21.15 (18 anos)

«O Mistério do Organismo»

TIVOLI

21.15 (18 anos)

«Fantasia Azul»

GIL VICENTE

21.15 (13 anos)

«Jovens Leões»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOIA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL



O Corpo de Intervenção da PSP já ontem havia aparecido

Incidentes no Porto

Continuação da pág. 1

se refugiaram em quintais da zona fugindo às bastonadas da Polícia, a grande maioria foi obrigada a afastar-se para longe do local, nomeadamente para o Campo 24 de Agosto. Na fuga ficaram livros, sapatos, óculos partidos e sangue a atestar a violência da acção policial.

A força policial chegou ao local, em quatro carrinhas, quando estudantes já se encontravam concentrados, tendo sido cortado o trânsito no troço da Rua Firmeza compreendido entre a Rua D. João IV e Santos Pousada.

Já ao fim da manhã, centenas de estudantes entretanto mobilizados pelas escolas percorreram em manifestação várias ruas da cidade gritando: «Estudantes, trabalhadores a mesma luta», «A luta continua, Cardia para a rua» e «Polícia fascista assassina».

Entretanto decorreu esta manhã, no Governo Civil o último teste de reavaliação ao qual compareceram apenas seis alunos, dos 208 atingidos pelo despacho do MEIC que, como temos noticiado, tem sido largamente repudiado pela Academia do Porto.

Eanes no Conselho da NATO

Continuação da pág. 1

deveriam ir a essa conferência não em bloco, mas unidos pela comunidade de ideias que os caracteriza e que constitui a sua maior força.

Salientou ainda o ministro português dos Negócios Estrangeiros que na primeira linha dessas ideias está o respeito pelos direitos humanos «a cuja defesa Portugal liga uma enorme importância». No entanto, salientou que Portugal não pretendia que a confe-

rência de Belgrado se transformasse num tribunal para julgar a forma como os diversos países cumpriram ou não a acta final de Helsínquia. Referiu ainda Medeiros Ferreira que Portugal não considerava a possibilidade de vir a ser alterado o texto final de Helsínquia, ao mesmo tempo que admitiu a hipótese de alguns países não europeus da bacia do Mediterrâneo participarem na Conferência.

Centeio Maria

Continuação da pág. 1

com o clima político que na altura se vivia em Portugal. Proença de Carvalho, director do «Jornal Novo» acrescentou, por sua conta, ataques aos jornais que não alinham pelas suas posições políticas (nomeadamente o «Diário de Lisboa») não se tendo esquecido, sequer, do «Diário de Notícias», órgão oficioso do Governo.

Os quatro advogados procuraram também atacar a Polícia Judiciária, afirmando que os agentes envolvidos no processo estariam ao serviço de «uma grande cabala política». Igualmente verberaram a forma

como a Polícia Judiciária tinha desmontado todo o caso.

Por seu turno, o promotor da Justiça, coronel Pedro Álvares Cabral, embora admitindo algumas deficiências processuais, adiantou que o Gonçalo Pais de Freitas, um elemento chave neste processo, tinha colaborado com a Judiciária, entrando na rede de tráfico de armas, para a despoletar, o que se conseguiu. «Trata-se de um processo utilizado por todas as polícias do Mundo», disse, não sem sublinhar que a Polícia Judiciária «é hoje das poucas polícias empenhadas neste País, no combate à criminalidade».

Feijoadà à brasileira no Hotel Eduardo VII

Com um almoço a que estiveram presentes políticos, militares e gente da Informação, abriu a época de cozinha brasileira, no sábado, no Hotel Eduardo VII.

De um hotel homónimo sito em Curitiba, Brasil, veio o cozi-

heiro (por troca com um profissional português que lá foi fazer «cozido», certamente), a avaliar pela magnífica feijoadà à brasileira que foi servida, dá garantias de verdadeira qualidade para os almoços e jantares «brasileiros» de sábado do Eduardo VII.

COSTA GOMES EM VARSÓVIA Paz só é possível sem diferenças económicas

«Não é possível manter a paz se subsistirem as diferenças económicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos» — afirmou em Varsóvia o general Costa Gomes, durante a sessão plenária da Assembleia Mundial dos Construtores da Paz, que decorre em Varsóvia.

O antigo Presidente da República, que participa naquela reunião a convite do Conselho Mundial da Paz, afirmou ainda que «o espírito de colaboração e cooperação, de solidariedade e ajuda financeira, económica, técnica e cultural deve alicerçar um novo sistema económico internacional».

Falando sobre os problemas da paz na actual situação internacional, o general Costa Go-

mes defendeu que «a paz é um bem essencial intimamente ligado aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que tem por finalidade o desenvolvimento harmonioso do homem».

Prosseguiu, afirmando que a paz, «supremo bem ao qual aspiram todos os povos», não é um conceito estático confundível com a ausência de guerra ou rebelião.

Referindo-se depois aos problemas provocados pela corrida aos armamentos, o antigo Presidente da República referiu: «Urge eliminar o mais rapidamente possível o perigo de um conflito termo nuclear e minimizar a eclosão da guerra».

A Acta final da Conferência de Helsínquia, segundo afir-

mou Costa Gomes, «afiora de uma forma tênue e ineficaz o problema militar e torna-se por isso, indispensável convocar uma conferência mundial para tentar a sua resolução».

Costa Gomes assistiu entretanto, ao desfile militar comemorativo do Dia da Vitória, em Varsóvia, na tribuna em que se encontravam as mais altas individualidades da Polónia.

Assinala-se ainda que, depois de visitar os Campos de concentração e extermínio dos nazis, em Auschwitz e em Birkenau, o general Costa Gomes, usando da palavra em nome dos visitantes, exprimiu «os profundos sentimentos de repulsa de quantos através da visita tiveram ensejo de tomar contacto directo com a monstruosidade do fascismo nacional-socialista».

Cardeal Medeiros enviado de Paulo VI

Chegou ontem ao aeroporto da Portela, vindo dos Estados Unidos, o arcebispo de Boston, o cardeal Humberto Medeiros, que, na qualidade de enviado especial do Papa Paulo VI vai presidir às celebrações do 60.º aniversário das Aparições de Fátima.

«Venho como peregrino associar-me humildemente às multidões de fiéis que na Cova da Iria irão depor aos pés da Virgem súplicas ardentes, implorando a paz entre os ho-

mens» — afirmou o arcebispo de Boston, que é natural dos Açores, à sua chegada ao aeroporto, onde teve honras especiais prestadas por uma força da GNR com fanfarras.

Apresentaram-lhe cumprimentos, entre outras individualidades o chefe da casa militar do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, o adjunto diplomático, dr. Francisco Kuopli, representante pessoal do Primeiro-Ministro o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Núncio

Apostólico, o arcebispo de Mitilene, o bispo de Leiria, o secretário de Estado da Emigração e o embaixador dos Estados Unidos da América. O cardeal D. Humberto Medeiros que deverá regressar a Boston no próximo dia 19, saudando Portugal classificou-se «como um filho que, cheio de saudades, volta alegremente à casa paterna».

Morreu

Joan Crawford

Vítima de um ataque cardíaco faleceu em Nova Iorque a actriz Joan Crawford, nascida em 1908 no Texas, e cujo verdadeiro nome era Lucille Le Sueur. Considerada uma das maiores «stars» da história do Cinema, Joan Crawford participou em mais de 80 filmes, tendo iniciado a carreira em 1925 e obtido o «Oscar» da melhor actriz pela sua interpretação em «Mildred Pierce», depois de ser duas vezes distinguida pelo seu trabalho em «Os Possessores» e «Sudden Fear».

A actriz abandonou o cinema em 1965 e escreveu então «A minha forma de Vida», continuando, porém a trabalhar para a Televisão. Joan casou quatro vezes, a última das quais com um dos directores da multinacional Pepsi-Cola, de quem veio a herdar numerosas acções.

Ultimamente a actriz vivia retirada no seu apartamento de Manhattan.

NO PORTO

“Greve da mala” prossegue

Segundo informação recolhida esta manhã, junto do conselho de gerência do STCP, a situação nos transportes públicos na cidade do Porto, com a «greve da mala» mantinha-se estacionária. Ontem, segundo o nosso interlocutor, a diminuição das receitas foi da ordem dos 500 contos.

Entretanto, segundo a mesma fonte os trabalhadores continuam na disposição de não assinar a declaração pedida pelo Ministério do Trabalho

que visa impôr a reclassificação profissional (Decreto-Lei n.º 49-A/77) e que no fundo é o alvo da luta desencadeada.

Por outro lado, o MT informou ontem o conselho de gerência do STCP que só ouviria os trabalhadores desde que assinassem essa declaração. Em face disto, a situação de impasse mantém-se. Assim esta manhã, a maioria dos transportes públicos continuava a circular pela cidade sem cobradores

Rocha Vieira visita Comandos e EPI

O general Rocha Vieira deslocou-se amanhã ao Regimento de Comandos da Amadora, e de tarde, à Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas — informa a ANOP, citando uma fonte oficial.

Na suas deslocações o che-

fe do EME será acompanhado pelo seu ajudante de campo, Ramalho, e pelo major Cavaleiro, chefe das Relações Públicas do Estado-Maior.

Trata-se — diz ainda a ANOP, citando as mesmas fontes — de visitas de rotina.

Documentos desaparecidos

Ontem, entre as 15 e as 16 horas, na Praia do Castelo (Costa da Caparica), desapareceram do interior do automó-

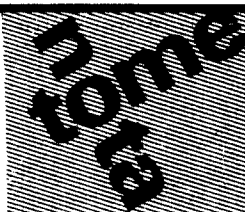
vel ligeiro Morris, matrícula CP-18-32, duas carteiras de senhora contendo, entre outras coisas, documentos pessoais.

O carro é de um nosso camarada de trabalho, que nos pede a publicação de um apelo a quem porventura tiver retirado do interior do automóvel as carteiras contendo os documentos em questão a devolução destes, pelo menos, dada a inestimável importância que eles têm para as pessoas a quem respeitam.

Todas as informações podem ser dadas, por qualquer meio, para o nosso jornal.

Tropas de Mobutu queimam aldeias

Segundo o correspondente do jornal inglês «Observer», K. Smith, recentemente chegado à Bélgica depois de ter estado detido pelas autoridades zairenses «as tropas governamentais queimam as aldeias que encontram no caminho».



AS «FUGAS» E OS «GOLPES»

O núcleo PSD da Radiodifusão Portuguesa emitiu um comunicado de protesto por medidas tomadas pelo director de programas, Igrejas Caeiro, no que toca aos noticiários. O deputado do PS é acusado, entre outras coisas, de alterar os critérios que qualificam a importância dos acontecimentos. Assim Sá Carneiro a partir para América e o 3.º aniversário do PSD seriam factos sem direito a reportagem, enquanto a ida do secretário-geral do PS (que, por acaso, também é primeiro-ministro) a Espanha já merecia ampla cobertura, e também perguntas preparadas...

Mais acusa ainda o núcleo do PSD na RDP Igrejas Caeiro da falta de pluralismo e de abrir as portas «à infiltração comunista», depois do 25 de Novembro!

Ah!... Este pluralismo... Uma nota final, segundo o comunicado, uma fuga permitiu a cobertura pela RDP da partida de Sá Carneiro para os EUA!

Final o que se passa na RDP? Fugas ou golpes?

Nomeado novo governador civil de Beja

Ainda que por lapso não conste do comunicado da reunião do Conselho de Ministros de ontem um aditamento informa que foi nomeado governador civil de Beja o dr. José Pereira Bastos, que até à data tem ocupado o cargo de vice-governador de Coimbra.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM ABRIL: 46 345 (Hoje 20 páginas)



VIAGENS EM PORTUGAL

Três-os-Montes e Douro 850\$00
4 dias (9 a 12)

Algarve - Praia da Rocha e Lagos 5 dias (9 a 13) ou alojamento e transporte único 1 650\$00

VIAGENS NO ESTRANGEIRO

Andaluzia e Torremolinos 4 dias (9 a 12) 4 400\$00

Madrid e Toledo 4 dias (9 a 12) 4 250\$00

Rias e Costa Verde 5 dias (9 a 13) 5 600\$00

Tânger e Gibraltar 5 dias (8 a 12) 4 250\$00

Além-Pirineus 9 dias (9 a 17) 11 600\$00

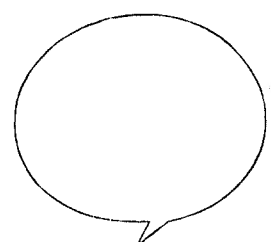
Marrocos Imperial 11 dias (9 a 17) 11 200\$00

Viagens em magníficos autocarros, acompanhados de guias oficiais.

RESERVE DESDE JÁ O SEU LUGAR

CLARAS TURISMO
Departamento da Rodoviária Nacional, E. P.

Av. Fontes Pereira de Melo, 33 LISBOA 1 (Metro Picoas)
Telef. 56 00 15 / 56 34 51



O QUE DIZ
MOLERO?